

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LÍVIA BARBOSA LIMA

**SUJEITOS DOS FEMINISMOS EM DISPUTA: uma análise a partir da produção de
teses e dissertações brasileiras**

Maceió

2019

LÍVIA BARBOSA LIMA

**SUJEITOS DOS FEMINISMOS EM DISPUTA: uma análise a partir da produção de
teses e dissertações brasileiras**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Ribeiro Mesquita.

Maceió

2019

Quando eles falam, é científico;
quando nós falamos, é não científico.

Quando eles falam, é universal;
quando nós falamos, é específico.

Quando eles falam, é objetivo;
quando nós falamos, é subjetivo.

Quando eles falam, é neutro;
quando nós falamos, é pessoal.

Quando eles falam, é racional;
quando nós falamos, é emocional.

Quando eles falam, é imparcial;
quando nós falamos, é parcial.

Eles têm fatos, nós temos opiniões.

Eles têm conhecimentos, nós temos experiências.

Não estamos lidando com uma "coexistência pacífica de palavras", mas com uma violenta
Hierarquia, que define quem pode falar, e sobre o que nós podemos falar.

Grada Kilomba - Decolonizing Knowledge

AGRADECIMENTOS

Quero registrar meus agradecimentos inicialmente à todas e todos que têm lutado para a construção de uma Universidade pública e comprometida política e socialmente. Assim, agradeço à CAPES pela concessão da bolsa de estudos que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa durante todo seu período.

Ao meu orientador, Marcos Mesquita, por todos os anos de parceria, pelo acolhimento no início da graduação até aqui. Pelos vários momentos de alegria e angústias que compartilhamos ao longo de todo esse processo.

Ao Núcleo Edis, por todo aprendizado, por toda contribuição direta ou indireta a esse trabalho, por ter sido um espaço tão significativo pra mim ao longo desses anos, principalmente à Amanda, à Nativa e à Débora, pelos momentos de alegria dentro e fora do grupo. À Carol e ao Juliano, que me serviram de inspiração sobre o percurso que desejo trilhar. À Cecília, pela amizade construída com tanto cuidado e amor, muito obrigada por todo apoio.

À professora Érika Oliveira, pelas contribuições ao trabalho no mento de qualificação e defesa.

À professora Karla Adrião por aceitar compor a banca de avaliação do trabalho no momento da qualificação e defesa, pelo olhar tão atencioso e por ser uma inspiração. Assim como, pelo aceite e receptividade no período de mobilidade acadêmica.

À ao grupo Coletiva, por ter me acolhido tão bem no período da mobilidade em Recife, estar durante esse período junto a vocês me provocou um outro jeito de olhar o fazer da psicologia enquanto prática e ciência, especialmente à Paloma, à Mariana, à Marisa. À Raissa, pelo acolhimento em sua casa e pelos inúmeros momentos de troca sobre a vida e sobre nossas pesquisas.

Às professoras Simone Hüning e Marília Silveira, pelos importantes momentos de aprendizagem nas respectivas disciplinas ministradas durante o Mestrado, que me serviram na construção desse trabalho. Ao professor Frederico, pelos ensinamentos e possibilidades de troca durante uma parte do meu percurso.

À minha turma de mestrado pelos momentos compartilhados, especialmente à Marianna e ao Carlysson, que me acompanham desde à graduação e com quem dividi inúmeros momentos de angústia e descontração dentro e fora da sala de aula.

À Nana, por estar aqui, por acreditar tanto em mim e por todo cuidado no último ano.

Ao Ivan, pelas inúmeras vezes que escutou as lamentações e por todo apoio durante o período de seleção e construção da pesquisa.

À Benita, pelos anos de amizade e pela compreensão com relação à minha ausência nos últimos tempos.

À Olga, pela escuta, acompanhamento psicológico e apoio no último ano de desenvolvimento da dissertação.

À minha mãe, Isabel, por todo apoio e incentivo desde a escolha do curso de graduação e minha opção em me dedicar ao mestrado, sua força e dedicação servem de muito exemplo para mim. Às minhas avós, Lourdes e Elba (em memória), por serem um exemplo. Ao meu pai, Ligerson, meu irmão, Arthur e minha irmã, Sofia, por toda compreensão e carinho.

RESUMO

O questionamento sobre quais são os sujeitos dos feminismos é central na compreensão que temos sobre o que é ser mulher, em uma sociedade que (re)produz uma série de normatizações em função do papel social que historicamente tem sido designado a elas. A nossa compreensão parte das teorizações de diferentes autoras do campo feminista e dos conceitos sujeito político e identidade política discutidos por Chantal Mouffe. Nesta concepção os sujeitos são múltiplos, se constituem a partir de posições de sujeito, que são preenchidos a partir de fixações parciais, de modo que não se constitui em uma plenitude. Já as identidades políticas se constroem a partir da afirmação de um ‘nós’ em oposição a um ‘eles’, em um processo de identificação que nega o discurso hegemônico; assim tais identidades são precárias e contingentes. A partir disso, este trabalho de dissertação objetiva analisar, a partir de um discurso feminista produzido academicamente, quais sujeitos políticos têm disputado este campo nos últimos anos. Para isso, buscamos identificar quais identidades políticas são analisadas na produção selecionadas, compreender de que modo os sujeitos políticos são concebidos nesta produção, e compreender quais noções de feminismos são utilizadas nas pesquisas. Pensar esse problema a partir da análise de teses e dissertações se refere a nos debruçarmos sob a produção científica a qual estamos inclusas. Para tanto, realizamos duas buscas no Portal de Teses e Dissertações da CAPES, nas quais procuramos por produções que explicitasse a análise sobre distintas dinâmicas do movimento feminista brasileiro e a discussão sobre tensionamentos ou emergência de identidades políticas. A partir de um processo de refinamento chegamos ao número de 24 produções, onde 08 são teses e 16 são dissertações, que realizam suas pesquisas a partir da análise de documentos, realização de entrevistas, etnografia, observação participante e cartografia. A análise que fazemos é que o movimento feminista tem se constituído como um espaço plural, onde há a emergência de identidades que buscam o estabelecimento de suas pautas, como no caso da identidade política ‘lésbicas’, enquanto outras tem tido uma maior potência nos últimos anos, como a identidade ‘feministas jovens’. Essa multiplicidade está presente também no modo como se compreendem a constituição dos sujeitos e como o feminismo é constituído. Uma vez que os sujeitos se constituem por processos de subjetivação e pelo compartilhamento de experiências, em um processo individual e coletivo. As concepções de feminismo também correspondem a uma diversidade teórica sob o prisma da construção de um projeto de sociedade igualitária. Com nossas análises compreendemos que a manutenção de um projeto feminista comprometido com a possibilidade de existência da diversidade se sustenta uma política democrática nos feminismos.

Palavras-chave: a) sujeitos dos feminismos; b) movimento feminista; c) produção acadêmica.

ABSTRACT

The question about who are the subjects of feminisms is central to our understanding about what is to be a woman, in a society that (re)produce a series of norms in function of the social role that has historically been designated to them. Our comprehension leaves from theorizations of different authors of feminist field and of the political subject concepts and political identities concepts by Chantal Mouffe. In this conception the subjects are multiple, they are constituted by the positions of subjects, filled from partial fixations, so they do not constitute in a fullness. Now the political identities are constructed from the affirmation of an 'us' in opposition to one 'them', in a process of identification that deny the hegemonic discourse; so, those identities are precarious and contingents. From that, the aim of this work is to analyze, from an academically produced feminist discourse, which are the politic subjects have disputed this field in the last years. For this, we intend to identify which political identities are analyzed in the selected production, comprehend in which way the politic subjects are conceived in those productions, and to understand which feminisms notions are used in these researches. Thinking about this problem from the analysis of thesis and dissertations refers to the dedication under the scientific production in which we are included, based on a process of reflection. Therefore, we performed two searches in the 'Portal of Theses and Dissertations' of CAPES, in which we searched for productions that did explicit analysis about different dynamics of Brazilian feminist political movements and which discussed about tensioning or emergency of political identities. From a refinement process we reached the number of 24 productions, where 08 are theses and 16 are dissertations, which carry out their research from document analysis, interviews, ethnography, participant observation and cartography. Our concluded that the feminist movement has been construct as a plural space, where has the emergency of identities that search the establishment of their staves, as in the case of political 'lesbians' identity, while others had greater potency last in the last few years, as the identity 'young feminists'. That multiplicity also has been present in the mode as the constitution of subjects are understood and in the way as the feminism is constituted. Once that the subjects are constituted by subjectivation process and experience sharing, in an individual and collective process. The concepts of feminism correspond to a theoretical diversity under the prism of the construction of an egalitarian society project. With our analysis we understand that the maintenance of a feminist project committed with the possibility of diversity existence are sustained by a political democratic in the feminisms.

Keywords: a) subjects of feminisms; b) feminist movement; c) academic production.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Classificação das teses e dissertações selecionadas por ano de publicação.....	70
Quadro 02 – Classificação das teses e dissertações selecionadas por instituição.....	73
Quadro 03 – Classificação das teses e dissertações selecionadas por área de conhecimento...	73
Quadro 04 – Material selecionado classificado por autora/autor, título, ano, instituição, área de atuação e tipo de produção.....	134

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ALN	Ação Libertadora Nacional
AI-5	Ato Inconstitucional número 5
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNDM	Conselho Nacional da Condição da Mulher
EFCLAC	Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe
ONGs	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAISM	Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC/RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SPM	Secretaria Especial de Políticas para Mulheres
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UnB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1 TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS FEMINISMOS NO BRASIL	16
1.1. O processo de redemocratização do país e a participação das mulheres.....	20
1.2. Outras bandeiras de luta na consolidação da democracia	29
1.3. A pluralidade no feminismo e a ameaça democrática	34
1.3.1. Fragmentação ou pluralidade: os sujeitos políticos do feminismo	35
1.3.2. O movimento feminista desde o golpe de 2016.....	38
2 TENSIONAMENTOS EM TORNO DA NOÇÃO DE GÊNERO	41
2.1. Gênero enquanto conceito teórico feminista	42
2.2. O conceito de gênero foi despolitizado?	47
2.3. A categoria gênero não é o suficiente	49
2.3.1. Raça, classe social e sexualidade	55
3 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO	62
3.1. Pontuações teóricas	64
3.2. Pontuações metodológicas	66
3.2.1. A constituição do material analisado	69
4 AS DISPUTAS EM TORNO DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO FEMINISTA	74
4.1. Biografia das autoras e autores das teses e dissertações analisadas.....	75
4.2. Identidades políticas	79
4.2.1. Mulheres feministas	80
4.2.2. Feministas de esquerda	82
4.2.3. Mulheres rurais	85
4.2.4. Mulheres de classes populares	87
4.2.5. Mulheres negras	90
4.2.6. Feministas jovens.....	92
4.2.7. Vadias	95
4.2.8. Lésbicas.....	96
4.2.9. Transfeministas	97
4.2.10. Homens feministas.....	98
4.3. Os sujeitos políticos dos feminismos.....	99
4.3.1. Processos de subjetivação	101
4.3.2. Compartilhamento de experiências.....	105
4.4. As noções de feminismo	108

4.5. Os tensionamentos produzidos nos discursos feministas	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS	117
ANEXO.....	132

APRESENTAÇÃO

O trabalho que produzimos tem como tema os sujeitos dos feminismos¹ e parte de questões como: quais sujeitos têm feito parte do campo político feminista? Quais disputam esse espaço? Quais identidades fazem parte deste campo? Pensar sobre estas questões vem da minha trajetória, onde participei de diferentes pesquisas que se dedicaram a analisar distintas nuances da participação política e dos modos de organização de movimentos sociais identitários. Então, tendo em vista meu interesse pelos estudos feministas e meu percurso acadêmico, constitui-se como problema de pesquisa o estabelecimento de sujeitos políticos que se desdobram na construção da luta política fruto das problemáticas de determinadas identidades.

Tomar este problema de pesquisa se faz relevante a partir da compreensão sobre os modelos políticos que têm se constituído no interior do campo feminista, especialmente pela articulação entre a sociedade civil e os movimentos sociais. Pois, vez que os sujeitos políticos que se estabelecem como determinantes no modo como se dará a luta política, e eles se constituem de processos de desigualdade e da busca por mudança social, compreendemos que ao tomarmos ele como problema contribui para posteriores análises sobre a conjuntura política e social que marcam nosso atual período. Para a psicologia, colabora para entender os processos de subjetivação em meio às experiências produzidas a partir de identidades que se constituem individual e coletivamente.

A noção de campo feminista, que pauta estes questionamentos, o toma como um espaço constituído por múltiplas relações, a partir de grupos ou de indivíduos, que têm “leis próprias, animadas sempre pelas disputas ocorridas em seu interior e cujo móvel é, invariavelmente, o interesse em ser bem-sucedido” (ADRIÃO, 2008, p. 22). A constituição desse modo se dá em função de articulações no interior do movimento, como aproximações entre grupos que partem de diferentes concepções, ou para fora dele, com instâncias como as Universidades, o Estado e as agências financiadoras.

Nesse sentido, a proposta de Karla Adrião (2008) sobre o conceito contempla a multiplicidade de articulações e identidades, que se constitui a partir de três esferas: do movimento, do governo e da academia.

Parto, portanto, da observação de que o campo feminista, no Brasil contemporâneo pós-década de 1990, é composto por diversos segmentos, a saber mulheres negras, mulheres lésbicas, mulheres rurais, mulheres indígenas, mulheres deficientes, mulheres jovens. Neste contexto, redes feministas nacionais e transnacionais, feministas acadêmicas e feministas nos espaços governamentais vêm complementar esta configuração, aliadas à institucionalização do movimento que ocorreu na década

¹ Adotamos o uso do termo no plural como forma de explicitar a própria diversidade teórica e política que o caracterizam, como bem discutiremos ao longo da dissertação.

anterior – entre 1985 e 1995 –, demarcada pelo advento das ONGs, já citado por autoras como Sonia Alvarez (1999) e Ilse-Scherer –Warren (2000). Esses segmentos, por sua vez, agregam-se em torno das três esferas feministas – a do movimento, a do governo e a da academia. (p. 22-23)

Neste trabalho, nos debruçamos sobre duas esferas, a do movimento e da academia, pois, como bem exploraremos nos capítulos seguintes, entendemos que articulação entre elas tem uma potência já percebida em diferentes momentos, como nas contribuições do movimento feminista à ciência², a partir dos questionamentos produzidos sobre o modelo científico hegemônico; também se demonstra nas diferentes produções teóricas comprometidas com a política feminista³.

Temos como trajetória, a produção de pesquisa científicas voltadas à experiência de militantes do movimento feminista, nelas exploramos os distintos modos de participação política e questões mais direcionadas à organização de grupos do movimento feminista. Assim, após explorarmos aspectos mais articulados à esfera do movimento, nos debruçamos sob aquela que se refere à acadêmica, pois esta também compõe a produção do discurso feminista.

Essa noção está articulada a compreensão dos feminismos sob viés teórico-político, uma vez que seus desdobramentos recaem na produção de uma ação política teorizada e de uma teoria politicamente comprometida. Nesse sentido, a própria noção de gênero, como afirma Mayorga et al. (2013), é consolidada como eixo de organização política, a partir da compreensão de um sistema de desigualdades nas relações de gênero, e também teórica, a partir do questionamento sobre as normas que constroem e reproduzem esse sistema.

Produzir a ciência a partir de um fazer feminista contribui, de acordo com Margareth Rago (2012), para a crítica à (re)produção do racismo e sexismo a ciência, assim como à noção de objetividade e neutralidade que são findadas à medida em que se denunciava que os padrões científicos são dotados de valores masculinistas. Nesse sentido, se tem como proposta a desconstrução da ideia das identidades como naturalizada, propondo a compreensão da mesma a partir da ideia de multiplicidades (RAGO, 2012).

Boaventura de Souza Santos (2008) afirma que o feminismo foi uma das principais epistemologias que desenvolveram a noção de pluralidade da ciência, uma vez que questionou a “neutralidade da ciência, tornando explícita a dependência da atividade de investigação científica de escolhas sobre os temas, os problemas, os modelos teóricos, as metodologias, as linguagens e imagens e as formas de argumentação” (SANTOS, 2008, p. 145). As contribuições da crítica feminista à ciência produzem novos conceitos e a reflexão sobre temas entendidos

² Esta discussão será explorada no capítulo metodológico.

³ O debate sobre isto está presente no capítulo 2.

como problemas individuais de cada uma (BANDEIRA, 2008), se produz a compreensão de que, ainda que individuais, são questões também sociais. Assim, para Lourdes Bandeira (2008), essa tem como premissa o fim da submissão das mulheres também no âmbito acadêmico, assim “alertou que o conhecimento científico não é uma entidade objetiva, afinal é parte da condição cultural dos atores sociais. Sua produção não pode ser realizada como uma atividade abstrata, distanciada e isolada” (p. 224). Ao invés disso, se pretende a formação de um campo pautado na diversidade.

Tendo em vista esse contexto, as possibilidades de caminhos para a construção da pesquisa eram diversas. De modo que nos inspiramos na pluralidade dos feminismos, enquanto vertente teórica e política, optamos por tomar a própria produção científica como espaço de pesquisa, optando pela análise de teses e dissertações como espaço para compreensão de nossas questões. Pensar a produção científica como campo de pesquisa faz parte de um processo de reflexividade, onde nos debruçamos sobre aquilo que nós mesmas constituímos, produzindo uma análise questionadora.

Essa discussão se articula à psicologia produz, como afirma Lenise Borges (2014), a ressignificação do campo, a partir da crítica à universalidade e à descontextualização, questionando as posturas científicas marcadas pelo racismo e o sexismo. Além disso, a autora aponta como ponto de convergência entre o feminismo e a psicologia social “o caráter político do conhecimento e da ação social, a busca pela transformação e o compromisso social.” (BORGES, 2014, p. 281). Ainda que haja tendências similares entre o feminismo e a psicologia (e a psicologia social), Martha Narvaz e Sílvia Koller (2007) falam da dificuldade na articulação entre os campos. Para as autoras, esse problema está ligado ao estreitamento da psicologia aos campos ligados à biologia e à medicina, de modo que “têm sido incorporadas pela psicologia, estando presentes em sistemas teóricos que buscam explicar a origem psicológica das diferenças de gênero” (p. 220). Se tem como efeito a concepção de sujeito individual e universalizado, desse modo, as tentativas de fuga dessas determinações são contra-hegemônicas a tais discursos, sendo a psicologia feminista uma dessas.

Borges (2014) concorda com Narvaz e Koller (2007), ao apontar “para a dificuldade de tais estudos se estabelecerem como campos legítimos de conhecimento no âmbito da psicologia acadêmica, concluindo que esses discursos ainda são considerados marginais nos circuitos da psicologia acadêmica contemporânea.” (BORGES, 2014, p. 285).

Nesse sentido, nós tivemos como objetivo analisar, a partir de um discurso feminista produzido academicamente, quais sujeitos políticos têm disputado este campo nos últimos anos. Para isso, buscamos identificar quais identidades políticas são analisadas na produção

selecionadas; compreender de que modo os sujeitos políticos são concebidos nesta produção, e compreender quais noções de feminismos são utilizadas nas pesquisas.

Para responder os nossos questionamentos construímos a dissertação em quatro capítulos. No primeiro, intitulado ‘Trajetória política dos feminismos no Brasil’, retomamos a ideia de campo feminista, nos atendo à esfera do movimento e traçando sua trajetória política a partir de alguns momentos de inflexão, com relação às pautas feministas e seus sujeitos, optamos por não utilizar as ondas do feminismo como percurso para essa história, pois queríamos compreendê-la sob uma outra ótica. Como ponto de partida, utilizamos o processo de redemocratização, marco no percurso político do movimento no Brasil, uma vez que as feministas participaram ativamente desse processo. A partir disso, discutimos sobre os investimentos internacionais nas ONGs e da articulação do movimento com outras esferas. E damos continuidade a partir da emergência de outros sujeitos políticos, uma vez que o debate era bastante centrado nas pautas de algumas mulheres; com as críticas provocadas pelas mulheres negras, passaram a se reivindicar outras agendas.

No segundo capítulo, nomeado como ‘Tensionamentos em torno da noção de gênero’, fazemos um debate sobre a noção de gênero que, como citamos anteriormente, é central na organização política e teórica dos feminismos. Esse debate se dá em torno de sua constituição dentro das teorias feministas e algumas mudanças e críticas que o conceito sofreu a partir das diferenças entre as múltiplas formas de compreendê-lo.

No terceiro capítulo, que tem como título ‘Percurso teórico-metodológico’, traçamos nosso caminho teórico-metodológico, a partir de nossa compreensão sobre ciência e um fazer feminista, que se desdobra nas opções teóricas e metodológicas que fizemos. Além disso, descrevemos o processo que utilizamos na construção do nosso *corpus* de análise.

No quarto e último capítulo, ‘As disputas em torno da constituição do sujeito político feminista’, realizamos a discussão e análise do nosso material a partir de três pontos: a) as identidades políticas, b) os sujeitos políticos e c) as concepções de feminismo.

1 TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS FEMINISMOS NO BRASIL

Neste primeiro capítulo discutiremos a esfera do movimento para debater o campo feminista, partiremos da apresentação de alguns momentos de inflexão que compõe sua história, tendo como ponto partida as bandeiras de luta e os contextos nos quais elas emergiram no movimento feminista. Nesse sentido, refletiremos sobre a trajetória do movimento feminista brasileiro para compreender as tensões e pluralidades que estão inseridas nesse âmbito. Assim, poderemos traçar um caminho sobre os discursos feministas que foram produzidos nestes momentos de inflexão.

Esses momentos que discutiremos aqui dizem respeito a algumas rupturas construídas pelos/nos feminismos, seja em seu interior – com o estabelecimento de determinada luta política –, seja em relação à sociedade em geral – a partir do engajamento por mudanças no modo de participação política. Sobre isso, Marcos Mesquita (2001) argumenta que questões falam de modificações no próprio movimento, de maneira que se desdobra na introdução de outros elementos e sujeitos em sua ação política. Para isso, mais do que apontar bandeiras de luta gerais ou traçar sua trajetória de um jeito linear, nos interessa discutir as rupturas que podem ser percebidas ao longo da história que escapam às pautas universais dos feminismos e ao modo tradicional de como essa história é tratada.

Assim, tomaremos como ponto de partida alguns marcos históricos e políticos que fazem parte deste contexto, pois pensar tais aspectos nos auxilia a compreender os sujeitos concebidos a partir das reivindicações do movimento. Sendo um dos caminhos possíveis o entendimento a respeito das dinâmicas de inserção de outros sujeitos no espaço político feminista.

Historicamente, o movimento feminista tem se engajado na luta por direitos para as mulheres, como o direito ao voto e o acesso à educação (MIGUEL; BIROLI, 2014). Essas lutas se ampliaram para outras esferas, como a busca por políticas de saúde, como a descriminalização do aborto e o combate à violência contra as mulheres, e mais recentemente pela construção de aspectos culturais, como o machismo. A reivindicação por estes direitos marca o contexto de sua emergência em politizar demandas das mulheres, como engajamento pela legitimação política destas pautas, reivindicando a compreensão delas como questões públicas e de âmbito coletivo.

Maria Amélia Teles (2017) aponta para o fato de que essas reivindicações estão atravessadas pela problematização das relações de poder, constituídas pela opressão e exploração que se fazem presente na diferença entre os gêneros. A problematização desses

atravessamentos culmina em um projeto de transformação social que entende o gênero a partir da necessidade por mudanças à nível social, econômico, político e ideológico (TELES, 2017).

Ancorada na falta de transformação em relação ao fim da desigualdade entre homens e mulheres, a contínua opressão contra as mulheres, passou-se a construir uma crítica em torno da oposição entre as esferas pública e privada⁴ (SELFA; SPINELLI, 2017). Para Carole Pateman (2013), essa crítica se pauta em uma ambiguidade provocada pelo liberalismo, pois ao mesmo tempo que se reivindica a politização de problemas de ordem pessoal, visando sua resolução, a distinção entre esses âmbitos (pessoal e político/público e privado) faz parte das estratégias de manutenção da “realidade liberal-patriarcal” (p. 70). Ana Selfa e Letícia Spinelli (2017) compreendem que para Pateman o objetivo desta crítica está na pluralização da realidade social, baseada na ideia de igualdade e diferença. Tendo em vista que

O feminismo busca uma ordem social diferenciada dentro da qual as várias dimensões sejam distintas, mas não separadas nem opostas, e que se baseie em uma concepção social da individualidade que inclua mulheres e homens como criaturas biologicamente diferenciadas, mas não desiguais. No entanto, mulheres e homens, e o privado e o público, não estão necessariamente em harmonia. (PATEMAN, 2013, p. 76).

Ao pautar demandas de âmbito privado, principalmente problemas referentes a divisão dos papéis sociais, “o movimento feminista chama a atenção das mulheres sobre o caráter político da sua opressão, vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo do privado, identificadas como meramente pessoais.” (COSTA, 2005, p. 2). Desse modo, houve uma ascensão de demandas relacionadas ao gênero, que se constituíram a partir da bandeira ‘o pessoal é político’, que propõe visibilizar as mulheres como sujeito histórico e político. Ao criticar a oposição entre esses âmbitos e afirmar essa bandeira, Susan Okin (2008) afirma que, com isso se pretende

dizer, primeiramente, que o que acontece na vida pessoal, particularmente nas relações entre os sexos, não é imune em relação à dinâmica de poder, que tem tipicamente sido vista como a face distintiva do político. E nós também queremos dizer que nem o domínio da vida doméstica, pessoal, nem aquele da vida não-doméstica, econômica e política, podem ser interpretados isolados um do outro. (p. 314).

A legitimidade de questões como estas ganham um caráter político à medida que passa a ser qualificada para ocupar o espaço público, o que pode ser acessado através do coletivo e da possibilidade de intervenção (PRADO et al., 2009). Esse contexto contribui para a

⁴ Com relação à definição destas esferas, Claudia Costa (2005) explica que na perspectiva do “pensamento liberal, o conceito de público diz respeito ao Estado e às suas instituições, à economia e a tudo mais identificado com o político. Já o privado se relaciona com a vida doméstica, familiar e sexual, identificado com o pessoal, alheio à política” (p. 2).

introdução de novos elementos à compreensão da política, principalmente a partir da ampliação do campo político para debates em torno de questões identitárias (BONFIM, 2016). Ao tomarmos esse cenário como plano de fundo, podemos pensá-lo como exemplo da emergência de outros sujeitos e reivindicações que, conseqüentemente, estão articuladas a uma maior diversidade nos modos de participação política.

Essa abertura se configura a partir do aumento da possibilidade de existência de outros sujeitos e suas experiências. Concordamos com Teles (2017), que aponta a contingencialidade do movimento, ao compreendê-lo a partir de suas distintas correntes políticas e teóricas. Desse modo, assume diferentes formas a partir de questões como classe social, etnicidade e cultura, por exemplo. Com a construção de pautas contextualizadas, os feminismos se configuram como uma organização política heterogênea, e tal característica se dá por considerar a diversidade do que se compreende pelo significante mulheres (SARTI, 1988).

É a partir destas concepções que entendemos a busca pelo estabelecimento de um determinado projeto feminista frente a outros. Consideramos essas dinâmicas e disputas por espaços como importantes na manutenção do caráter democrático dos feminismos. Sendo as tensões, internas ou externas, um efeito do caráter plural deste movimento e de suas diferentes configurações, tanto na afirmação da legitimidade de seus discursos, quanto na busca por ocupar posições no debate político.

Realizar esse debate se refere à nossa escolha em não utilizar o modelo de ondas dos feminismos que é, tradicionalmente, utilizado para apresentar a história do movimento feminista nos distintos países do ocidente. Autoras como Carla Gomes e Bila Sorj (2014) se questionam sobre o modo como essa história é contada a partir do modo como se construiu essa história no Brasil. As autoras explicam o modelo das ondas a partir de três momentos que dizem respeito a aspectos históricos e bandeiras de luta bastante demarcados, elas afirmam que

a primeira, compreendida entre final do século XIX e a Segunda Guerra Mundial, na qual mulheres se organizaram em torno da conquista de direitos fundamentais como o voto, educação, ingresso em carreiras consideradas masculinas e condições dignas de trabalho. A segunda onda, deflagrada no bojo da contracultura dos anos 1960 e 1970, marca a consolidação do feminismo como movimento político e a produção teórica sobre a opressão feminina em diálogo com a militância política (Heilborn & Sorj, 1999). "Nosso corpo nos pertence" e "o pessoal é político" foram bandeiras desta fase, frequentemente rememorada como uma espécie de "época de ouro" do feminismo. A terceira onda, mais imprecisamente localizada no final da década de 1980, marca um momento de renovação teórica e de proliferação de diversas categorias identitárias de mulheres (Piscitelli, 2002; Pinto, 2003). A unidade do feminismo, construída pelo discurso da opressão comum das mulheres nas sociedades predominantemente patriarcais, é contestada. Inaugura-se uma noção de múltiplas opressões, notadamente aquela que emerge das desigualdades raciais. Ao discurso binário simples que opunha mulheres e homens sobrepõem-se outras oposições binárias, sobretudo entre mulheres brancas e negras, do Sul e do Norte (GOMES; SORJ, 2014, p. 435-436).

Na concepção que as autoras apresentam, um dos problemas em tomar o histórico feminista a partir da noção de ondas está na compreensão de que o discurso de opressão contra as mulheres não se limita a uma causa comum, que se sobrepõe às outras. Pelo contrário, elas são múltiplas e perpassam questões como classe social, raça, sexualidade. Além disso, a noção de ondas também prevê a ideia de que há uma homogeneidade dos feminismos, tanto com relação às suas pautas, quanto a sua identidade e sujeito que representa. Ideia esta, que como veremos ao logo desse trabalho, não se aplica.

Ainda sobre as críticas, Livia Magalhães (2017) argumenta que o uso deste modelo implica na compreensão de que há uma bandeira de luta que marca sua respectiva onda, de modo que, as ondas subsequentes têm a reivindicação anterior estabelecida e superada, sendo definida por uma nova bandeira, demarcando a superação da questão anterior. A autora afirma que

A utilização da metáfora da onda, nesse caso, acaba por implicar a ideia de que cada onda avança mais do que as precedentes, dando um sentido “evolucionista” ao processo e sedimentando a ideia de vitórias advindas através de “saltos” rumo a ideais a serem alcançados. (MAGALHÃES, 2017, p. 25).

Nossa opção em não trilhar este percurso se dá por estarmos alinhadas epistemológico, político e eticamente com a construção de saberes localizados e parciais (HARAWAY, 1995). Além disso, por refletirmos a partir daquilo que é alertado por Chimamanda Adichie, ao falar sobre o perigo de uma história única⁵, nesse sentido, entendemos que trazer outras narrativas, que não são traduzidas ou adaptadas ao nosso contexto, é um modo de (re)construirmos essa história que muitas vezes é negada em detrimento da história tradicional. Não pretendemos contar uma história verdadeira e que demonstre a origem dos feminismos no Brasil, pois correremos o risco de não mencionar experiências de luta significativas para muitas mulheres. Para falar desse percurso, abordaremos alguns momentos do movimento no país, tendo como conjuntura histórica o processo de redemocratização e a democracia em seus diferentes momentos no país.

Em função da cada vez maior ameaça aos nossos direitos em prol da implementação de um molde de governo antipopular, consideramos urgente a reflexão sobre os momentos que marcam as reivindicações que tratam do engajamento por direitos e liberdade que conquistamos até então. Entendemos que traçar o percurso dos feminismos no Brasil utilizando como marco histórico o processo de redemocratização, trata-se de um exercício tanto para pensarmos outros

⁵ Ver em: <https://youtu.be/D9Ihs241zeg>

modos de contar essa história, quanto para contextualizarmos e situarmos referenciais políticos e históricos daqui.

Consideramos a democracia e o processo de democratização do país como aspectos que possibilitaram a emergência de outras formas de ação política. Por isso, discutiremos alguns marcos dessa história do período de redemocratização do país ao o governo de Michel Temer, de modo que podemos compreender o contexto histórico-político do país e o modo como o movimento feminista se situou em torno dele.

Com o objetivo de refletir sobre alguns momentos de inflexão na trajetória do movimento feminista, que indicam rupturas ou torções em seu percurso, utilizaremos três marcos políticos como forma de organização do texto, que apontam as idas e vindas, especialmente em relação a algumas pautas ou formas de organização do movimento feminista, que podem se referir ao acúmulo da discussão que é pautada nos feminismos.

Assim, o primeiro terá como foco algumas ações que aconteceram no período da redemocratização do país, a articulação feminista que aconteceu nessa época e culminou com a Constituição de 88, a qual as mulheres contribuíram pautando suas reivindicações. No segundo, apresentaremos o caminho frente a tentativa de consolidação da democracia no país, pensando a articulação com outros movimentos sociais e a emergência de outros sujeitos feministas. E por último a diversidade dos feminismos a partir da ameaça aos direitos e liberdade conquistadas.

1.1. O processo de redemocratização do país e a participação das mulheres

De antemão, cabe demarcar que não há um consenso com relação ao período de redemocratização, que consiste na “fase de transição do governo ditatorial militar para o governo civil.” (DIAS, 2018, p. 65). Para algumas autoras como Natália Schwether e Albuquerque (2017) e Maria Alice Santana (2018), este é um marco histórico que se localiza entre o final do governo militar e início dos nos 90, período das eleições diretas, em 1989. Para outros, como Antonio Dias (2018), o processo de redemocratização aconteceu ao longo de décadas, tendo seu início no ano de 1985 até 2016, ano que em que se consolida o golpe de Estado com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff⁶ (DIAS, 2018). Aqui, compreenderemos o processo de redemocratização do país a partir dos anos 70, período em que o movimento feminista passa a reconstruir sua organização, até a Constituição de 1988, que consideramos um marco desse período.

⁶ A discussão a respeito das circunstâncias deste golpe será tratada mais a frente, no tópico 1.3.

O engajamento no processo de redemocratização do país foi motivado pelo fim do regime militar, que se iniciou em 1964 e durou até o ano de 1985, marcado pelo autoritarismo característico da ditadura. O início da ditadura se dá em meio a ascensão de ideias mais conservadoras e de direita, que ganharam mais força dois anos antes (TELES, 2017). A partir disso se constituiu uma outra configuração política aqui e em outros países da América do Sul, como Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai, que também passaram por um processo semelhante entre os anos 60 e 70 (WOLFF, 2010).

Essa forma de governo moldou o modo como se construiu o feminismo no Sul e, como estamos tratando aqui, mais especificamente no Brasil, uma vez que havia uma forte repressão desse governo contra organizações populares e pessoas que se articulavam, fazendo resistência ao regime (OLIVEIRA, 2016), “sobretudo sindicalistas e camponeses. Mas também professores, advogados, jornalistas e estudantes.” (TELES, 2017, p. 61).

Essa perseguição, segundo Teles (2017), ocasionou na perda de importantes lideranças da ação política organizada, o que exigiu da esquerda uma reorganização, para a construção de uma resistência. Ainda segundo a autora,

As mulheres foram as primeiras a entrar em cena. Algumas saíram à procura de parentes presos ou desaparecidos políticos, filhos, irmãos ou maridos, companheiros ou namorados. Outras participaram de organizações clandestinas, dispostas a lutar ombro a ombro com os homens pela libertação do país. (TELES, 2017, p. 63).

Nesse cenário, a atuação política das mulheres junto aos movimentos sociais e partidários foi importante na construção de uma frente de resistência ao governo ditatorial e na organização do próprio movimento feminista⁷, que vem se transformando e fortalecendo desde então. Para Ana Alice Costa (2010), o novo modo de organização feminista que passou a se configurar a partir de meados dos anos 60, agora baseado na politização das questões de gênero que discutimos acima. Houve a participação em

organizações da chamada “esquerda revolucionária” vinculadas a uma perspectiva marxista de liberação nacional. Essas e outras vivenciaram a experiência da luta armada, da clandestinidade, das prisões, da tortura, do exílio e, em especial, vivenciaram o autoritarismo e o sexismo tanto das organizações da esquerda na qual militavam quanto da direita através dos mecanismos repressivos do Estado. (COSTA, 2010, p. 176).

A luta armada foi consequência da necessidade de que a militância acontecesse de forma clandestina, em razão da interdição de uma atuação política democrática, esta foi tida como uma saída para alguns grupos (PINTO, 2018). A participação das mulheres que se mobilizaram

⁷ Vale ressaltar que discutir a atuação política feminista a partir deste período histórico não significa dizer que não houve mobilizações de caráter feminista anteriormente, pois a luta por direitos políticos, trabalhistas e de gênero são reivindicações que se iniciaram ainda no século XX (COSTA, 2005; ALVES; ALVES, 2013; MARTINS, 2015).

junto a grupos da luta armada, segundo Teles (2017), se deu pela busca da solução de questões políticas e institucionais daquele período da sociedade brasileira.

Céli Pinto (2018) cita dois grupos que tiveram como militantes mulheres: um deles é o Comando de Libertação Nacional (Colina) e outro é a Vanguarda Armada Revolucionária de Palmares (VAR – Palmares). Além desses, um dos maiores grupos de luta armada Ação Libertadora Nacional (ALN) também teve a participação de mulheres (RIBEIRO, 2008).

Maria Claudia Ribeiro (2008) analisa que as articulações de forma clandestina é reflexo da redução das possibilidades de ação, em função do recrudescimento do regime ditatorial, se fazendo necessária a construção de novas formas de atuação. De acordo com a autora, podemos tomar a luta armada como um exemplo do campo de diálogo entre as mulheres e os grupos de esquerda, inclusive os partidários, de modo que foi possível construir uma reflexão crítica sobre esses espaços, a partir da reivindicação da igualdade entre homens e mulheres. Ainda que estes espaços não tenham suas pautas centradas nas reivindicações específicas das mulheres, a luta pelo fim da ditadura militar implica na busca pelo fim da opressão institucionalizada pelo Estado. Além disso, produz uma fissura em espaços majoritariamente ocupados por homens, provocando a construção da crítica em torno das questões de gênero.

Então, a luta das mulheres nesse contexto é marcada por questões gerais e específicas⁸. Laís Moreira (2016) corrobora com a ideia de que as reivindicações feministas desta época não se referiam apenas ao tema do gênero, pois

incluíam reivindicações específicas (lutas por creches, modificação na legislação, direito de trabalhar de forma remunerada, saúde, possibilidade de separação conjugal) e gerais (fim da ditadura, sociedade redemocratizada). Tratava-se de visar não apenas mudança no regime político, mas também na estrutura interna do próprio Estado. (p. 222).

Para Cyntia Sarti (2001; 2004), a participação das mulheres nestes espaços se refere não apenas na busca pela libertação do país, mas representou, principalmente, a fuga do papel social designado a elas. De acordo com a autora, ainda que não houvesse uma agenda feminista determinada, questionava-se as normas de gênero, à medida em que se posicionavam em um papel social atribuído aos homens. Sarti (2004) afirma que

representou uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio das mulheres. Sem uma proposta feminista deliberada, as militantes negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual

⁸ É possível compreender essa noção, por exemplo, a partir das manifestações que marcaram as eleições presidenciais de 2018, contra o, até então, candidato Jair Bolsonaro, que representava uma frente conservadora dos costumes. Nesse caso, assim como na análise feita por Moreira (2016), as pautas das manifestações não restringiam às questões de gênero, mas, principalmente, contra o discurso de ódio, violento e autoritário.

que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento, ‘comportando-se como homens’, pegando em armas e tendo êxito nesse comportamento (p. 37).

Um outro ponto que cabe nesta contextualização é uma mudança cultural que ocorre no final dos anos 60. Para Sarti (1988; 1998), esse processo acontece no Brasil a partir de conquistas, como o acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho, e por reflexo da emergente revolução cultural que acontecia em 1968, principalmente no exterior. Esse novo momento, é marcado pela construção de outros modos de se relacionar afetivo e sexualmente, sendo o acesso aos anticoncepcionais e às terapias da psicologia e da psicanálise fatores que contribuíram para rupturas no âmbito privado (SARTI, 1998).

Essas outras “experiências cotidianas entraram em conflito com o padrão tradicional de valores nas relações familiares, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal” (SARTI, 2004, p. 39), e marcam a construção de bandeiras feministas relacionadas à sexualidade, direitos reprodutivos e direitos trabalhistas (MAGALHÃES, 2017). Sarti (1998) e Ana Paula Martins (2015) compreendem que esse período é marcado pela politização do privado,

a noção de “pessoal” foi identificada com as consequências do patriarcalismo na vida privada, cujo *locus* reside nas relações domésticas e familiares. Entendido como uma das estruturas que organizam a vida social, o patriarcalismo caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar – e com repercussões importantes na política, na legislação e na cultura. (MARTINS, 2015, p. 234).

Essa transformação é importante para a compreensão de que a vida privada compõe e é composta pela vida pública. Não há, portanto, uma barreira delimitada no que se refere às demandas sociais, de âmbito privado ou não, que não possam ser pautadas, à medida que não são questões meramente individuais. Por isso, afirmar ‘o pessoal é político’ é um marco crítico às oposições referentes às noções de público/privado e político/pessoal, chamando a atenção das mulheres e de toda sociedade em torno do “caráter político da sua opressão, vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo do privado, identificadas como meramente pessoais.” (COSTA, 2005, p. 2).

A inserção desses novos debates, está articulado ao que Ana Maria Doimo (1995) denomina como emergência de múltiplos movimentos sociais e atrizes e atores sociais. Segundo Doimo (1995) isso acontece a partir dos anos 70, no auge do regime militar brasileiro, período em que se percebe uma forte articulação entre as organizações políticas de esquerda que, a partir da afirmação de suas bandeiras de luta, se constituem como sujeito político, tendo em vista que disputam o estabelecimento de suas demandas sociais.

Mais especificamente com relação às mulheres, Vera Soares (1994) trata desse aspecto compreendendo

que as mulheres – novas atrizes –, ao transcenderem seu cotidiano doméstico, fizeram despontar um novo sujeito social: mulheres anuladas emergem como inteiras, múltiplas. Elas estavam nos movimentos contra a alta do custo de vida, pela anistia política, por creches. Criaram associações, casas de mulheres, entraram nos sindicatos, onde reivindicaram um espaço próprio. Realizaram seus encontros. Novos temas entraram no cenário político, novas práticas surgiram. (p. 35).

Esse argumento é colaborado por Teles (2017), que aponta o contexto do crescimento industrial, fruto da ascensão do regime militar, para compreender a resistência das mulheres nesse período. Para a autora, essas reivindicações, que têm como caráter a fuga do âmbito doméstico, se caracterizam pela crítica às tradicionais funções das mulheres, que se resumia ao espaço do privado, o cuidado das filhas e do marido, a manutenção da casa. Assim, cada vez mais durante a “década de 1970, o movimento ganha expressividade através dos debates públicos sobre o papel da mulher na sociedade” (ALVES; ALVES, 2013, p. 116).

Teles (2017) aponta o Movimento do Custo de Vida como parte desse contexto, mais tarde sendo nomeado como Movimento contra a Carestia, ele se caracterizou como o primeiro movimento desde a implementação do AI-5⁹. Teve seu início organizado por mulheres periféricas e por setores da igreja, podendo ser tomado como um exemplo da politização das questões de gênero, visto que elas reivindicavam creches, melhores condições para o trabalho fora do âmbito doméstico e, principalmente, o controle do custo de vida. Teles (2017) demarca sua importância ao apontar que até então os protestos que ocupavam as ruas eram realizados movimento estudantil, já a “ocorrida na praça da Sé, em 22 de junho de 1978, foi a primeira manifestação popular de uma série que culminaria com o fim da ditadura militar.” (p. 91).

A redemocratização do país, no período entre 1975 e 1985, é compreendida a partir de um conjunto de medidas que ampliaram a garantia de direitos e liberdade, culminando na eleição direta do primeiro presidente civil. Nesse período, o crescente engajamento político das feministas contra a ditadura militar que acontecia no país, se fez presente em organizações da sociedade civil e junto a partidos políticos de esquerda (ALVES; ALVES, 2013).

O ano de 1975 é importante na trajetória do movimento feminista no Brasil, pois, como aponta Salete Silva (2011), os eventos que aconteceram ao longo dele contribuem significativamente para que as brasileiras passassem “a ser protagonistas de sua própria história, em que a luta por seus direitos específicos se fundia com as questões gerais.” (p. 127). Neste mesmo ano, a Organização das Nações Unidas (ONU) o proclamou como Ano Internacional da

⁹ O AI-5 se refere ao quinto Ato Inconstitucional, que foram leis estabelecidas no período da ditadura militar, que estavam para além da Constituição vigente. Este decreto em específico designou, principalmente, o fechamento do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas, e a censura prévia à música, peça teatral e mídia

Mulher (COSTA, 2010; ALVES; ALVES, 2013; MARTINS, 2015; TELES, 2017). Ainda nesse ano, se realizou a I Conferência Mundial da Mulher, também promovida pelas Nações Unidas, que aconteceu na Cidade do México e definiu-se aquela como a ‘década da Mulher’ (SOARES, 1998; MOREIRA, 2016), construindo um plano de diretrizes para ações no decorrer de 1976 a 1985.

No Brasil, é realizado um evento que marca a busca por visibilidade pública das questões feministas, patrocinada pelo Centro de Informação da ONU, sobre o papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira. Este evento foi organizado por grupos informais cariocas, em sua maioria formados a partir dos grupos de reflexão sobre a “condição feminina” e não por instâncias governamentais. (ADRIÃO, 2008, p. 129).

As ações públicas promovidas pela ONU no Brasil aconteceram em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (COSTA, 2005). A promoção desses debates serviu de incentivo para a organização feminista aqui no país, principalmente pela possibilidade de se encontrar publicamente, que elas eram impedidas de fazer em função da ditadura vigente (COSTA, 2005; MOREIRA, 2016). Para Sarti (2001), até esse período as ações políticas que faziam parte da agenda dos feminismos estavam muito mais marcadas pelo engajamento contra o regime militar.

Também seguindo essa linha de argumentação, Ana Maria Colling (2015), afirma que os grupos feministas organizados se engajavam na construção de uma resistência à ditadura, ficando mais no campo da discussão dos “problemas específicos das mulheres como sexualidade, contracepção, aborto, dupla jornada de trabalho e a discriminação econômica, social e política. Era como uma reação não-armada à repressão política.” (p. 377).

Karla Adrião, Juracy Toneli e Sônia Maluf (2011) analisam os encontros feministas, que ganharam força a partir dos anos 70, como importantes espaços de unificação e troca de experiências. Desse modo,

Os encontros feministas, nacionais e latino-americanos, caracterizaram-se, desde o início, como espaços de fortalecimento e discussão interna dos passos feministas, agendas e formulações. Porém, mais que isso, esses espaços se conformaram, na percepção das diversas mulheres que os compõem, como lugares de exercício de um modo de ser feminista e de fazer feminismo. (ADRIÃO; TONELI; MALUF, 2011, p. 662).

Em função disso, os debates feministas se tornam mais expressivos, tornando a problematização sobre o papel social das mulheres parte de espaços públicos, eventos científicos, como a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), fóruns e reuniões (ALVES; ALVES, 2013; TELES, 2017). Essa conjuntura incentivou a criação de novos grupos feministas, que tinham o “compromisso de lutar tanto pela igualdade das mulheres como pela anistia e abertura democrática.” (SOARES, 1998, p. 37).

Assim, o questionamento sobre o papel social das mulheres se desdobrou na construção de pautas de reivindicações em torno de direitos reprodutivos e da violência contra as mulheres, por exemplo (COSTA, 2005). Um elemento que aponta para o desdobramento desse debate em outros lugares é a formação de grupos de reflexão, com caráter privado. Costa (2010) explica que essa característica se dá, porque “as mulheres só ingressavam por convite ou indicação (...) reflete o clima de terror e perseguições que caracterizava o regime militar naquele momento no Brasil” (p. 178).

Um outro fator importante no ano de 1975, e que se organiza a partir desse contexto, é o Movimento Feminino de Anistia, que foi composto, principalmente, por mulheres familiares de vítimas da ditadura (SOARES, 1998; SILVA, 2011; MAGALHÃES, 2017; TELES, 2017). Costa (2005) apresenta que o objetivo desse movimento era “articular as lutas e mobilizações em defesa dos presos políticos, pelo retorno dos banidos, por uma anistia ampla, geral e irrestrita.” (p. 18). Sarti (1998) aponta que as mobilizações tiveram como resultado

a volta das exiladas no começo dos anos 80, reencontro que contribuiu para fortalecer a corrente feminista no movimento das mulheres brasileiras. As exiladas traziam em sua bagagem não apenas a elaboração (alguma, pelo menos) de sua experiência política anterior, com também a influência de um movimento feminista atuante, sobretudo na Europa. Além disso, a própria experiência de vida no exterior, com uma organização doméstica distinta dos tradicionais padrões patriarcais da sociedade brasileira, repercutiu decisivamente tanto em sua vida pessoal quanto em sua atuação política. (p. 7).

Em 1978, as mulheres organizaram greves operárias, pensadas em decorrência de sua participação em sindicatos. Foram reivindicadas pautas como salário igualitário entre cargos equivalentes, contra o trabalho noturno, o abuso de autoridade, creches e criação de um departamento para mulheres nos sindicatos (TELES, 2017). Tais processos de reivindicação foram decisivos na contribuição “no processo de democratização do Estado produzindo, inclusive, inovações importantes no campo das políticas públicas.” (CARNEIRO, 2003 p. 118).

A participação das mulheres no movimento sindical pode ser lida como um reflexo daquilo que começamos a discutir anteriormente, sobre a atuação delas junto a movimentos que, a princípio, não pautam questões específicas, mas que sempre atravessam ou são atravessadas pelas questões de gênero e pela desigualdade entre homens e mulheres. Soares (1998) destaca, nesse sentido, que a participação das mulheres consegue articular “uma luta contra a discriminação por sexo nos locais de trabalho com uma demanda visando romper a assimetria nas relações de poder no interior das organizações sindicais.” (p. 41).

Provocar essas fissuras é importante para a ampliação do espaço político e para uma transformação nos moldes de fazer política, além de apontar que não necessariamente há um

limite definido entre o que são questões específicas e/ou gerais, tendo em vista sua construção mútua.

Diante desse cenário, podemos entender que a maior aproximação que aconteceu entre os feminismos e os movimentos de esquerda, inclusive, na incorporação de causa feministas às suas bandeiras, se deu através de um processo de articulação que tem se construído desde, pelo menos, o final dos anos 60. A exemplo dessa articulação, Ana Carla Alves e Ana Karina Alves (2017) afirmam que os grupos feministas, na década de 80, estabeleceu um diálogo com outros movimentos sociais, como movimentos de raça e aqueles mais ligados à vertente marxista. Costa (2005) traz essa vertente a partir do diálogo dos grupos feministas com os partidos políticos. Para a autora, o interesse dos partidos se deu porque

O avanço do movimento fez do eleitorado feminino um alvo do interesse partidário e de seus candidatos, que começaram a incorporar as demandas das mulheres aos seus programas e plataformas eleitorais, a criar Departamentos Femininos dentro das suas estruturas partidárias. Até o principal partido da direita, o PDS, criou seu Comitê Feminino. (COSTA, 2005, p. 6).

Para além da articulação com esses grupos, as mulheres passaram a se organizar em outros espaços e com outras mulheres. Para Moreira (2016), essa ação caracteriza

um movimento altamente articulado entre mulheres e feministas universitárias, que promoveram a institucionalização do estudo sobre a mulher, criando grupos de estudos e pesquisas, núcleos interdisciplinares, organizações não governamental (ONGs), grupos de trabalhos e articulação de congressos, colóquios e seminários, resultando em uma fase de intensa produção intelectual. (p. 223).

As organizações que se construíram, principalmente, desde o incentivo da ONU para os encontros de mulheres, culminaram no processo de reivindicação para mudanças na Constituição, junto à demanda por políticas públicas¹⁰. Uma das diretrizes do plano mundial, desenvolvido pela ONU, foi a criação de uma instância governamental para a promoção e garantia da igualdade entre os gêneros (ADRIÃO, 2008; SARTI, 1988).

Como resultado dessas ações, em 1983 foi implementado a primeira política pública voltada à saúde integral das mulheres, o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) (DAMASCO, 2008). Para algumas autoras (ADRIÃO, 2008; DAMASCO, 2008) o PAISM é considerado uma grande conquista do movimento feminista, pela atenção do Estado em relação às reivindicações em relação a saúde e por compreender as mulheres de modo integral, não apenas em função de seu caráter biológico e, mais especificamente, reprodutivo.

¹⁰ Lourdes Bandeira e Tânia Almeida (2015) entendem as políticas públicas como um meio de diálogo “entre o Estado e a sociedade civil em que diretrizes e princípios norteadores são transformados em ações, regras e procedimentos que (re)constróem a realidade”. (p. 275).

Sobre sua eficácia, Jacqueline Brigagão (2011) aponta que existem algumas discordâncias, mas que para a autora se destaca como avanço o uso do termo “saúde integral da mulher”, que substituiu uma noção que partia apenas a partir de um viés materno.

Portanto, a saúde da mulher era vista e pensada em termos da saúde materno-infantil, sem pensar os outros aspectos da saúde reprodutiva e da mulher como um todo. Esse é um dos termos que contribui nessa luta por uma perspectiva mais ampla e para ajudar nesse processo de construção tanto de políticas quanto de serviços de saúde que deem conta de atender às necessidades e às demandas da mulher como sujeito integral, não só como mãe. A partir de então, o termo saúde da mulher passa a ser usado e continua sendo muito usado entre nós. (BRIGAGÃO, 2011, p. 58).

O ano de 1985 marca o fim da ditadura militar e a abertura política para a ampliação do direito das mulheres, por isso, dez anos depois de sua proposta, no Brasil é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) (SARTI, 1988; ADRIÃO, 2008; ALVES; ALVES, 2017). Sarti (1988), afirma que a importância desse órgão se dá em razão desta “ser a primeira vez que, no governo federal, se reconhece a existência da desigualdade sexual e da importância da atuação das mulheres no Brasil.” (p. 46).

O CNDM, segundo Costa (2005) é fruto

de uma articulação entre as feministas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o presidente Tancredo Neves, no processo de transição. Graças à atuação direta de algumas feministas nas esferas de decisão e planejamento, logo, o CNDM, de fato, se transformou em um organismo estatal responsável por elaborar e propor políticas especiais para as mulheres, e, contrariando o temor de muitas feministas, se destacou na luta pelo fortalecimento e respeito à autonomia do movimento de mulheres (p. 7).

Sua atuação se dá, também, na articulação com os Conselhos Estaduais e Municipais, de modo que, resultou-se disso a realização de “inúmeros atos públicos, seminários, debates, palestras, e atividades artísticas e culturais pelo Brasil afora, todas visando responder a seguinte pergunta “O que é preciso mudar?”, (em referência às leis constitucionais) indagada pelo Conselho Nacional.” (SILVA, 2011, p. 137). Esses diálogos resultaram no Encontro Nacional Mulher e Constituinte¹¹, em 1986, na cidade de Brasília, onde discutiram questões como: violência contra as mulheres, educação, saúde e questões raciais; esses pontos advieram de debates suscitados em reuniões que aconteceram pelo país (SILVA, 2011).

Desse Encontro foi elaborada a “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes”, apresentada aos constituintes e à toda sociedade civil; nela foram apontadas reivindicações referentes à experiência das mulheres, questões específicas – como a garantia à igualdade e o

¹¹ Constituinte se referente à Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 onde se elaborou a atual Constituição brasileira.

combate à violência –, e questões gerais – como a reforma agrária e a garantia de um Estado democrático (COSTA, 2005; SILVA, 2011).

O Congresso Constituinte foi eleito em 1987, que pela primeira vez teve deputadas participando: 26 de 559 no total (SARTI, 1988; TELES, 2017). Houve uma grande mobilização de mulheres para a aprovação ou alteração de leis, que não legitimassem o lugar de opressão o qual as mulheres eram subordinadas (ADRIÃO, 2008; BLAY; AVELAR, 2017). Quase todas as reivindicações apresentadas foram incluídas no texto da Constituição de 1988, para Teles (2017), a principal exceção se refere ao direito ao aborto. A adesão às reivindicações se deu a partir de uma ação nomeada como ‘*lobby do batom*’, onde feministas atuaram no processo de convencimento dos parlamentares e na garantia de discussão sobre suas pautas (COSTA, 2005; SILVA, 2011).

A partir desses momentos podemos concordar com Blay e Avelar (2017), quando as autoras afirmam que o processo de redemocratização contribuiu para a construção de um novo cenário feminista, onde “ampliaram-se as organizações sociais feministas, as organizações de mulheres sem vínculo ideológico ou partidário (...). As reivindicações feministas de diversificaram.” (p. 88). Além da redemocratização em si, a participação do movimento feminista foi importante na articulação do mesmo com o viés institucional e para seu reconhecimento como demanda política.

1.2. Outras bandeiras de luta na consolidação da democracia

O estabelecimento das mulheres como sujeito político se deu ao longo desse processo que tratamos até aqui, a partir de suas reivindicações a nível público, para garantia de seus direitos e ressignificação do seu papel social. O período da redemocratização e as conquistas do movimento feminista nesse período, culminado com a nova Constituição de 1988, foram elementos importantes para a consolidação de algumas pautas feministas.

Por isso, nesse tópico discutiremos sobre o modo como se encaminhou a luta feminista deste período em diante, a partir de alguns tensionamentos no interior do feminismo e de garantias à nível institucional, que foram reivindicadas, sendo uma delas a construção de políticas públicas.

Com as conquistas na Constituição de 88, as bandeiras do movimento passaram a ser marcadas por reivindicações relacionadas a questões de saúde e violência contra às mulheres, que desde então tem sido umas principais demandas de reivindicação. Inserido no campo político, os feminismos têm como marca a busca por políticas de ações afirmativas para as mulheres, com o objetivo de

combater o preconceito institucionalizado que faz com que certos grupos da população sejam prejudicados em processos de disputa por vagas no mercado de trabalho, no sistema educacional, em cargo públicos etc., de forma a ampliar seus recursos e favorecer a construção da justiça social. (SACCHET, 2015, p.26)

Para Teresa Sancchet (2015), a partir dessas políticas se reconhece institucionalmente as condições de desigualdade presentes no segmento alvo das ações afirmativas. Aqui no país, elas foram legitimadas na Constituição, com artigos referentes à assimetria entre os gêneros e questões de acessibilidade para pessoas com deficiência.

Ao considerar as problemáticas em torno do gênero se assume a não-neutralidade das “ações políticas no que diz respeito à condição de gênero e aos impactos diferenciados que exercem sobre homens e mulheres.” (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015, p. 276). Assim, Lourdes Bandeira e Tânia Almeida (2015) apontam que com essa postura compreende-se que o as instituições do Estado têm participação pra produção das normas articuladas às relações de gênero.

Em razão da necessidade em atender as demandas relacionadas ao cotidiano das mulheres e objetivando a construção de uma rede de assistência, as Organizações Não Governamentais (ONG) ganharam força no Brasil, a partir dos anos 90 (SARTI, 2004; COSTA, 2005; GOHN, 2014). Sendo um dos desdobramentos das ações dessas ONGs, de acordo com Maria da Glória Gohn (2014), a participação de mulheres na construção de políticas públicas.

Mariana Damasco (2008) compreende esse momento como transformador no modo como se configurava o movimento feminista aqui, a medida que as ONGs provocam a “profissionalização do feminismo” (p. 40). Essa mudança também está situada em torno da construção de uma nova forma de participação das mulheres no cenário político, como afirma Céli Pinto (2001):

Em síntese, a questão que se coloca é a de um novo padrão de participação política colocado pela presença dos movimentos sociais e posteriormente pelas ONGs. Essas novas formas não substituem a representação parlamentar, mas provocam mudanças nesta e com ela interação. (p. 105).

Tal especialização em torno do movimento feminista ocasionou, de acordo com uma avaliação feita por Sarti (2001; 2004), no esvaziamento de grupos que centravam suas bandeiras a partir da opressão contra as mulheres, potencializando a valorização de questões relacionadas à saúde, como o direito reprodutivo, por exemplo. A partir das análises de Gohn (2014), podemos compreender que a construção desses outros modos de atuação se dá com a “articulação feminista em práticas institucionalizadas, atuando via ONGs em projetos e programas sociais apoiados por órgãos públicos com o apoio de organismos internacionais” (p. 142). Para Sarti (2004), a construção desses projetos

respondiam às prioridades das agências financiadoras. Foi o caso daquelas relacionadas à saúde da mulher, que causaram impacto na área médica entre as quais emergiu o campo dos “direitos reprodutivos”, que questionou, de um ponto de vista feminista, a concepção e os usos sociais do corpo feminino, particularmente pela medicina dirigida à mulher (ginecologia e obstetrícia), em torno das tecnologias reprodutivas. (p. 42).

Costa (2005) analisa o cenário de países como o Chile, México e Bolívia a partir da dicotomia entre as feministas autônomas e as organizadas junto às ONGs, principalmente em função das críticas que as primeiras fazem em relação a articulação com agências nacionais e internacionais. Já no Brasil, a autora observa que esse conflito não ganhou força, pois as ONGs feministas aqui foram atravessadas por um processo mais amplo de consulta e estímulo de participação, em função de uma experiência democrática, esse caráter se dá em razão destas organizações terem surgido a partir de grupos autônomos locais.

Apesar disso, é justamente a ação junto aos órgãos institucionais que provoca um tensionamento no campo feminista (ADRIÃO, 2008). Pois, se por um lado, essa articulação proporciona construir políticas públicas com uma participação das mulheres junto ao Estado (PINTO, 2001), por outro, são feitas críticas em torno dessa articulação, muito relacionadas ao questionamento em relação à autonomia dos movimentos sociais em relação ao governo e às instituições internacionais que financiam algumas agendas definidas a priori (ADRIÃO, 2008).

Sobre a ação conjunta entre o movimento feminista e o Estado, Silvana Mariano (2001) aponta essa relação passa por mudanças ao longo dos anos. Pois, ela vai desde a negação do Estado, em função do governo militar e ditatorial, até a aproximação em razão do reconhecimento de suas pautas e da participação das mulheres à nível representativo. Um ponto positivo que é possível observar desta articulação é a ampliação do campo político em direção a incorporação de pautas que surgem no interior dos movimentos sociais e/ou da sociedade civil, em um movimento de fora para dentro (do Estado) e, nesse sentido, um crescente no caráter democrático (MARIANO, 2001).

Em contrapartida, Mariano (2008) argumenta que a ação das ONGs feministas pode se tornar problemática “quando identificamos casos em que os próprios governos buscam estimular o surgimento dessas organizações com as quais pretendem estabelecer ‘parcerias’ para a execução de atividades relacionadas às políticas públicas estatais” (p. 38). Assim

Além dos riscos que a institucionalização estatal representa para a autonomia dos movimentos de mulheres, há ainda dúvidas quanto à própria eficácia do Estado para implantar políticas de cunho feminista. Este tipo de crítica, quando de sua origem, não estava diretamente voltado aos governos, mas sim ao Estado em si, em razão de suas características estruturais. Questionamentos desse caráter mobilizam até hoje as avaliações e os estudos sobre a relação dos movimentos de mulheres com o Estado. (MARIANO, 2008, p. 38-39).

Relacionado à manutenção dos valores democráticos, Adrião (2008) e Moreira (2016) indicam a ocupação de mulheres nos espaços do poder legislativo e judiciário como uma importante conquista, especialmente no que se refere à garantia de representação. Esse processo fala também da articulação, que tem sido construída ao longo das décadas, entre de grupos feministas e partidos políticos.

Desse modo, esses dois aspectos – a ascensão das ONGs e a participação política das mulheres, à nível institucional ou não – se desdobram na ampliação das políticas públicas para mulheres. Nesse sentido, Raissa Araujo e Karla Adrião (2017) apontam para a importância em

ressaltarmos que a criação de organismos de política para mulheres nos anos 2000 corresponde a uma mudança de postura do Estado, que passa a reconhecer publicamente a existência de desigualdades sociais entre mulheres e homens ao passo que fortalece possibilidades de execução de uma política pública estruturada. (p. 7)

O reconhecimento dessas questões pelo governo é importante para a resignificação do imaginário social em torno das desigualdades sociais, que marcam fortemente as relações de gênero. O processo para isso envolveu muito engajamento e a conquista dos direitos se deu em razão do regime democrático que vivemos nos últimos 30 anos.

Um outro aspecto importante com relação a esse marco histórico-político é a definição de determinados sujeitos e suas implicações na construção de uma agenda política feminista, entendemos que neste segundo momento da trajetória feminista que estamos tratando aqui há uma diversidade de sujeitos disputando o campo político feminista, tendo em vista, principalmente, a diversidade de bandeiras de luta pautadas nesse período.

A emergência de outros sujeitos políticos¹² no interior do campo feminista faz com que este movimento se torne mais diversificado, se configurando cada vez mais como uma ação política heterogênea e plural. A heterogeneidade do movimento feminista não está dada, um dos meios de sua constituição é a partir da afirmação de identidade políticas construídas histórico e socialmente.

O engajamento das mulheres negras é um marco na trajetória do movimento feminista por, justamente, provocar uma ruptura nas práticas e nas pautas feministas. A organização política das mulheres negras é interessante para pensarmos sobre como se constituem outros sujeitos políticos feministas. Esse processo é

resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos. (WERNECK, 2010, p. 76).

¹² A discussão sobre os outros sujeitos dos feminismos terá continuidade no tópico seguinte deste capítulo.

A reivindicação por esse lugar no movimento feminista acontece em função de uma noção comum de que todas as mulheres estavam em pé de igualdade no interior do movimento, porém sabendo dos efeitos do racismo, das diferenças econômicas e culturais, as mulheres negras tendem a buscar suas especificidades questionando o próprio movimento feminista (CARNEIRO, 2003).

A organização do movimento de mulheres negras no Brasil nasce do objetivo de “contemplar reivindicações e pautas que não eram consideradas no movimento social negro, de hegemonia masculina, nem nos movimentos feministas que pretendiam abranger as reivindicações e agendas de todas as mulheres” (OLIVEIRA, 2015, p. 235). Para Cristiano Rodrigues e Marco Aurélio Prado (2010), a busca e a emergência de uma outra forma de participação política das mulheres negras estão relacionadas ao impedimento de uma militância política em razão do governo militar. Buscou-se, nesse sentido,

romper as hierarquias sociais, a tradição de mandonismo e clientelismo da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que exigiam direitos de cidadania concomitantes a satisfação de carecimentos estruturais e materiais de grande parcela da população. (RODRIGUES; PRADO, p. 450).

A construção dessa identidade política desencadeou na participação das mulheres negras em diferentes grupos como: Movimento de Favelas, Movimento de Trabalhadoras Domésticas, Comunidades Religiosas Afro-brasileiras e alguns grupos de esquerda (RODRIGUES; PRADO, 2010). De acordo com Maria Luísa Oliveira (2015), a articulação das mulheres negras com o feminismo se fortaleceu no III Encontro Feminista Latino-Americano, que aconteceu em 1985. Esse Encontro é considerado importante por Adrião (2008) por ser o primeiro realizado no Brasil. Com relação à discussão suscitada, a autora explica que neste evento

não se colocava com centralidade a questão de quem são essas mulheres. “Mulher” era o significante inquestionável que reunia as integrantes do movimento e que, portanto, não estava sujeito a discussões ou maiores debates ou segmentações, ainda que grupos específicos e o tópico “diversidade” já se apresentassem. (ADRIÃO, 2008, p. 66).

Ainda de acordo com a autora, a questão da diversidade tinha o intuito de inserir no discurso político a diferença e a necessidade de construir ações a partir de pautas específicas. Nesse momento, “apenas as negras já se constituem como segmento com pauta própria, em seus sentidos e discursos.” (ADRIÃO, 2008, p. 66). Com a organização das mulheres negras em prol de pautas específicas, aconteceu o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em 1988, na cidade de Valença-RJ (RODRIGUES; PRADO, 2010; SOUZA, 2018) e teve a participação de 450 mulheres, que discutiram sobre modos de estimular a participação das mulheres para

além do feminismo, via articulação da raça com questões como gênero e classe¹³. Essa articulação é um dos principais elementos que constituem o que se compreende pelo Movimento de Mulheres Negras.

Nos dias de hoje, essas ações se desdobram na participação das mulheres negras em políticas públicas, principalmente as que estão relacionadas à saúde e aos direitos das mulheres (OLIVEIRA, 2015). No ano de 2018, comemorando os 30 anos desde o primeiro evento, realizou-se na cidade de Goiânia, no estado de Goiás, mais um Encontro Nacional, tendo como tema: ‘contra o racismo, a violência e pelo bem viver’. A decisão de organizar este último se deu em meio ao Fórum Social Mundial de 2018 e, desde então, foram realizados Encontros Estaduais por todo país, que tiveram como intenção a troca de experiência e articulação entre mulheres negras, debatendo questões e pautas para serem levadas ao Encontro Nacional.

1.3. A pluralidade no feminismo e a ameaça democrática

Para nortear a discussão deste tópico utilizaremos como marco político o primeiro governo do PT (Partido dos Trabalhadores), que aconteceu com a chegada de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República em 2003. Utilizaremos esse recorte por concordarmos que este momento é relevante com relação ao estreitamento da relação entre Estado e movimentos sociais (MACHADO, 2013; PARAIZO, 2017).

Assim, podemos destacar dois pontos importantes sobre o início desse período e a relação dos movimentos sociais com o Estado. O primeiro é que nesse período, de acordo com Frederico Machado (2017), foram realizadas várias Conferências Nacionais com a participação de pessoas articuladas ou não a grupos de movimentos sociais. O incentivo a essa participação é uma marca importante no que se refere à ampliação democrática.

Já o segundo se refere à Lei Maria da Penha, sancionada em 2006 e é uma importante conquista para o movimento feminista, que tem há muitos anos reivindicado ações de combate à violência contra as mulheres. A Lei “cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal” (BRASIL, 2006). A viabilização da criação desta lei foi possível pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM)¹⁴, que foi cunhada em 2003 com status ministerial. Como

¹³ Fonte: <http://www.cfemea.org.br/>

¹⁴ Desde o fim do governo do PT a SPM perdeu seu caráter ministerial, uma vez que já no governo de Michel Temer passou a integrar o ministério dos Direitos Humanos, no ano de 2018. E desde o início do governo Bolsonaro, no ano de 2019, a SPM está vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Cecília Santos (2010) aponta, a “criação da SPM permitiu a possibilidade de alianças entre o novo governo e as organizações não-governamentais feministas.” (p. 163).

As garantias conquistadas pelo movimento feminista emergem junto à discussão sobre as distintas possibilidades de ser mulher e o modo como essa problemática surge no interior do movimento. Especialmente com relação ao questionamento sobre a quem essas conquistas servem, quem são as mulheres representadas pelo feminismo? Um dos exemplos sobre os tensionamentos que emergem em momentos distintos da história é o Movimento de Mulheres Negras, como discutimos acima.

A tensão sobre identidades que discutiremos daqui em diante repercutiu a partir do fenômeno das ONGs, que para Júlia Zanetti (2009), é um momento do feminismo, em que “é possível afirmar que ela espelha as diferentes formas que o feminismo assumiu nesse período, como desdobramento da crítica ao feminismo excessivamente branco, classe média, intelectual e heterossexual.” (ZANETTI, 2009, p. 39). A crítica a esse feminismo branco, de classe média, acadêmico e heterossexual está exatamente na reprodução de hegemonias no feminismo, reprodução de uma lógica que está dada para além dele mesmo. Então, nos subtópicos seguintes pensaremos a fragmentação ou a pluralidade do feminismo a partir da participação feminista de jovens e mulheres trans.

1.3.1. Fragmentação ou pluralidade: os sujeitos políticos do feminismo

Com a maior inserção das mulheres no espaço da política e a conquista de algumas demandas ao longo dos anos, o movimento feminista tem tido como característica a pluralidade. Esta pluralidade pode ser lida a partir de distintas concepções e modos de atuação política, mas discutiremos especificamente algumas identidades que reivindicaram, assim como as mulheres negras, por legitimidade no espaço político feminista. Pensar essas identidades é importante para observarmos as torções que elas provocam no interior do próprio movimento, ao pautarem questões que não estavam postas até então.

Karla Adrião e Maria Juracy Toneli (2008) afirmam que os discursos sobre outros sujeitos no feminismo acontecem desde os anos 80 e indicam três elementos:

- (a) novas ações no mundo político, (b) a constituição de disputas de reconhecimentos de novas identidades dentro do feminismo, e (c) a evidência da problemática do(s) sujeito(s) do feminismo como uma questão central para o movimento feminista brasileiro na atualidade. (p. 465).

O 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (EFCLAC), que aconteceu em 2005, é apontado como um importante momento na compreensão da juventude e da

transexualidade como um elemento da luta feminista (ADRIÃO; TONELI, 2008; ZANETTI, 2009). No evento a discussão sobre o surgimento desses sujeitos políticos

foi tão marcante que alterou a rota de trabalhos organizada no cronograma do evento, lançando um espaço na plenária final, para votação de participação efetiva – no caso das transgêneros – nos próximos encontros feministas; e causando debates acirrados nos espaços informais do evento. No caso das jovens feministas, estas também causaram indagações e questionamentos por parte das demais acerca do lugar de reivindicação etária dentro do movimento feminista. (ADRIÃO; TONELI, 2008, p. 470)

A participação das mulheres trans no movimento feminista provoca muitas reflexões sobre a própria concepção de mulher, sobre o objetivo do feminismo ou até que ponto estamos presas a esse marcador, o quanto ele pode ser mutável, e o quanto ele é socialmente construído e se vale dar o braço a torcer ao biologicismo, que tanto foi criticado, por seu caráter essencializado.

O transfeminismo começa a ganhar contornos mais significativos a partir do século XXI se constituindo a partir de quatro princípios, como aponta Jaqueline de Jesus (2013):

redefinição da equiparação entre gênero e biologia; (2) reiteração do caráter interacional das opressões; (3) reconhecimento da história de lutas das travestis e das mulheres transexuais e das experiências pessoais da população transgênero de forma geral como elementos fundamentais para o entendimento do feminismo; e (4) validação das contribuições de quaisquer pessoas, sejam elas transgênero ou cisgênero (p. 5).

Então, se configurando a partir de uma vertente filosófica e política, o transfeminismo surge justamente da impossibilidade de participação de mulheres trans no movimento feminista. Ainda assim, se compreende que há uma secundarização, quando não há a exclusão, de suas pautas no interior dos feminismos.

Desse modo, as transfeminista se “organizam para lutar em prol de sua emancipação e autonomia” (KAAS, 2015, p 1) tendo em vista a estrutura que as mantém à margem desse campo político. O principal meio de debate sobre o transfeminismo tem sido a internet, tanto em espaços compartilhados apenas por pessoas transgênero, quanto em outros que têm um alcance a pessoas cisgênero (JESUS, 2013)

Um dos modos de perceber a necessidade desta articulação é a partir do relato trazido por Adrião e Toneli (2008), onde no 10º EFCLAC se discutiu sobre a participação de pessoas trans no encontro seguinte, já que houve um veto para a participação delas neste encontro. Sobre isso, as autoras relatam que

Nos diversos espaços de discussão – formais e informais - os argumentos favoráveis à entrada das transgêneros nos encontros feministas alegavam, dentre outros fatores, que a utopia feminista de busca de igualdades teria possibilitado abertura, fissuras nos modelos heterossexuais. Ou seja, que a possibilidade de trabalhar os direitos sexuais

e a politização do espaço privado seriam propulsores de novos estilos de vida. (ADRIÃO; TONELI, 2008, p. 470)

A participação política das jovens feminista é um outro ponto importante desta discussão, pois foi reivindicado no interior do movimento feminista um espaço para pautar questões referentes à sua diversidade. Essas questões se referem às demandas sobre o próprio modo de organização do movimento, principalmente sobre como se construía as relações entre diferentes gerações, e sobre a necessidade de pautar reivindicações que abrangessem o marcador geracional.

Sobre a militância das jovens no movimento feminista, Zanetti (2009) afirma que sua emergência é reflexo da legitimação das juventudes, e suas especificidades, como sujeito político no espaço público. As

jovens começam a se reconhecer e a pressionar para serem reconhecidos(as) pela sociedade com seus direitos e interesses específicos. Certamente, esse novo contexto contribuiu para o empoderamento e valorização da identidade juvenil também no interior dos movimentos sociais.” (ZANETTI, 2009, p. 39-40).

Como citamos anteriormente, o crescimento da participação das jovens no feminismo foi percebido a partir do 10º EFCLAC, mas não significa dizer que anteriormente as jovens não estavam presentes, mas sim, como afirmam Adrião e Toneli (2008), que ela se dá de modo diferente de como aconteceu nos anos 80 e 90, pois fica marcado neste momento, que “ser jovem” tem um valor/peso de ordem semelhante ao “ser feminista”.” (p. 471).

Nesse evento se destaca uma moção, produzida e lida pelas jovens feministas presentes, onde se deixava marcada a necessidade de construir uma ação menos atravessada pelo preconceito geracional, adultocêntrico, e uma abertura para uma participação mais efetiva delas, com mais possibilidade de fala e escuta (SILVA, 2018). É em torno destas críticas que se situa uma das principais questões referentes à ação das jovens no feminismo, a crítica à hierarquização no interior do movimento (ADRIÃO; TONELI, 2008). Assim, Zanetti (2009) reafirma essa ideia entendendo que há uma desigualdade nas relações de poder que permeiam esse espaço e dificulta a própria inserção das jovens, sendo a inexperiência na militância um potencializador que impede que esse espaço seja disputado por elas.

Para além dessas questões, as reivindicações colocadas para fora do feminismo em si, estão ligadas às questões de raça e o direito ao aborto legal (SILVA, 2018; ZANETTI, 2009). Cabe destacar a Marcha das Vadias como uma manifestação relevante à nível global, organizada principalmente por jovens, que no Brasil aconteceu a primeira vez em 2011, tendo como principais reivindicações questões ligadas aos direitos sexuais e reprodutivos, à liberdade e ao corpo.

A intensificação dessa participação é marcada pela construção de outras formas de ação política, inclusive para além dos movimentos sociais, que não eram realizadas através das vias tradicionais, mas que em alguma medida aconteciam através da arte, da cultura e da religião (ZANETTI, 2009). Nesse sentido, Ana Cecília Silva (2018) afirma que “as jovens buscam ultrapassar os espaços tradicionais de participação política, o que provoca, sem dúvida, outras formas de agir politicamente que atraem uma parcela da população que já não se contenta mais com os modelos que estão postos.” (p. 57).

Refletir esses segmentos no feminismo provoca justamente o que nos interessa discutir aqui, o questionamento “sobre quem são seus sujeitos e quais os lugares políticos qualificados e qualificadores do discurso feminista – e os modos como esses sujeitos e subjetividades vêm sendo constituídos no interior do movimento.” (ADRIÃO; TONELI, 2008, p. 471).

1.3.2. O movimento feminista desde o golpe de 2016

Tentaremos, agora, pensar essa trajetória a partir de um momento muito atual, assumimos, aqui, o risco em contar um momento tão recente, que ainda está sendo vivenciado e que por isso, é possível que nos escape algumas análises mais profundas.

Como citamos mais acima, autores como Dias (2018) considera que o processo de redemocratização do país foi interrompido na consolidação do golpe de Estado que culminou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff, que iniciou seu primeiro mandato no ano de 2011. O uso do termo *golpe* é utilizado

para designar atos militares, jurídicos, políticos, midiáticos etc., que intente e, por vezes, consegue causar ruptura das práticas democráticas, ainda que essa democracia seja meramente formal-abstracta. O que faz um golpe ser um golpe é o fato de ele anular o poder do povo. Foi precisamente isto o que ocorreu: no Brasil, em 2016, houve um golpe. (DIAS, 2018, p. 70).

Diferente de outros, este golpe tem uma estrutura constitucional (GUILHERME, 2017; DIAS, 2018; FRANCO, 2018), que acaba lhe colocando como democrático, apesar de deslegitimar o voto e a escolha popular por um governo que, em alguma medida, está atento à promoção de um maior bem-estar social e às diferenças sociais, em função de uma mudança social (GUILHERME, 2017; MENICUCCI, 2018). Para isso, se construiu uma rede de articulação fundada em elementos como: capital econômico, político e midiático; que construíram a narrativa golpista (GUILHERME, 2017; DIAS, 2018). Desde 2016, temos experienciado os efeitos de viver sob um governo não legítimo, de Michel Temer, que objetivou

implantar uma agenda política, econômica e social que não passou pelo crivo do voto popular, impõe-se ao grupo golpista a urgente ocupação e rateio de todos os postos estatais. As primeiras ações do governo Temer demonstram inclinação antipopular e desmanche da rede de proteção social constitucional, numa “avalanche de legislação

tentando redesenhar o território político e social do país”. Provando assim que “não faz parte da agenda dos usurpadores patrocinar debates públicos” (SANTOS, 2017:186). (GUILHERME, 2017, p. 14-15).

Diante dessa conjuntura, Araujo e Adrião (2017) afirmam que as manobras do governo têm consequência direta nas políticas para mulheres, principalmente em razão da mudança dessas políticas para o Ministério da Justiça e Cidadania. Na análise das autoras a extinção do Ministério de Política para as Mulheres, junto à composição apenas por homens no alto escalão do Governo Federal, são tidas

como ameaças ao modelo Estado machista. Há, portanto, a morte das mulheres como sujeitos políticos, como *sujeitos da cidadania*. Em paralelo, com o retorno da vinculação da pasta das mulheres ao Ministério da Justiça, ressurge quase com exclusividade o *sujeito mulher vítima de violência*. (p. 10, grifo das autoras).

Assim, como é apontado por Eleonora Menicucci (2018), o golpe sofrido em 2016 teve como efeito a interrupção do processo de mudança social que vinha acontecendo no país nos últimos anos. Em decorrência das eleições presidenciais de 2018 e da grande possibilidade de vitória do, até então, candidato Jair Bolsonaro e de todo um ideário conservador que está em torno dele, as mulheres se organizaram em prol da negação ao candidato e suas ideias. Se construiu uma forte mobilização nacional, denominada de Ele Não.

As distintas bandeiras de luta pautada pelos feminismos ao longo da trajetória que tratamos aqui em relação ao sujeito do feminismo atualmente indica para a análise feita por Sônia Maluf (2006), onde considera que tem se tornado cada vez mais frequente a reivindicação por uma identidade política específica, afastando-se das noções universais do que se entende por mulheres. Apesar disso, cabe ressaltar que afirmação de uma identidade política específica não exclui a possibilidade de construir pautas comuns, refletindo a partir do cenário que temos vivenciado; podemos afirmar que a construção de bandeiras comuns reivindica, justamente, que tenhamos a possibilidade de existir a partir de nossas especificidades.

A busca por essa especificidade está ancorada na necessidade de disputar espaço e legitimidade no campo político feminista. Isso pode ser compreendido a partir da ação política de jovens feministas, mulheres negras e mulheres trans, por exemplo, que buscam estabelecer suas questões no interior deste cenário. A demanda pelo estabelecimento de uma determinada identidade política não significa dizer que tais especificidades não estejam presentes no interior da política feminista, mas sim que

se antes questões como raça, sexualidade etc, marcavam especificidades (as negras, lésbicas, etc eram o ‘outro’ dentro do feminismo) em relação à ‘identidade maior’ (mulheres e/ou feministas), hoje não é mais possível pensar, de acordo com esses discursos da diferença, nessa ‘identidade maior’ sem passar pelas diferenças, ou, melhor dito, se antes essas questões eram especificidades em relação à questão geral

da 'mulher', hoje elas tomaram o lugar da própria 'questão geral'. (MALUF, 2006, p. 4).

O deslocamento da centralidade em torno da temática do que é ser mulher se dá, segundo Karla Adrião e Maria Juracy Toneli (2006), a partir da inserção do gênero no debate feminista, por um lado “permitindo visibilizar as identidades e os sujeitos do feminismo na relação com o poder e o discurso, por outro, como decorrência, permitiu que novas demandas por legitimidade nesse campo de disputas se fizessem presentes.” (p. 466).

2 TENSIONAMENTOS EM TORNO DA NOÇÃO DE GÊNERO

Neste segundo capítulo discutiremos a nuance da academia, presente no interior da noção de campo feminista¹⁵, que é atravessada por elementos tidos como opostos de antemão, mas que se dão de modo complementares, assim como a própria dicotomia oposta entre a ciência e a política (ADRIÃO, 2008). Tomar a ideia de campo feminista, a partir dos elementos que o compõe – tratados aqui o político e o teórico –, não significa que haja uma demarcação totalmente explícita sobre o fim de um e início do outro. Assim, pensar a interface entre estes não anula o próprio tensionamento que existe em torno deles.

Entendemos que pensar o viés teórico do campo feminista se faz necessário na medida em que este é um dos frutos de reivindicação das mulheres, conquistado a partir do deslocamento das questões em torno do gênero para o âmbito público. Mais do que isso, as teorias feministas se configuram como um elemento que questiona, reflete e problematiza a própria luta das mulheres, de modo que se caracterizam como diversas e compostas por conflitos que estão presentes, inclusive nas concepções de feminismo. A pluralidade é reafirmada através dos desdobramentos destas teorias, que têm como princípio o comprometimento político com suas análises, pois ainda que,

o pensamento feminista não se constitui em um *corpus* unificado de conhecimento, e sabemos igualmente que o construto gênero foi apropriado das formas as mais distintas pelas inúmeras áreas disciplinares e suas teorias, mas é fundamental salientar que, sendo essa aproximação mais superficial ou mais substantiva, todos deveriam partir de um ponto comum que seria o da subordinação da mulher ao homem, para entender e explicitar, relacionalmente, as muitas vicissitudes de como tais relações de dominação e opressão são elaboradas socialmente. (MATOS, 2008, p. 337).

Um outro aspecto neste sentido, apontado por Marlise Matos (2015), é que enquanto teoria, o uso do gênero está para além da investigação e análise em si, pois serve de aporte epistemológico, se configurando como um conceito “aberto, pluriversal e contingente.” (p. 155), de modo que na construção das teorias feministas, a referida noção é central. Ainda que a diversidade se faça presente nas perspectivas teóricas feministas, há a compreensão de que as relações entre os gêneros são constituídas a partir da desigualdade e da opressão.

Assim, tecer teorias comprometidas com essa perspectiva fala do objetivo de construir epistemologias diversas que, a partir de diferentes lugares, consigam compreender a

¹⁵ Cabe ressaltar que o campo feminista é composto por nuances distintas, mas que não se excluem, pelo contrário, se retroalimentam. De modo que, o viés político dos feminismos não se finda na ação política organizada, pois se dilui, por exemplo, junto à aspectos teóricos e éticos, tendo como efeito a possibilidade de transformação de si e do mundo, como afirmam Alves e Alves (2013).

complexidade de suas análises de forma crítica e contextualizada¹⁶. Essas teorizações compartilham um ideário feminista que as compromete com a edificação de uma ciência engajada politicamente. Assim, há em comum o fato de “terem como meta a visualização do mundo através dos olhos dos outros, de serem emancipatórias e de refletirem a pluralidade e a diversidade das experiências humanas” (PAIVA, 1997, p. 521).

Desse modo, a pluralidade teórica no campo feminista será discutida a partir de algumas inflexões que a caracterizam; essas inflexões são expressão de algumas das disputas que existem em torno da noção de gênero e seus efeitos, as disputas por uma noção comprometida politicamente com a transformação social e algumas formas de pensar o gênero em articulação com outras categorias que demarcam processos de desigualdade. A diversidade destas leituras, em torno do gênero e das teorizações feministas, aponta para perspectivas distintas, com diferentes modos de compreender os feminismos e seus sujeitos.

2.1. Gênero enquanto conceito teórico feminista

A reflexão que faremos sobre as disputas em torno do gênero e seus desdobramentos é pautada a partir da compreensão de que o gênero, enquanto categoria analítica, se constitui como o principal eixo de organização política e teórica dos feminismos (MATOS, 2008; MAYORGA et al. 2013). No âmbito político, sua contribuição está na compreensão da construção de um sistema patriarcal¹⁷, que se dá em torno da desigualdade em torno das relações de gênero e constituído por relações de poder. Já no campo teórico, sua contribuição se centra no questionamento das normas que constroem e reproduzem essas desigualdades, enquanto modo de análise das mesmas.

O uso dessa noção, como apontam Luís Felipe Miguel e Flávia Biroli (2014) “abriu portas para tematizar, questionar e complexificar as categorias centrais por meio das quais era pensado o universo da política, tais como noções de indivíduo, de espaço público, de autonomia, de igualdade, de justiça ou de democracia.” (p. 17). Com a emergência do movimento feminista

¹⁶ A discussão será explorada de forma mais aprofundada a partir do debate sobre ciência e feminismo capítulo de metodologia.

¹⁷ Vale lembrar que, embora o Patriarcado sempre seja considerado como sistema de dominação masculina, há diferenças entre as maneiras de concebê-lo em correntes feministas radicais e socialistas. Às primeiras atribui-se a disseminação da idéia de Patriarcado como sistemas de opressão presentes ao longo do tempo e mediante as culturas, implicando que, universalmente, as mulheres compartilham uma realidade separada dos homens. Nas correntes socialistas, o patriarcado adquire uma dimensão histórica (variando no tempo) e uma base material, intimamente ligado aos modos de produção e reprodução – embora sua existência em modos de produção muito diferentes evoque os pressupostos radicais sobre a dominação masculina transhistórica (Heinen, 2000; Grant, 1993; Mohanty, 1991) (PISCITELL, 2008, p. 265).

a partir dos anos 70, como discutimos anteriormente, se complexificaram as questões em torno do gênero. Mirian Paiva (1997) afirma que as questões apontadas pelos movimentos sociais, a partir de suas reivindicações, marcam o início da emergência teórica feminista, de modo que contribuíram para a construção de novos paradigmas científicos, pautados em um processo contínuo de desconstrução e reconstrução.

No Brasil, a noção de gênero começou a ser utilizada ao mesmo tempo em que as lutas feministas no país foram se fortalecendo a partir diferentes formas de organizações (MAYORGA, et al., 2013). O surgimento dos grupos de reflexão ilustra bem esse período, que se iniciou no final dos anos 70, com os incentivos da ONU, e se constituíram como espaço de discussão sobre as questões de gênero (MOREIRA, 2016). Esses grupos, também nomeados como núcleos de gênero, têm seus estudos localizados em torno de origens ideológicas, como apontam Marcia Agostini e Gilney Santos (2015), de maneira que buscavam compreender o que contribuiu para a reificação de uma norma masculinista, opressiva e que impossibilita o exercício das mulheres como cidadãs de direito.

Dessa organização, a partir dos anos 90, desenvolveram-se grupos de pesquisa que se dedicam às análises do/pelo gênero, de modo que a ascensão dessa noção como categoria analítica (BITTENCOURT, 2013). Sobre estes grupos, Ana Alice Costa e Cecília Sardenberg (2014) afirmam que

A partir de 1990, com a introdução do Gênero como categoria de análise, haverá um grande impulso no processo de criação dos núcleos [...]. Só nesse ano surgem seis núcleos. Todos eles já incorporando no seu nome essa categoria, em contraste com os criados na década anterior, que se identificam como núcleos da Mulher. (p. 391).

Os ideais reivindicatórios, dos estudos que tinham como central na análise a teoria de gênero, vêm de uma influência dos Estados Unidos e da Europa, onde esses estudos já estavam sendo desenvolvidos antes de emergirem aqui no Brasil (COSTA; SARDENBERG, 2014). Nos Estados Unidos, como afirma Adrião (2008), os estudos se desenvolveram dos anos 70 em diante, construindo a compreensão do gênero como um conceito e categoria analítica.

Como conceito, esta noção de gênero é marcada por textos clássicos, como o de Gayle Rubin, intitulado ‘Tráfico de mulheres: notas sobre a economia política dos sexos’, publicado em 1975; e o de Joan Scott, que tem como título ‘Gênero: uma categoria útil para análise histórica’ (BITTENCOURT, 2013; MATOS, 2008; 2015). Em seu texto, Scott (1995) reconstrói o percurso histórico do uso do gênero enquanto uma categoria analítica. Na retomada e construção da trajetória sobre o uso do gênero, a autora aponta para duas maneiras distintas, quais sejam:

A primeira é essencialmente descritiva; quer dizer, ela se refere à existência de fenômenos ou de realidades, sem interpretar, explicar ou atribuir uma causalidade. O segundo uso é de ordem causal e teoriza sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando compreender como e porque eles tomam as formas que têm. (SCOTT, 1995, p. 74-75).

De modo geral, em sua discussão, Scott (1995) entende que o gênero lança possibilidade construir e reconstruir, a partir de um processo de reflexão crítica sobre si e sobre as mudanças das relações de poder que estão em torno das construções de gênero. Nas palavras da autora, este conceito e seus desdobramentos abre portas

para a reflexão sobre as estratégias políticas feministas atuais e o futuro (utópico), porque ela sugere que o gênero tem que ser redefinido e reestruturado em conjunção com a visão de igualdade política e social que inclui não só o sexo, mas também a classe e a raça. (SCOTT, 1995, p.29)

Assim, compreender o gênero através desta noção, contribui para entendê-lo a partir da possibilidade de transformação de seu sentido, pois à medida que ele não é tomado a partir de seu aspecto biológico, se exclui os contornos que o colocam como natural e dado de antemão. Deste modo, o texto de Joan Scott é importante para a compreensão do gênero como uma construção social, contribuindo para a apresentação do mesmo de forma ressignificada, sendo lido de modo a considerar as desigualdades que o perpassam (LOURO, 1997; MAYORGA et al., 2013). Ao compreendê-lo deste modo, as teóricas feministas caracterizam o gênero “como uma construção social e histórica de relações sociais desiguais estabelecidas entre homens e mulheres, o que acarreta a opressão das mulheres.” (MAYORGA et al., 2013, p. 464).

De modo geral, essa desigualdade, como apontam Miguel e Biroli (2014), foi assumida historicamente a partir de seu caráter natural¹⁸, a partir das diferenças biológicas que se referem aos sexos feminino e masculino. Assim, é em oposição ao determinismo biológico que a noção de gênero moderna é construída, logo, a definição contemporânea de gênero o ressignifica em função da crítica às teorias biologicistas que produzem uma estreita articulação entre o gênero e o sexo biológico. Essa lógica tem como efeito a afirmação de determinismos que normatizam e designam os papéis sociais de mulheres e homens (LOURO, 1997; MAYORGA et al, 2013).

A dicotomia entre cultural e biológico é um ponto de tensão nas teorias feministas e no modo como se conceitua o gênero. Adriana Piscitelli (1997) demonstra que existem críticas à construção dessa dicotomia. Donna Haraway é apontada pela autora como um dos nomes que criticam a ideia de que o gênero está para a cultura e, portanto, o sexo está para o biológico.

¹⁸ O uso do gênero nesses termos, como sinônimo de sexo, se deu em 1955, quando John Money construiu sua teoria sobre os papéis de gênero, que se referiam ao “conjunto de atitudes e comportamentos que poderiam ser atribuídos aos homens e às mulheres” (MATOS, 2015, p. 153).

Esta crítica está articulada à própria diferenciação entre sexo e gênero, que produz a normatização sobre os âmbitos onde se (re)produzem, sendo o sexo, designado à biologia, de ordem natural; e o gênero o que está no campo da cultura e que constrói socialmente o corpo (PISCITELLI, 1997).

Como contraponto a isto, Donna Haraway propõe o uso de uma categoria de análise alternativa, pautada por conhecimentos situados e que supere os limites colocados ao gênero, “tais como as limitações em situar historicamente outras categorias, os pressupostos universalizantes e caracterizadores de identidade associados ao conceito, os dualismos nele embutidos e suas características ‘colonizadoras’” (PISCITELLI, 1997, p. 53).

Para pensar a dicotomia natureza e cultura, biológico e social, Judith Butler (2013a) reflete sobre as oposições estabelecida para os gêneros que, justamente, designam uma série de normativas hegemônicas. Para ela, essa dicotomia e a separação entre a díade sexo e gênero não é possível, pois

Se o gênero é a construção social do sexo e se não existe nenhum acesso a esse “sexo” exceto por meio de sua construção, então parece apenas que o sexo é absorvido pelo gênero, mas que o “sexo” torna-se algo como uma ficção, talvez uma fantasia, retroativamente instalado em um local pré-linguístico ao qual não existe acesso direto (BUTLER, 2013a, p. 158).

A contestação frente a essa dualidade, está inserida na problematização que Butler (2013a) faz sobre gênero e seu uso como categoria, que se desdobra na essencialização que se pretende evitar com o afastamento do gênero do conceito biologicista. Ou seja, o radicalismo de uma noção construcionista “tende a produzir a premissa que tanto refuta quanto confirma seu próprio empreendimento.” (BUTLER, 2013a, p. 159). Nessa perspectiva, Butler (2013a; 2017) diverge da noção de que o gênero se constitui para além do sexo e de que seu significado se dá exclusivamente pelo aparato cultural, como contraponto a isso, o gênero é compreendido como uma norma, operacionada no interior das práticas sociais. Assim, a autora afirma que o

Gênero não é exatamente o que alguém “é”, nem é precisamente o que alguém “tem”. Gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino ocorrem, justamente com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, psíquicas e performativas que o gênero assume. (BUTLER, 2017, p. 694-695).

O que Butler (2017) compreende por gênero foge de uma representação pautada exclusivamente em performances masculinas ou femininas, pelo contrário, é atribuído à contingencialidade e os modos de reprodução da norma dos gêneros que foi naturalizada no interior da sociedade. Ela afirma que:

um discurso restritivo sobre o gênero que insiste no binário homem/mulher como a única maneira de compreender o campo de gênero faz uma operação reguladora de poder que naturaliza o modelo hegemônico e impede a possibilidade de sua ruptura (BUTLER, 2017, p. 695).

Pensar as possibilidades de ruptura está inserida na discussão proposta por Butler (2013b), uma vez que se questiona sobre a possibilidade de repensar o significante ‘mulheres’ como categoria, categoria esta que é cara ao feminismo e na qual se centra(va) suas reivindicações. Para Carla Rodrigues (2017), Butler constrói sua crítica no sentido de se problematizar a heteronormatividade ao invés de tomar como único problema a diferença entre os sexos, que reforça o binarismo que mantém essas desigualdades. Esse debate recai sobre o tensionamento em torno do modo como as teorizações compreendem o significante ‘mulheres’, especialmente o modo como ele se constitui.

Um outro ponto das disputas em torno da noção de gênero é a afirmação ou não da identidade ‘mulher’, articulado ao uso ou não desse elemento como um marcador das teorias de gênero e feminista. Maria Joana Pedro (2005), sobre esta discussão, afirma que o uso desse elemento tem como risco o problema da essencialização, tendo em vista a possível definição a priori e a afirmação do papel social designado às mulheres.

Pedro (2005) compreende que Luce Irigaray é um exemplo dentre as autoras que propõem perspectivas pautadas na afirmação do que, tradicionalmente, é significado como mulheres. Aqui, há a defesa de uma categoria fixa do que se compreende por mulher, uma vez que esta é a chave para as pautas e questões reivindicadas (CUENTRO, 2017). Além das proposições de Irigaray, os argumentos de teóricas que se articulam a esta perspectiva recaem sobre a necessidade de se afirmar a categoria mulher em função da ação política.

Pois, ao contrário disso,

O antiessencialismo, nesse sentido, ao desestabilizar e negar a mulher enquanto sujeito central dos feminismos inviabilizaria o reconhecimento entre as mulheres, elemento apriorístico de identificação enquanto uma classe ou categoria essencial, e consequentemente as suas articulações e possibilidades de ação coletiva. “O que podemos exigir em nome das mulheres se “mulheres” não existem e as exigências em seu nome simplesmente reforçam o “mito” de que elas existem?” (COSTA, 2002, p. 74). Ainda segundo as teorias essencialistas, o antiessencialismo reforçaria a lógica do sistema patriarcal que nega às mulheres o status de ser social e político e que afirmá-las a partir desse lugar seria menos uma prática invisibilizadora das diversidades e mais a afirmação de uma construção social de um sujeito político, cultural, situado e historicamente negado (CUENTRO, 2017, p. 40)

Este debate, ao promover uma discussão antiessencialista é realizado a partir de autoras como Butler, que já tratamos mais detalhadamente acima, e Linda Nicholson, que compreende a noção de gênero pautada na “compreensão de corpo biológico socialmente e historicamente construído.” (BITENCOURT, 2013, p. 183), ou seja, em uma noção de gênero que compreende aspectos culturais e biológicos (BITENCOURT, 2013).

A discussão não-essencialista é bastante pautada na compreensão de que as identidades são plurais e contingenciais, proposta pela perspectiva feminista pós-estruturalista e que

compreende este como um lugar vazio e, portanto, como aberto para preenchimentos diversos (COSTA, 2002).

2.2. O conceito de gênero foi despolitizado?

O questionamento tema dessa sessão se dá em razão da possibilidade de o gênero ser usado de forma neutra, destituído de seu viés político. O problema disso se localiza, principalmente, por sua constituição estar no diálogo entre teoria e práxis feminista, tendo em vista que ele é o elemento constituidor das pautas do movimento feminista, ao mesmo tempo em essa ação política também o funda.

A potência do uso do conceito de gênero pode ser notada, inclusive, no fato de algumas autoras considera-lo como a possibilidade de “desestabilizar as tradições de pensamento” (PISCITELLI, 2002, p. 7). Assim, a preocupação frente a possibilidade da perda do caráter político do gênero é compressível, porque

se por um lado gênero tornava mais inclusiva a discussão, por outro, já e desde o momento inicial, parte importante do feminismo, inclusive aqui no Brasil, veio a criticar o potencial politicamente desmobilizador do conceito, alertando-nos para a possibilidade da fragmentação e desempoderamento feminino que poderia provocar. O risco antevisto seria o de se perder de vista a situação política de opressão vivida pelas mulheres, em prol de uma multiplicação das diferenças de gênero, o que poderia comprometer uma agenda tida como propriamente feminista (MATOS, 2008, p. 337).

Assim, realizaremos a discussão sobre isto a partir de três pontos: da busca por uma legitimidade científica, do reforço da lógica binária e da articulação com os movimentos sociais.

O uso do gênero, como termo e conceito, dá uma qualidade mais científica às análises que, até então, enquanto estudo de mulheres, não encontravam espaço no meio acadêmico. A conquista deste espaço é compreensível quando Matos (2008) nos explica que o campo científico é um espaço de disputa, a medida que é entendido como

o espaço de jogo de uma luta concorrencial pela busca do monopólio da autoridade científica, sendo esta o resultado da soma da capacidade técnica e do poder social. Pode também ser definido como o espaço onde se busca o monopólio da competência científica, entendida como a capacidade de falar e agir legitimamente, de maneira autorizada e com autoridade, socialmente outorgada a um agente determinado. (MATOS, 2008, p. 341).

Assim, as contribuições feministas para este campo têm sido sistemáticas, pois atuam na “defesa, afirmação, legitimação e aprimoramento dos muitos outros universos sociais onde são exercidos os princípios de outra racionalidade com pretensões a tipos históricos de universal e de onde se gera a verdade sob as condições de tensão e de crítica” (MATOS, 2008, p. 345).

O reforço desta lógica pode tender à perda do caráter político, que faz parte do próprio do conceito de gênero. Por isso, o uso de conceitos como ‘patriarcado’ e ‘feminismos’ são

importantes para demarcar um posicionamento político, que não deixa de, também, ser científico (PISCITELLI, 1998; MAYORGA et. al, 2013). O conceito de patriarcado é utilizado a partir da compreensão de “um sistema estrutural que não se remete apenas à esfera privada e conjugal. Diz respeito à dominação masculina como forma de relação social de todo homem com toda mulher” (VAZQUEZ, 2018, p. 141). E ainda, considerando que seu uso afirma uma posição política, Ana Carolina Vazquez (2018) aponta que “mais do que um uso histórico, utilizamos o termo *patriarcado* como marcador de uma posição política, que nomeia os sujeitos da violência: os homens assumem a posição de opressores e as mulheres de oprimidas” (VAZQUEZ, 2018, p.142, grifo da autora).

Um segundo elemento que podemos tomar na tentativa de construir pontos para esse questionamento tema, é o uso do termo ‘gênero’ no lugar de ‘mulher’, como apontam algumas autoras (SCOTT, 1995; PISCITELLI, 1998; BITENCOURT, 2013; MAYORGA, 2013). Empregar o gênero como substituto de ‘homem’ ou ‘mulher’ coloca seu sentido a duas possibilidades, o que a própria Butler (2013b) problematiza. Como discutimos no capítulo anterior, houve um incentivo de agências de financiamento à grupos e ações feministas, esse fomento produziu uma tendência que foi bastante criticada, sendo a crítica à perda do caráter político do ‘gênero’ é uma das principais.

O risco desse movimento está na possibilidade de essecialização do termo, que acaba se aproximado do que se compreende por sexo biológico. Em contrapartida, a afirmação das diferenças sexuais tem eficácia à nível de reivindicação de direitos. Nesse sentido, cabe nos questionarmos sobre em que medida afirmamos ou não a diferença sexual como estratégia.

Enquanto proposta de um sistema de classificação, a “categoria” gênero, em sua forma mais difusa e difundida, tem sido acionada quase sempre de forma binária (raramente em formato também tripartite) para se referir à lógica das diferenças entre: feminino e masculino, homens e mulheres e, também, entre a homo e a heterossexualidade, penetrando já aí neste segundo eixo fundamental deste novo campo que é a fronteira da sexualidade. Diante tematizo criticamente e de forma específica as dicotomias e binarismos na colocação em perspectiva de um “campo de gênero”. (MATOS, 2008, p. 336).

O terceiro e último aspecto está relacionada à articulação – ou a perda dela – entre a academia e os movimentos sociais, neste caso, os feministas. Para Costa e Sardenberg (2014), este campo de estudos se despolitizou em função do afastamento entre a academia e os movimentos feministas, já que, historicamente há uma constante troca de conhecimentos entre estes âmbitos. Nesse sentido, se faz importante que os estudos de gênero estejam cada vez mais comprometidos politicamente com a minimização das relações de desigualdade, que marcam as relações de gênero como uma saída e uma afirmação da articulação entre ciência e política, e do compromisso da ciência com a mudança social.

Será possível ver a frente, que essa articulação se mantém de alguma forma, uma vez que em nossa pesquisa e análise, pudemos compreender que as autoras e autores apontam para a construção de uma ciência engajada politicamente. Isso pode ser compreendido a partir da noção que de que os feminismos são modos de transformação social, em especial da desigualdade entre os gêneros, fala da manutenção do caráter político dos estudos feministas. Um outro aspecto que colabora para essa compreensão está na compreensão, de algumas das pesquisas analisadas, da importância em produzir cientificamente em articulação com as militantes, ou com as mulheres que fazem parte do cenário político feminista. Nesse sentido, há uma preocupação ético-política em construir e fazer uso de ferramentas metodológicas que produzam essa participação de forma mais efetiva. Desse modo, ainda que haja uma falha na produção da articulação entre a academia e os movimentos feministas, ainda há aquelas que estão atentas a isto e têm se empenhado na construção e manutenção dessa linha de articulação.

Então, o questionamento em torno da eficácia e/ou produção política em torno das teorias e análises do gênero produz a compreensão de formas de opressão complexas e distintas entre si. Pois, como afirma Matos (2008), existem efeitos desde o uso do conceito de gênero, com a desconstrução dos papéis sociais, mas também

Através de significados e re-significações produzidos e compartilhados na nova perspectiva analítica e que transversalizam dimensões de classe, etárias, raciais e sexuais, gênero tem tido o papel fundamental nas ciências humanas de denunciar e desmascarar ainda as estruturas modernas de muita opressão colonial, econômica, geracional, racista e sexista, que operam há séculos em espacialidades (espaço) e temporalidades (tempo) distintas de realidade e condição humanas. (p. 336).

2.3. A categoria gênero não é o suficiente

As críticas sobre o gênero giram em torno da compreensão de que há distintas formas de opressão, que extrapolam os limites da noção de gênero, de modo que se problematiza a construção em prol da política feminista, que centraliza suas ações a partir de uma compreensão universal sobre o que é mulher (MAYORGA et al., 2013). Para Mayorga e colaboradoras (2013) a partir de diferentes leituras sobre as formas “da opressão, dos novos conceitos, das rupturas epistemológicas e da emergência de vozes que tencionam as teorias” (p. 464) se construiu uma centralidade em torno da noção de gênero.

Desse modo, as questões em torno do racismo, da heteronormatividade, das desigualdades de classe produziram outras concepções sobre feminismos, que “emergiram indicando os limites, os efeitos normativos e os reducionismos da categoria “gênero” para a compreensão da opressão das mulheres, levando à problematização, inclusive, da própria noção de mulher.” (MAYORGA et al., 2013, p. 464).

Esses argumentos têm em comum a reivindicação pela produção de discussões feministas articuladas a questões como raça, classe social, sexualidade e geração, por exemplo, reivindicações essas que também ocorrem no campo da ação política feminista, como já discutimos anteriormente, sobre a disputa por bandeiras de luta referentes às identidades/identificações distintas. Essa problemática, como aponta Helena Hirata (2014), surge ainda nos anos 70, com a reivindicação das feministas negras, “cuja crítica coletiva se voltou de maneira radical contra o feminismo branco, de classe média, heteronormativo” (p. 62).

Uma saída possível para esta crítica é a noção de interseccionalidade, que compreende as formas de opressão a partir da articulação entre elas, de modo que, abarca os tensionamentos e contingências que aparecem a partir delas (MAYORGA et al. 2013; MAYORGA, 2015; SILVA, 2016). Mais do que a simples somatória entre categorias, a interseccionalidade, como aponta Adriana Piscitelli (2008), “não se trata da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas da diferença, em sentido amplo para dar cabida às interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos.” (p. 266).

Ainda que esta noção apresente um ponto de fissura na produção teórica feminista, tendo em vista o tensionamento em torno da inserção de outras questões sobre o que se tem como gênero e mulher, existem alguns modos distintos de compreender a interseccionalidade (PISCITELLI, 2008; HENNING, 2015). Estas distinções aparecem em termos de como se entende poder e diferença, sobre esta, Piscitelli (2008) apresenta pontos divergentes entre autoras como Kimberlé Crenshaw e Avtar Brah, que discutiremos a seguir. Além desta diferença, percebemos um modo de compreensão da interseccionalidade marcado pelos processos de colonização, frutos dos estudos decoloniais ou pós-coloniais¹⁹ de autoras do Sul; sobre estes apontaremos alguns aspectos a partir de Maria Lugones e Ochy Curiel.

Kimberlé Crenshaw inaugurou o conceito de interseccionalidade, ainda nos anos 90 (PISCITELLI, 2008; HIRATA, 2014; HENNING, 2015; SILVA, 2016; AKOTIRENE, 2018), e tem por objetivo

propor uma linguagem capaz de expressar as experiências das pessoas e, também, de ilustrar a necessidade de expandir os parâmetros conceituais dos discursos dos tratados internacionais existentes. Como mostram as topologias, o problema interseccional não está simplesmente no fato de não abordar um único tipo de discriminação de forma completa, mas no fato de que uma gama de violações de direitos humanos fica obscurecida quando não se consideram as vulnerabilidades

¹⁹ De acordo com Júlia Dias e Éltton Arcangelo (2017) a diferença é que a decolonialidade se apresenta como uma radicalidade ao conceito de pós-colonialidade, uma vez que se configura como uma episteme, teoria e política, “de modo a compreender e agir num mundo em que a colonialidade global afeta diferentes níveis, tanto da vida pessoal quanto na coletiva.” (p. 133), além disso, se denuncia o eurocentrismo presente nos estudos pós-coloniais.

interseccionais de mulheres marginalizadas e, ocasionalmente, também de homens marginalizados. (CRENSHAW, 2002, p. 178)

Ainda que o termo tenha sido cunhado em 1991, as discussões sobre as diferenças já aconteciam em momentos anteriores (HENNING, 2015; AKOTIRENE, 2018). Nos debates propostos pelas feministas negras, como Angela Davis e Sueli Carneiro, que já estavam preocupadas com a articulação de diferentes formas de opressão sobre as mulheres negras (AKOTIRENE, 2018). Estas e outras autoras já estavam atentas para a articulação entre, raça e gênero, e classe, mais especificamente no caso de Angela Davis. O discurso de Sojourner Truth também é tido como precursor da interseccionalidade, “mulher afro-americana que foi escravizada e ficou conhecida por sua fala proferida em 1851, na Convenção dos Direitos das Mulheres, em Akron, Ohio.” (HENNING, 2015, p. 104).

Nevile Santos (2010) explica ainda que este conceito serve de instrumento teórico-metodológico, que pretende entender os modos como se podem construir as identidades, seja em contextos de desigualdade, quanto em “contextos onde aqueles inferiorizados e subalternizados ao longo do processo contínuo de produção da identidade desenvolvem estratégias interseccionais para alcançar posições socialmente mais favoráveis” (p. 96).

A concepção proposta pela autora está inserida na percepção de que ela se trata de um conceito que pretende compreender os problemas estruturais, que se fazem presentes em dois ou mais aspectos de subordinação sobre as mulheres, especialmente sobre os eixos do racismo, do patriarcalismo e da opressão da classe social. Assim, de modo geral,

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Para Piscitelli (2008), a proposta de Crenshaw retoma a ideia de patriarcado, que foi amplamente explorada nos anos 70, a partir de ideias como “patriarcalismo, experiência, subordinação.” (p. 267). Na compreensão de Crenshaw (2002), existem vários eixos de poder, que reproduzem formas de opressão, e ainda que tais eixos sejam produzidos e se mantenham de formas distintas, em alguns momentos esses eixos se cruzam e produzem outras intersecções, cada vez mais complexas. Sobre isso, Valéria Silva (2016), explica que são “nesses pontos de entrecruzamento que as mulheres existem, vindo daí a afirmação de que cada um desses elementos geradores de opressão existe por meio dos demais, reforçando a necessidade de se pensar as mulheres a partir das contingências” (SILVA, 2016, p. 114).

Uma das críticas sobre a interseccionalidade de Crenshaw, apresentada por Piscitelli (2008), está no aspecto sistêmico de sua abordagem, uma vez que sua abordagem está pautada na estrutura e seu desdobramento na construção das identidades, de modo que parecem ser esta a única forma de construção da mesma, estando necessariamente pautadas na opressão (desempoderamento). Outra, está no poder, que é tido como localizado em determinadas esferas e não como algo relacional, assim entende-se que nesta noção de interseccionalidade “não consideram que as relações de poder se alteram constantemente, marcadas por conflitos e pontos de resistência.” (PISCITELLI, 2008, p. 267).

Enquanto a proposta de Crenshaw se insere em uma perspectiva sistêmica, a interseccionalidade de Avtar Brah faz parte de uma lógica construcionista. Além disso, outra diferença entre as autoras está na rejeição que Brah faz ao conceito de patriarcado, “preferindo pensar em relações patriarcais nos casos específicos em que as mulheres ocupam posições subordinadas” (PISCITELLI, 2008, p. 268).

Avtar Brah²⁰ e Ann Phonex (2017) concebem o conceito da interseccionalidade a partir da variabilidade das vivências, que se dão de formas específicas, em contingências históricas, que estão centradas nos eixos: político, econômico, cultural, subjetivo e experiencial. Não sendo o gênero uma categoria analítica e central para seu trabalho,

mas com ‘diferença’ como categoria analítica. Essa idéia remete à análise de como as formas específicas de discursos sobre a diferença se constituem, são contestados, reproduzidos e (re)significados, pensando na diferença como experiência, como relação social, como subjetividade e como identidade. (PISCITELLI, 2008, p. 269).

Assim, o uso desse conceito articula aspectos complexos a contextos específicos e, portanto, históricos (BRAH; PHONEX, 2017; SILVA, 2016), de modo que admite, em suas análises, tanto compreender limites fixos, quanto as contingências presentes na diferença (PISCITELLI, 2008). As análises a partir desta perspectiva compreendem a diversidade presente nas relações de poder, de modo a escapar da produção de essencialismos atemporais e a-históricos (BRAH, 2006; BRAH; PHONEX, 2017). Dado este caráter,

a diferença nem sempre é um marcador de hierarquia nem de opressão, uma pergunta a ser constantemente feita é se a diferença remete à desigualdade, opressão, exploração. Ou, ao contrário, se a diferença remete a igualitarismo, diversidade, ou a formas democráticas de agência política. (PISCITELLI, 2008, p. 269).

²⁰ A proposta de Brah inclui o uso da noção de articulação, como alternativa ao termo interseccionalidade (PISCITELLI, 2008; SILVEIRA; NARDI, 2014). Como afirmam Raquel Silveira e Henrique Nardi (2014), a autora entende que o conceito de interseccionalidade “carrega certa fixidez em visibilizar em demasia as subordinações que o encontro de marcadores como gênero e raça produz.” (p. 16).

A compreensão, não das identidades em si, mas daqueles elementos que a constroem, provoca no interior do feminismo uma série de “rupturas nas noções de uma categoria homogênea de mulher – com suas suposições de universalidade que mantinham o *status quo* em relação à ‘raça’, classe social e sexualidade –, ao mesmo tempo em que questionou suposições de gênero.” (BRAH; PHONEX, 2017, p. 675). A partir de análises macro, a proposta de Brah é realizada

considerando simultaneamente subjetividade e identidade para compreender as dinâmicas de poder na diferenciação social. Este é um aspecto característico das feministas do Terceiro Mundo e que trabalham como teorias pós-coloniais, porque as preocupações políticas que as orientam requerem que as análises compreendam a produção de subjetividades no marco da história do imperialismo e do capitalismo (PISCITELLI, 2008, p. 266).

A produção da interseccionalidade tendo em vista o marcador da colonialidade, é importante no sentido de construir ferramentas teórico-políticas capazes de capturar um cenário que sofreu um sistema diferente de constituição. Como aponta Akotirene (2018), o problema de uma interseccionalidade a partir de teorias feministas elaboradas nos Estados Unidos ou na Europa está na análise a partir de outro olhar, que não é capaz de capturar e contemplar questões que são apagadas, em função de uma subinclusão epistêmica, que demonstra a não assimilação da teoria em função da comum centralidade dada à categoria do gênero, prestigiada pelo norte global.

María Lugones é uma das primeiras autoras a propor um enfoque revisitado, sob a ótica colonial, à na noção de gênero. (AKOTIRENE, 2018). A autora produz uma noção de interseccionalidade que propõe compreender

o que não seria visível caso as categorias de gênero e de raça fossem conceitualizadas de forma separada. Para essa autora, o “sistema moderno-colonial de gênero” produziu nas mulheres não-brancas um processo dual de subordinação de gênero e de inferiorização racial. (SILVEIRA; NARDI, 2014, p. 17).

Em sua produção, a autora pretende compreender como se dá a relação oprimir/resistir, a partir de uma lógica pautada na diferença colonial, que se produz a partir do tensionamento entre colonizador/a e colonizado/a, que se dá em multiplicidade (LUGONES, 2008; 2014). A autora afirma que a própria intersecção entre gênero (mulher) e raça (negro) significa, justamente, a ausência das mulheres negras como sujeito no debate e na constituição do problema, pois na modernidade, se constroem categorias que podem existir independente, à medida que são separáveis e dicotômicas. Lugones (2014) explica:

a lógica categorial moderna constrói as categorias em termos homogêneos, atomizados, separáveis, e constituídos dicotomicamente. Essa construção procede a partir da presença generalizada de dicotomias hierárquicas na lógica da modernidade e das instituições modernas. A relação entre pureza categorial e dicotomias hierárquicas funciona assim: cada categoria homogênea, separável, atomizada

caracteriza-se em referência ao membro superior da dicotomia. Assim, “mulheres” refere-se a mulheres brancas. “Negro” refere-se a homens negros. (p. 942).

Desse modo, Lugones (2008; 2014) compreende que a tentativa de entender as mulheres no interior da intersecção da raça, da classe e do gênero, como das noções que discutimos acima, impossibilita o surgimento de mulheres negras ou indígenas, por exemplo, pois estas não são separáveis, não existem categorias independentes que as constituem. Neste caso, a relevância da interseccionalidade está quando se revela o que não é possível perceber quando as categorias são conceituadas separadamente (LUGONES, 2008; 2014).

A saída, para a autora, é a noção de colonialidade do gênero, uma vez que o sistema no qual o gênero está inserido “não só hierárquica mas racialmente diferenciado, e a diferenciação racial nega humanidade e, portanto, gênero às colonizadas” (LUGONES, 2014, p. 943). Como afirmam Débora Machado, Maria Luisa Costa e Delia Dutra, este caminho implica em compreender o poder e o gênero e, portanto, a lógica de opressão, a partir da colonialidade, bem como a explicação sobre a introdução e a manutenção do “sistema de gênero capitalista eurocentrado” (p. 235) pela colonização.

Ainda sobre a produção decolonial, Ochy Curiel nega a ideia de interseccionalidade, tendo em vista as críticas que realiza sobre a proposta de Kimberlé Crenshaw, por compreendê-la como liberal, normativa e fraudada em termos identitários (AKOTIRENE, 2018). A crítica de Curiel está centrada na compreensão de que

por meio dela, primeiro se assume que as identidades se constroem de maneira autônoma, quer dizer, que minha condição de mulher está separada da minha condição de negra e que minha condição de negra também está separada da minha condição de lésbica. E de classe. Esse é o primeiro problema. E que há um momento em que, como as utopistas, isso se intersecciona. Isso é um problema, porque, quando entendemos o Sistema Mundo Colonial, todas essas condições são produzidas pelos sistemas de opressão. (TEXEIRA; SILVA; FIGUEIREDOO, 2017, p. 116).

Assim, sua crítica se assemelha a de Lugones, pois Curiel também compreende que há um problema na compreensão de que as condições de opressão são pensadas primeiro de forma separadas e existem de maneira autônoma, e depois se interseccionam. Para Curiel, a saída para esta questão é a partir do lesbofeminismo para se colocar frente ao problema da desumanização produzida pelo colonialismo e pela escravidão, por exemplo (CURIEL, 2017). Em entrevista, Curiel afirma que seu projeto pretende o fim das distintas formas de opressão, uma vez que

São os níveis de humanidade que levam a essas desigualdades sociais, desde o racismo, desde o impacto do capitalismo, desde a heterossexualidade obrigatória, etc. Então, se meu ponto de vista é esse, se o meu projeto político é esse, meu ponto de vista lesbofeminista é acabar com todas as opressões. Eu não posso separar minha condição de afrodescendente e antirracista de meu projeto lesbofeminista, no sentido de não verticalizar as agendas e as estratégias teóricas e políticas. E quando você se

coloca como uma feminista decolonial que luta pela transformação social, então a transformação é tudo. (CURIEL, 2017, p. 117).

Esses tensionamento expressam a multiplicidade sobre a própria diferenciação frente as questões de gênero e suas possíveis articulações, ou não. De modo que a compreensão sobre mulher, pode ser atravessada por marcadores distintos e compreendidos de diferentes formas.

2.3.1. Raça, classe social e sexualidade

Pensar o gênero em articulação com questões como raça, classe social e sexualidade tem reverberado tanto no âmbito teórico, quanto no político. A leitura do gênero por e através dessas outras questões resultam na constituição de cenários de disputas sobre os próprios sujeitos políticos que emergem, ou não, em torno dessas possibilidades de articulação.

Por isso, refletir sobre o gênero para além de seu sentido em si se trata de complexificar as análises em relação as experiências e subjetividades (MAYORGA et al., 2013). Assim, apontaremos nesse subtópico algumas contribuições que podem surgir a partir da reflexão sobre raça, classe social e sexualidade, à medida que tensionam o conceito de gênero.

A própria discussão sobre interseccionalidade ganha força teórico-metodológica a partir das contribuições provocadas pelas feministas negras (HIRATA, 2014; MAYORGA, 2015; AKOTIRENE, 2018), que estavam ligadas a participação delas no campo político feminista e no desenvolvimento de outras formas de combate ao racismo e à desigualdade de gênero. Simone Schmidt (2017) afirma que, no Brasil, autoras como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro são nomes importantes na construção de um pensamento que articula o gênero e à raça e à classe social, se configurando como elemento teórico-político, fundado no questionamento dos processos de colonização.

A busca pela construção dessa articulação exige, como nos indica Carneiro (2003), necessariamente, a reconstrução dos discursos, que são limitados teoricamente, a partir dos debates provocados nas teorias feministas, e também das práticas, no espaço político feminista. Esta crítica busca provocar a articulação das diferentes experiências que atravessam as formas de existência das mulheres, marcadas por uma pluralidade racial e cultural. Assim, nas palavras da autora,

A diversificação das concepções e práticas políticas que a ótica das mulheres dos grupos subalternizados introduzem no feminismo é resultado de um processo dialético que, se, de um lado, promove a afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos políticos, de outro exige o reconhecimento da diversidade e desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres. (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Desse modo, o problema da não articulação entre o gênero e estas outras formas de opressão recai sob o apagamento histórico dessas questões em função do processo de colonização e universalização de valores, que estabelece como modelo hegemônico para as mulheres uma cultura ocidental e burguesa (SCHMIDT, 2017). Nesse sentido, para Carneiro (2003) os feminismos partem da compreensão que ser mulher está inserido em aspectos universais e eurocêtricos. O problema desses aspectos é que como consequência disso tem-se o silenciamento de vozes e a estigmatização de corpos de “mulheres que são vítimas de outras formas de opressão além do sexismo” (CARNEIRO, 2003).

Articulado a essa crítica está, o que já discutimos no capítulo anterior, a reivindicação das mulheres negras como sujeito do feminismo, localizada no processo de constituição de uma identidade, com o objetivo de se colocar no interior do espaço político, como uma possibilidade de disputa política. Nas palavras de Jurema Werneck (2009), em um primeiro momento

As mulheres negras não existem. Ou, falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos. (p. 151-152).

Como aponta Cecília Cuentro (2017), compreender o racismo como questão chave nas desigualdades de gênero é fundamental para a construção de pautas feministas comprometidas com a luta antirracista. Para bell hooks (2015; 2018) compreender o gênero como única fonte de desigualdade entre as mulheres é um elemento de crítica, pois a não inclusão de aspectos como a raça constituíram modos de negação e apagamento da própria diferença entre as mulheres, se constituindo como uma ação da política feminista e se desdobrando sobre a forma como se construiu as teorizações feministas.

Para hooks (2015), a hegemonia das mulheres brancas no campo feminista (em seus âmbitos políticos e teóricos), tem como problemática o não reconhecimento destas sobre seus privilégios, não sendo a condição de mulher algo que por si só provoca um vínculo universal, ou seja, não é possível tomar o gênero em si para a definição de uma opressão comum. Afirmar que todas sofrem opressão, na visão da autora, “sugere que as mulheres compartilham a mesma sina, que fatores como classe, raça, religião, preferência sexual etc. não criam uma diversidade de experiências que determina até que ponto o sexismo será uma força opressiva na vida de cada mulher.” (HOOKS, 2015, p. 197). Essa problematização não significa negar as desigualdades presentes no sexismo, nas diferenças entre homens e mulheres, pois se compreende sua ação e manutenção de forma estrutural, no interior de uma lógica patriarcal, que se apresenta de maneiras e proporções distintas.

As questões relacionadas à classe social são tomadas como uma outra forma de opressão, que se expressa no interior da lógica patriarcal e que se articulam às questões de raça, principalmente em países que sofreram períodos de escravidão (CARNEIRO, 1995; DAVIS, 2016; GONZALEZ, 1983). Aqui no Brasil, a discussão do gênero articulada à classe pode ser lida atravessada pela discriminação racial, que se expressa e é operado de forma estrutural e institucional. Como bem demarca Santos (2010), para pensar esse modo de opressão se faz necessário

atentar para as desigualdades na distribuição de bens materiais e culturais e sua ligação com a distribuição desigual de bens simbólicos, na qual a escravidão, a inferiorização e a discriminação dos negros se constituíram como mecanismos de segregação. (SANTOS, 2010, p. 98).

A importância de considerar esses aspectos está na retomada histórica, que discutimos acima; a partir da discussão proposta por Angela Davis (2016), é possível refletir sobre como o sistema escravocrata funda e mantém uma lógica que compreende as pessoas escravizadas como propriedade e, nesse sentido, as mulheres como fonte da reprodução dessa força de trabalho.

Essa lógica se desdobra na forma como a discriminação racial se dá de forma estrutural, de modo que o trabalho doméstico é expressão do modo como isso se reproduz nos dias atuais, pós período escravocrata, especialmente em função da produção de um trabalho assalariado (DAVIS, 2016). O caminho para o rompimento dessa lógica é a socialização de funções relacionadas às tarefas domésticas, que envolvem o cuidado com as crianças, o preparo das refeições e outras atividades que envolvem o espaço do privado. Assim, Davis (2016) propõe que

A abolição das tarefas domésticas enquanto responsabilidade privada e individual das mulheres é claramente um objetivo estratégico da libertação feminina. Mas a socialização das tarefas domésticas – incluindo o preparo das refeições e o cuidado das crianças – pressupõe colocar um fim ao domínio do desejo de lucro sobre a economia. Os únicos passos significativos na direção da eliminação da escravidão doméstica foram dados, de fato, pelos países socialistas atuais. (p. 244).

A discussão sobre gênero e classe pode ser lida a partir de distintas perspectivas, como já apresentamos, uma delas se trata da articulação com as questões étnico-raciais. Outra, que cabe discutirmos aqui, diz respeito à uma leitura da articulação entre gênero e classe social a partir dos pressupostos marxistas, que tomam a classe como elemento central de análise.

Um nome clássico neste debate é Heleieth Saffioti, que elabora a questão do gênero e da classe a partir da compreensão de que essas categorias se construíram simultaneamente, fundadas em dois sistemas distintos, o capitalista e o patriarcal (SAFFIOTI, 1992; 2004; 2009). A autora compreende que as classes sociais são, desde seu princípio, perpassadas pelo gênero,

de modo que distintas formas de expressar o gênero emergiram a partir das classes sociais, a partir da raça, por exemplo (SAFFIOTI, 2004; 2009). E nesse sentido, a articulação, ou

O nó (Saffioti, 1985, 1996), formado por estas três contradições, apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão. (...) Uma pessoa não é discriminada por ser mulher, trabalhadora e negra. Efetivamente, uma mulher não é duplamente discriminada, porque, além de mulher, é ainda uma trabalhadora assalariada. Ou, ainda, não é triplamente discriminada. Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa. (SAFFIOTI, 2004, p. 115).

Silvana Mara de Moraes dos Santos e Leidiane Oliveira (2010) entendem que essa forma de compreensão do gênero em articulação com as distintas demandas sociais que fazem parte da estrutura da sociedade se trata de um processo de complexificação, pois as consequências das opressões se dão de proporções distintas, à medida em que elas se articulam. Nesta perspectiva, a compreensão de que a articulação entre estas categorias opera na manutenção de dois sistemas é importante na análise destas articulações, pois se constituem como produção de subjetividade no interior das relações sociais, pois como afirma a própria Saffioti (1992)

A construção do gênero pode, pois, ser compreendida como um processo infinito de modelagem-conquista dos seres humanos, que tem lugar na trama de relações sociais entre mulheres, entre homens e entre mulheres e homens. Também as classes sociais se formam na e através das relações sociais. Pensar estes agrupamentos humanos como estruturalmente dados, quando a estrutura consiste apenas numa possibilidade, significa congelá-los, retirando da cena a personagem central da história, ou seja, as relações sociais (p. 211).

A lógica patriarcal, assim, é sustentada através de um modo de economia doméstica, onde as mulheres são tidas como um elemento que mantém a garantia da reprodução e produção cotidiana da vida (SAFFIOTI, 2004; 2009). O modelo de economia doméstica serve como sustentação à ordem patriarcal, pois como argumentam Élide Hennington e Rachel Moreno (2015), as mulheres atuam como força de trabalho, de modo que seu papel é de manutenção desses sistemas, capitalista e patriarcal. Assim,

Neste regime, as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores (SAFFIOTI, 2004, p. 105).

Como aponta Vera Silva (2015), ainda que o patriarcado seja central e tido como mais específico que o gênero em si, quando se precisa explicitar a opressão às mulheres, em função da lógica de dominação dos homens, não significa que se pretende o descarte “do conceito de gênero, tão valorizado pelo pensamento feminista, mas sim ao aprofundamento da reflexão sobre a natureza mais complexa da discriminação que afeta as mulheres, em todas as sociedades, ao longo da história” (p. 159). A saída da lógica opressora, a partir deste modo de

compressão, tem como objetivo a busca pela igualdade entre os gêneros, esta igualdade está “para além da equidade entre masculino e feminino, ou mesmo da conquista de um novo papel para a mulher na sociedade” (SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p. 13), pois se objetiva a existência e expressão das diversidades (de gênero, classe, raça/etnia) livres de opressão.

Sobre as questões relacionadas ao gênero e a sexualidade, se dá junto à construção da concepção de gênero proposta por Scott (1995), ou antes disso, tendo em vista que a constituição desta noção busca enfatizar “todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade.” (p. 76).

Desse modo, a articulação em questão pode ser compreendida a partir do engendramento: sexo-gênero-sexualidade, que opera como um sistema que funda e reproduz uma série de normatizações, tendo em vista que se funda a partir da definição biológica do sexo, que designa o gênero e a forma como se expressará sua sexualidade/desejo (BUTLER, 2013b).

Essa lógica produziu uma “matriz de normas de gênero coerentes. A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre ‘feminino’ e ‘masculino’, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de ‘macho’ e ‘fêmea’” (BUTLER, 2013b, p. 38-39). Essa matriz, como aponta Butler (2013b) impossibilita a expressão de práticas não heterossexuais, ou que não sejam tidas como inteligíveis no interior desse sistema, ou seja, aquelas que “o gênero não decorre do sexo e aquelas em as práticas do desejo não ‘decorram’ nem do ‘sexo’ nem do ‘gênero’”. (p. 39).

A partir dessas problematizações, Paul Preciado²¹ (2011) compreende que o gênero

não é o efeito de um sistema fechado de poder nem uma ideia que recai sobre a matéria passiva, mas o nome do conjunto de dispositivos sexopolíticos (da medicina à representação pornográfica, passando pelas instituições familiares) que serão o objeto de uma reapropriação pelas minorias sexuais. (p. 14)

A ideia de sexopolítica, desenvolvida pelo autor, é todo o sistema de produção e reprodução do sexo, entendido por: “órgãos sexuais, a capacidade de reprodução, os papéis sexuais para as disciplinas modernas” (PRECIADO, 2011, p. 12), e que está relacionado ao capitalismo. Pois as expressões da sexualidade estão sempre implicadas em uma forma de política e governabilidade, à medida que existe uma lógica de controle para a manutenção da estrutura pautada na simetria do sexo-gênero-sexualidade.

Ao contrário do que possa parecer, ao passo em que se opera essa lógica normativa, se produz expressões que escapam a essa norma, se configurando como um local potente para a

²¹ Este artigo tem como autoria o nome Beatriz Preciado, mas atualmente o autor se identifica como Paul Preciado.

criação da “qual se sucedem e se justapõem os movimentos feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais, transgêneros, chicanas, pós-coloniais... As minorias sexuais tornam-se multidões. O monstro sexual que tem por nome multidão torna-se *queer*” (PRECIADO, 2011, p. 14).

Como afirma Annamarie Jagose (2017), a noção de *queer* emerge nos anos 90, como uma consequência de “pressões culturais e teóricas (dentro e fora da academia) sobre questões de identidade lésbica e *gay*” (p. 441 grifo da autora). Pressões estas que estavam em torno, também, da crítica às identidades como estratégia política utilizada pelos movimentos de lésbicas e gays. Deste modo, Jagose (2017) afirma que

O acesso às teorizações pós-estruturalistas sobre identidade como sendo provisórias e contingentes, somando à consciência crescente das limitações das categorias identitárias em termos de representação política, permitiu que *queer* emergisse como uma nova forma de identificação pessoal e de organização política. (p. 443)

Assim, para Miriam Adelman e Milena Souza (2017), esta proposta se dá pela ideia de flexibilização e contingência, pois emergem exatamente do processo de estranhamento das normatizações e convenções sociais. A noção de desterritorialização da heterossexualidade ilustra bem esse movimento de rompimento às normas, pois como afirma Preciado (2011), este processo diz respeito justamente à provocação de uma afetação, um enfrentamento, uma resistência à norma que impera na produção de um corpo simétrico.

Outro desdobramento a partir da reflexão sobre o gênero e a sexualidade é a crítica à heteronormatividade, que é (re)produtora, inclusive, dos papéis sociais atribuídos às mulheres, de uma série de imperativos referentes à feminilidade, maternidade e uma série de expectativas sobre o que se compreende como mulheres e que já discutimos até aqui.

Adrienne Rich publicou ‘Heterossexualidade compulsória e existência lésbica’ nos anos 80, e neste texto discutiu sobre todas as “questões centrais da opressão das mulheres, o imperativo social e sexual imposto pelo seu padrão normativo contribuiu para que as lésbicas fossem invisibilizadas no processo construtivo das identidades políticas femininas.” (CUENTRO, 2017, p. 32).

Além disso, a lógica heteronormativa produz concepções de feminilidade marcadas por ideais que não compreendem por mulheres aquelas que não reproduzem esse papel. Cecília Cuentro (2017) cita como exemplo disso a recusa à feminilidade das mulheres lésbicas, que podem não ser compreendidas como mulheres por não reproduzirem tal normativa. Assim, a heterossexualidade e a heteronormatividade opera sobre o que escapa a seus preceitos a partir da regulação de um “padrão feminino, suas afetividades, sexualidades e emoções não estariam sob o jugo da dominação masculina.” (CUENTRO, 2017, p. 33).

Um outro aspecto sobre isso, está na compreensão a partir dos pressupostos decoloniais ou pós-coloniais. A lógica que relaciona diretamente o gênero ao sexo, designado biologicamente, produz uma normativa que designa, também, o que se entende por mulheres e seu papel social, lógica esta que Lugones (2008), a partir de uma perspectiva decolonial, designa como um sistema heterossexual. De modo que, “isso torna o sistema de gênero também heterossexual, uma vez que depende do papel reprodutivo das mulheres e do uso político e econômico que se faz deste fato biológico para a corroboração desse sistema de poder” (DIAS; ARCANGÊLO, 2017, p. 135).

A noção lesbofeminista proposta por Ochy Curiel (2017) é pautada na crítica ao regime heterossexual como pauta política.

Isso significa, portanto, que, por um lado, critica o feminismo contemporâneo, esse feminismo liberal que mencionei acima e inclusive critica o movimento LGTB por buscar se incorporar ao regime da heterossexualidade. Buscar o casamento, por exemplo - essa agenda não nos interessa em nada, porque o casamento é uma reprodução das instituições onde se faz o regime da heterossexualidade. (CURIEL, 2017, p. 116).

As ideias que apresentamos aqui fazem parte de um processo caro às teorias feministas, pois se remete justamente a capacidade de constante estado de reflexão crítica sobre tuas produções teóricas. Desse modo, estas teorias estão em um constante processo de formação, a medida em que “devemos necessariamente criticar, questionar, reexaminar e explorar novas possibilidades.” (HOOKS, 2015, p. 202).

Nesse sentido, a construção de uma perspectiva que tem por ordem o constante estado de transformação e, nesse sentido, de pluralidade, pretende a “formação de uma teoria e uma práxis feministas libertadoras é de responsabilidade coletiva” (HOOKS, 2015, p. 208). Assim, compreendemos que os feminismos podem ser lidos sob a ótica da pluralidade e a produção de tensionamentos teórico e políticos, inclusive os sujeitos que compõe seu campo.

3 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Neste capítulo discutiremos a respeito dos caminhos metodológicos que escolhemos para analisar quais sujeitos políticos têm disputado este campo desde a redemocratização do país, a partir de um discurso feminista produzido academicamente, analisamos a produção de teses e dissertações que pesquisam as distintas dinâmicas do movimento feminista. Assim, amarramos alguns pontos que nortearam o processo de realização da pesquisa, de seleção do material e na análise.

De antemão, nos situamos a partir de uma postura epistemológica e política comprometida com a produção de um conhecimento específico e contextualizado, como nos alerta Donna Haraway (1995) sobre os riscos que corremos ao não agirmos no sentido da construção de saberes localizados, riscos estes que se ancoram principalmente na reprodução de algumas “doutrinas de objetividade a serviço de ordenações hierárquicas e positivistas a respeito do que pode ter validade como conhecimento” (HARAWAY, 1995, p.16-17).

Neste caminho, nos aproximamos das discussões a partir do pós-estruturalismo e concordamos com Guacira Louro (2007), quando entendemos que assumir este lugar significa que não é possível construir uma determinação e que todo processo é contingencial. Ainda de acordo com a autora, ao adotar tal posição admitimos a possibilidade de questionar os binarismos opostos, onde o estabelecimento de uma definição é a negação de outra, como por exemplo, noções sobre homem e mulher, natureza e cultura. Desse modo, questões como as identidades, “podem ser, ao mesmo tempo, muitas coisas; elas não precisam (e, usualmente, não conseguem) ‘encaixar-se’ com exclusividade num único registro” (LOURO, 2007, p. 238-239).

Assim, compreendemos a pluralidade como característica desse contexto, no sentido de que há uma diversidade de modos de compreensões e de produção de saberes, que mudam e se reorganizam a partir de distintos contextos (LOURO, 2007; LOSEKANN, 2012). Para Losekann (2012), se reconhece a historicidade das categorias sociais, não sendo compreendidas a partir de determinações essencializadoras, mas sim a partir de suas contingências específicas, ou seja, “as relações de poder se estabelecem por meio das contingências nas quais são fundadas” (p. 5). De modo que Mariano (2005) compreende que uma das principais contribuições da perspectiva pós-estruturalista está no questionamento de essencializações que foram construídas ao longo da história.

Como é apontado por Mariano (2005), o pós-estruturalismo é importante “para a crítica ao universalismo, ao essencialismo, ao binarismo e ao racionalismo iluminista” (p. 486). Seu

próprio contexto de emergência se dá em meados do século XX, tendo em vista a crítica ao progresso e à objetividade científica, de maneira que suas análises se concentram na subjetividade e na linguagem (CONCEIÇÃO, 2009). Desse modo, Silva (2016) afirma que nessa perspectiva, a subjetivação é compreendida enquanto um efeito social, logo, a ideia de racionalidade é abandonada, pois a noção de sujeito é tida a partir da autonomia e da intencionalidade.

Assim, o paradigma pós-estruturalista destaca “a impossibilidade da neutralidade científica; a importância dos estudos qualitativos e dos fenômenos particulares; negam as leis gerais de explicação dos fenômenos; apontam para a instabilidade dos conceitos e categorias” (CONCEIÇÃO, 2009, p. 744). Portanto, no que se refere à nossa compreensão de conhecimento científico, concordando com Conceição (2009), o entendemos enquanto parcial e contingente, sendo produzido a partir de saberes situados e provisórios. A ciência e o conhecimento científico são construídos socialmente, tanto por sua historicidade, quanto por sua constante transformação, logo, não são tidos como fruto de uma racionalidade ou da reprodução de uma realidade dada, externa a quem está realizando a pesquisa. De maneira que nossa noção de conhecer se opõe à construção de leis gerais como forma de explicação dos fenômenos sociais.

A partir do viés que já apontamos anteriormente sobre os binarismos opostos, a relação sujeito/objeto não é dicotomizada, pois, como propõe Louro (2007), há uma espécie de borramento entre fronteiras estabelecidas *a priori*, fronteiras estas que segmentam relações que não são opostas em si mesmas. Portanto, a análise realizada é a partir da complexidade do objeto e, por isso, assumimos a postura de a medida em que se fizer necessário mudar o percurso do método, sempre que seja preciso (re)construir um caminho que permita uma compreensão mais completa do nosso problema. Pois, nesse sentido, essa perspectiva “exige que se historicize os conceitos e as teorias, que se leve em conta como esses são tomados por distintas vertentes em distintos contextos, que se busque com radicalidade os pontos nodais em que se assentam argumentos, que se problematize o inquestionável e o naturalizado” (p. 239-240).

É em relação a toda essa discussão que compreendemos a ciência enquanto política, como sendo construída a partir de um viés ideológico e nos colocamos como parte do processo de construção do conhecimento, mas não como único meio de produção de saber, reafirmando um lugar que prevê a possibilidade de distintas formas de existir e se posicionar, inclusive, cientificamente (LOSEKANN, 2012). Assim, os modos de fazer ciência são pautados em determinadas noções de mundo e de verdade, o que implica na não compreensão da neutralidade científica. Então, o caráter político da ciência se localiza também na possibilidade de produzir formas de enfrentamento às relações de desigualdade.

Assim, nos ancoramos às teorizações a partir da psicologia social, que se refere a um modo de produzir a psicologia comprometida com a mudança social, sob o aspecto de que os processos de construção da subjetividade passam também por uma construção social. Nesse sentido, trilhar por esse caminho nos possibilita o diálogo com um fazer de pesquisa feminista e com teorizações que não necessariamente são do campo psi, são elementos que auxiliam na nossa análise sobre o material sob o qual nos debruçamos.

Desse modo, seguiremos fazendo algumas pontuações teóricas, em torno do modo como compreendemos as identidades política e o sujeito político, assim como, pontuações em torno dos aspectos metodológicos, o procedimento utilizado para pesquisa e o modo de análise.

3.1. Pontuações teóricas

As noções que nos serviram como lente no modo de leitura e análise do material selecionado partiram, principalmente, das propostas de Chantal Mouffe, que elabora sua teoria a partir da noção de hegemonia suas teorizações a respeito da política. Para nós, são centrais suas contribuições e o modo como compreende a identidade política e o sujeito político, que discutiremos neste tópico.

A ideia de hegemonia, na concepção da autora, parte da compreensão de que as relações sociais se constituem a partir de um modo de exclusão, o que significa que há sempre “outras possibilidades, que foram reprimidas e que podem ser reativadas.” (MOUFFE, 2015, p. 17). Essas possibilidades, no caso das identidades, por exemplo, se dão em meio a uma determinada ordem de constituição que se acontece em função de outra. Uma vez que elas são processos de identificação e não se determinam completamente, há um ‘outro’, um ‘eles’ posto a um ‘nós’. A diferenciação é o elemento chave da constituição de uma determinada ordem, assim como a multiplicidade e o constante estado de construção se referem aos processos de identificação, que são a possibilidade de se constituir a partir de diferentes aspectos e contextos.

Nesse sentido, como aponta Andrea Mattos (2010), Mouffe compreende que “não se pode falar em categorias homogêneas que contrapõem a identidade da “mulher” e do “homem”.” (p. 595). A identidade enquanto essência não dá conta de representar as possibilidades de experiências, de modo que ela se configura de múltiplas formas, não chegando a um ponto final de sua constituição, uma vez que está em um constante processo de construção (MATTOS, 2010).

Pensar esses pontos em articulação com o movimento feminista está relacionada ao questionamento a respeito das identidades que constituem ou são constituídas pelo feminismo, uma vez que as compreende como diversas, se entende do mesmo modo as que compõem o

movimento. Assim, não se compreende uma identidade homogênea, como a ‘mulher’, pois toma-las a partir deste sentido põe em risco o próprio caráter democrático do feminismo, a partir do estabelecimento de tensionamentos e disputas no interior dele.

Para Mouffe (1996), o processo de desconstrução da ideia de identidades essencializadas é tida “como a condição necessária para uma compreensão adequada da variedade de relações sociais (p. 317-318). Como afirma Claudia Costa (2002), na visão da autora as identidades devem ser lidas “como aquilo do qual se parte (para chegar a outro lugar), isto é, como uma estratégia política pessoal e/ou coletiva de sobrevivência, independentemente de quão múltipla, fluída e contraditória a estratégia possa ser.” (p. 78).

Assim, de acordo com Mouffe (2015) noção de identidade política, é constituída a partir de um exterior constitutivo, ou seja, que o estabelecimento de um ‘nós’ se dá a partir da demarcação de um ‘eles’, portanto, se constitui uma relação de oposição. Dessa forma, pretende-se ressaltar que “a criação de uma identidade implica o estabelecimento de uma diferença, diferença essa que muitas vezes se constrói com base numa hierarquia: por exemplo, entre forma e conteúdo, preto e branco, homem e mulher etc.” (MOUFFE, 2015, p. 14). Esse caráter implica na condição precária e contingente da identidade (MOUFFE, 1996), não sendo fixada ou estabelecida anteriormente ao conflito que constitui a relação nós/eles.

No que se refere à ação política, como a construída pelo movimento feminista, Mattos (2010) compreende que esta visão sobre as identidades está relacionada com a análise de que a ação política está “em busca de objetivos mais amplos, e em coalizão, ainda que temporariamente, com grupos de interesses diversos” (p. 11). Assim, o movimento se constitui pela multiplicidade de identidades, onde ao mesmo tempo que visam o estabelecimento de suas pautas como luta política, se articulam para suas reivindicações comuns.

Já os sujeitos políticos são compreendidos como aqueles que se constituem no momento do conflito, a partir do processo de identificação com uma outra lógica, lógica essa que busca a modificação do discurso legitimador das relações de dominação, que estão estabelecidas (por ‘eles’). Assim, os sujeitos políticos se constroem a partir de identificações e pautas nos aspectos históricos e na contingência (COSTA, 2012), que, a partir da elaboração de Mouffe “não significa completa ausência da necessidade, pois do contrário teríamos uma totalidade vazia e encontraríamos apenas pura indeterminação e impossibilidade de um discurso coerente.” (COSTA, 2012, p. 557).

Aqui, o político é compreendido como o espaço do antagonismo, que constitui as sociedades, uma vez que o antagonismo se refere a essa (o)posição ao exterior constitutivo que marca a própria formação das identidades políticas e dos sujeitos. Como afirma Kettle Paes

(2015), as relações antagônicas partem da negação de uma plena constituição, sem que haja disputas ou relações de desigualdade. Já a política, se refere ao “conjunto de práticas e instituições por meio das quais uma ordem é criada, organizando a coexistência humana no contexto conflituoso produzido pelo político.” (MOUFFE, 2015, p. 8).

Tais relações de oposição, não significa que as partes (‘nós’ e ‘eles’) precisam ser inimigas. Para a autora “é preciso existir algum tipo de vínculo comum entre as parte em conflito, para que elas não tratem seus oponentes como inimigos que devem ser erradicados nem considerem que suas pretensões são ilegítimas” (MOUFFE, 2015, p. 19). Dessa forma, se pressupõe a existência de um conflito para que se constitua os sujeitos políticos, que disputarão o estabelecimento de uma outra lógica hegemônica. Para Mouffe (2015) a saída está no agonismo, que se refere ao estabelecimento de

uma relação nós/eles em que as partes conflitantes, embora reconhecendo que não existe nenhuma solução racional para o conflito, ainda assim reconhecem a legitimidade de seus oponentes. Eles são “adversários”, não inimigos. Isso quer dizer que, embora em conflito, eles se consideram pertencentes ao mesmo ente político, partilhando um mesmo espaço simbólico dentro do qual tem lugar o conflito. (p. 19).

Assim, compreendemos que o campo feminista pode ser analisado a partir desse modo de compreensão, uma vez que se estabeleceram ao longo de suas trajetórias momentos de conflitos, que se constituíram a partir de diferentes pautas políticas. Ele não deve ser pensado livre do estabelecimento de sujeitos ou pontos de unidade, mas sim livre da construção de identidades essencializadas, pois entende-se que a construção de articulações podem construir “fixações parciais e podem ser estabelecidas formas precárias de identificação em torno da categoria “mulheres”, que facultarão a base de uma identidade e de uma luta feminista.” (MOUFFE, 1996, p, 118).

3.2. Pontuações metodológicas

No que se refere às questões metodológicas, apresentaremos aqui algumas considerações a respeito de nossas escolhas para o delineamento desta pesquisa, partindo do posicionamento feminista que assumimos, as ferramentas que utilizamos para selecionar o material e para analisar as teses e dissertações que discutem o sujeito político do feminismo a partir de distintas dinâmicas do movimento feminista.

Nos situarmos em acordo com uma metodologia de pesquisa feminista, de modo que nossa pesquisa faz parte de um projeto que tem por objetivo a mudança social. Esse objetivo parte da noção de que a pesquisa e a ciência, têm em seu escopo um projeto político que, neste caso, se orienta pela igualdade social para as mulheres. Ainda que haja uma base comum, a

metodologia feminista não é homogênea, pelo contrário, se faz mais coerente o uso do plural para identificar tal modo de pesquisa, pois essa diversidade se expressa também nas próprias epistemologias feministas (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Como afirmam Rodrigues e Menezes (2012), essa heterogeneidade se compõe em razão dos múltiplos discursos que constituem teorias distintas, assim têm como característica a multidisciplinariedade e a própria pluralidade de metodologia. Para Chantler e Bums (2015), o desenvolvimento do caráter plural das metodologias de pesquisas feministas se dá a partir da articulação do movimento feminista com o pós-estruturalismo, em um momento onde reivindicava as distinções entre as mulheres, afastando-se de uma noção de mulher universal. Como afirma Conceição Nogueira (2017), que contextualiza essa ideia nos anos 80, esse posicionamento epistemológico nega discursos universais e

(...) em vez de se optar pelo caráter do conhecimento como um resultado final e uma lei universal (seguindo os pressupostos positivistas), sem ser possível descortinar o processo, nem sua localização no mundo, os conhecimentos situados são uma aposta epistemológica de localização e de consideração da contextualidade do conhecimento (p. 49).

A articulação entre esses dois campos epistemológicos para Davies e Gannon (2015) têm em especial a compreensão dos indivíduos a partir do gênero. Assim, podemos destacar que desse diálogo se constrói a crítica em torno dos “binários masculino/feminino e heterossexual/lésbica, que por sua vez são projetados noutros binários como adulto/criança, norma/anormal, racional/irracional” (DAVIES; GANNON, 2015, p. 36). Desse modo, se questiona noções naturalizadas que reafirmam as desigualdades entre os binarismos, onde um, o dominante, é tido como condição para a existência do outro.

Nesse sentido, a metodologia feminista tem duas características principais: o posicionamento crítico e a reflexividade (RODRIGUES; MENEZES, 2012; CHANTLER; BUMS, 2015). Entendemos, a partir do que já temos discutido ao longo do projeto, o caráter crítico desse modo de pesquisar é fundamental para uma análise que ultrapasse o espaço do que é tido como normal, visto que o questionamento de tais normas pode produzir um outro modo de existir. Articulada à crítica feminista, o processo de reflexividade no âmbito da pesquisa a partir dessa perspectiva exige de nós uma avaliação sobre a posição em que nos situamos, em especial na relação pesquisadora e pesquisada/o. Assim, ter uma “posição reflexiva em pesquisa implica que o/a investigador/a explicita e revele suas posições e interpretações, evidenciando os valores implicados na sua perspectiva de análise” (BORGES, 2014, p. 283).

Um outro ponto que podemos destacar com relação à articulação entre feminismo e pós-estruturalismo é com relação ao rompimento com teorias que entendem o gênero e a sexualidade

como essencializados, contribuindo para a compreensão de que essas noções são constituídas por um tempo histórico específico e perpassadas por regras sociais; assim, há a possibilidade de questionamento e mudança (DAVIES; GANNON, 2015).

Assim, o viés tanto teórico, quanto político do gênero extrapola os próprios limites entre aquilo que entendemos como conhecimento científico, se concretizando como uma chave de leitura importante das relações sociais, seja no âmbito da academia, seja nos movimentos sociais. Com isso, estreitamos esses limites com a construção de uma ciência comprometida com a minimização das desigualdades em relação aos gêneros (BORGES, 2014). Por fim, situamos nossa pesquisa no campo dos estudos de gênero, em uma perspectiva feminista pós-estruturalista. Assim, os estudos de gênero têm como proposta a construção de análises “que ultrapassem a simples adesão temática, pesquisas que se disponham a um mergulho teóricometodológico mais ousado” (LOURO, 1997, p. 152).

Esse campo de estudo tem uma forte preocupação com a desconstrução e a problematização das normas sociais que reforçam as distintas formas de desigualdade, neste caso, relacionadas ao gênero, ressaltando o caráter histórico e políticos das relações sociais. Assim, se engaja na busca pela desconstrução da lógica machista e heteronormativa por compreender que tais normas foram pautadas em construções que podem ser transformadas.

Assim, entendemos que produzir uma pesquisa de cunho qualitativo contemple nosso interesse em produzir uma análise mais complexa em torno dos nossos objetivos e questões que nos nortearam. A pesquisa qualitativa, como afirma Maria Minayo (2012), se propõe a compreender seu objeto a partir da singularidade e a partir dos processos de subjetivação, que estão implicados histórico e culturalmente. Além disso, é um modo de pesquisar que entende que a produção do conhecimento se dá a partir de sentidos, valores e crenças e, nesse sentido, não cabe a medição ou construção de determinações a partir do que está sendo analisado (MINAYO, 2002).

Os métodos qualitativos, têm por objetivo o desenvolvimento de análise dos fenômenos sociais, uma vez que este tem “um mundo de significados passível de investigação e a linguagem comum ou a “fala” como a matéria-prima desta abordagem, a ser contrastada com a prática dos sujeitos sociais” (MINAYO; SANCHES, 1993, 240). Para Hartmut Günther (2006), esse tipo de pesquisa permite a compreensão dos fenômenos a partir do contexto em que estão inseridos e das relações que estabelecem, constituindo-se pela dialogicidade entre os aspectos sociais e a produção científica.

Então, analisar o modo como é compreendido o sujeito político feminista a partir de teses e dissertações sob uma metodologia qualitativa visa a construção de um conhecimento

que abrange as complexidades em torno do tema, levando em consideração a historicidade em torno do nosso olhar analítico e da própria produção analisada.

3.2.1. A constituição do material analisado

Ao pensarmos a partir dos pontos que tomamos na pesquisa a respeito do campo feminista, enquanto campo político e teórico, entendemos que a análise da produção científica sobre o tema do sujeito político feminista em Programas de Pós-Graduação se constitui como um espaço de interlocução entre esses dois âmbitos.

Para tanto, utilizamos três etapas para no processo de constituição do material analisado: a primeira de busca das teses e dissertações, a segunda de refinamento do material e a terceira de análise e caracterização da produção selecionada. Na primeira etapa foi realizada uma busca no *site*²² Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a escolha desse portal se deu em função de ser um espaço que agrupa as produções dos Programas de Pós-Graduação do país.

Nesta fase, realizei duas coletas, que foram feitas no dia 13 de abril de 2019, a primeira com o descritor ‘sujeito *AND* feminismo’ e a segunda com o descritor ‘sujeito político *AND* feminismo’, as duas buscas foram na tentativa de abarcar uma maior possibilidade de teses e dissertações que servissem aos nossos objetivos.

Na primeira busca foi utilizado de um descritor mais geral, que não necessariamente abarcava a noção de sujeito político, mas que ainda assim contemplava o nosso interesse. E a segunda se tratou de uma busca onde havia a compreensão de sujeito político no interior do feminismo. Nesta busca, com o descritor ‘sujeito *AND* feminismo’ encontramos 253 produções, das quais 175 foram dissertações e 78 foram teses. Já com o descritor ‘sujeito político *AND* feminismo’ encontramos 33 dissertações e 20 teses, que totalizaram 53 produções, porém, destas, 27 eram repetições da primeira coleta. Assim, essas coletas totalizaram em 279 teses e dissertações.

Na próxima etapa realizei a leitura dos resumos do material encontrado, do total de 279 produções, 229 resumos foram encontrados, os que não foram encontrados não estavam disponíveis *online*, seja na Plataforma Sucupira, seja no repositório das instituições onde foram realizadas, como por exemplo, no caso dos trabalhos de Natália Carvalho (2012) e Verônica Ferreira (2006). Além desta situação, a tese de Teresa Ferreira (2001) não pôde ser acessada por ser preciso uma senha para o acesso no repositório da PUC/RJ.

²² Endereço: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

Nos resumos encontrados busquei por aqueles que têm como foco a análise das distintas dinâmicas do movimento feminista brasileiro e que apontam para a análise do tensionamento em torno dele. Essa compreensão nos serviu como norte na seleção do material, uma vez que tínhamos um grande número de produções. A maioria delas, no entanto, não contemplava estes termos, por não ter como debate o movimento feminista em si, mas sim a análise de outras esferas do feminismo, por exemplo, sobre a teoria feminista ou sobre a produção científica.

Com essa busca chegamos a 49 produções, dentre estas, aplicamos um critério para o refinamento, que se referiu ao período analisado, uma vez que nossa questão diz respeito à pluralidade dos sujeitos políticos no movimento feminista nos últimos anos, buscamos aquelas produções que tinham como foco a análise a partir dos anos 2000. Por exemplo, ainda que a publicação tenha sido feita dentro do período que nos interessava, mas sua análise se referia à um período anterior, ela não foi selecionada. A aplicação desse critério, excluiu trabalhos como o de Carolina Ramkrapes (2017) e muitas outras, que analisa o movimento feminista entre os anos 70 e 80.

Este processo nos levou ao total de 41 produções. A partir deste número realizamos uma leitura flutuante das introduções das teses e dissertações com o intuito de compreender se seria possível analisa-las a partir das categorias que estabelecemos de acordo com nossos objetivos, que são: identidade política, sujeito político e noções de feminismo. Do total de 41, 33 foram encontradas, de modo que apesar de contemplar os critérios anteriores, foram eliminadas aquelas teses e dissertações que não estavam disponíveis em sua totalidade, apenas o resumo ou parte dela (SEBASTIÃO, 2007; PIASON, 2014; RIBEIRO, 2016; VIEIRA, 2017; DINIZ, 2018; PINTO, 2018; VALE, 2018; ARAÚJO, 2018).

A partir da leitura flutuante das introduções excluimos 09 produções que não atendiam ao nosso interesse, uma vez que não evidenciavam os processos de tensionamento em torno do movimento feminista brasileiro, assim como não tratavam da emergência de identidades política a partir da busca por legitimação de suas pautas. Desse modo, no final do processo selecionamos 24 produções, das quais: 08 são teses e 16 são dissertações.

Na terceira e última etapa realizamos a leitura completa do material, nesta leitura nos atentamos às identidades políticas que fazem parte da análise feita pelas autoras e autores, ao modo como elas compreendem o sujeito político, e às noções de feminismos abordadas. Esses pontos nos serviram de categoria de análise e serão discutidos no capítulo seguinte. Com relação

à caracterização da produção selecionada²³, podemos pontuar alguns aspectos gerais sobre o material.

Sobre o período de publicação das produções, onde a maior parte foi publicada no ano de 2015, total de 5, seguido pelos anos de 2016 e 2017, que tiveram 4 cada um. Cabe pontuar que no material selecionado não há publicações dos anos 2009, 2010 e 2011, além disso, algumas produções do último ano não foram encontradas *online*, acreditamos que em função dos tramites de defesa e publicação da dissertação ou tese. Como está representado no quadro a seguir:

Quadro 01 – Classificação das teses e dissertações selecionadas por ano de publicação

Ano de publicação	Quantidade
2007	3
2008	2
2012	1
2013	2
2014	1
2015	5
2016	4
2017	4
2018	2

Fonte: Autora (2019)

Com relação à localidade dessas produções, elas se centram principalmente na região Sudeste, com 10 produções que se distribuem entre a UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), UFF (Universidade Federal Fluminense), UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora). E na região Nordeste, que concentra 08 teses e dissertações nas instituições: UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco), UFC (Universidade Federal do Ceará) e UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Não houve nenhuma publicação selecionada da região Norte, enquanto as demais variam com o total entre 04 e 01. Como pode ser observado do quadro abaixo:

²³ Em anexo consta um quadro geral do material selecionado, com relação à autoria, ano de publicação, instituição, área de conhecimento e tipo de produção.

Quadro 02 – Classificação das teses e dissertações selecionadas por instituição

Instituição	Quantidade
UFPE	5
UERJ	1
UNICAMP	2
UnB	2
UFRGS	1
UFSC	2
UFRN	2
UFSCar	1
UFC	1
UFMG	2
UFF	1
UFJF	1
UFRPE	1
UFRJ	2

Fonte: Autora (2019)

No que se refere às áreas nas quais a produção se situa, o material está distribuído entre 12 áreas do conhecimento distintas, que se referem principalmente ao campo das Ciências Humanas. Se concentrando principalmente entre: Serviço Social, com 05 trabalhos, Sociologia, com 04 trabalhos, e Psicologia, com 3; as demais variam a quantidade entre 02 e 01. Como está descrito no quadro abaixo:

Quadro 03 – Classificação das teses e dissertações selecionadas por área de conhecimento

Área de Conhecimento	Quantidade
Serviço Social	5
Sociologia	4
Psicologia	3
Comunicação	2
História	2
Ciências Sociais	2
Direito	1
Ciência Política	1
Educação, Cultura e Identidade	1
Linguística	1
Interdisciplinar em Ciências Humanas	1
Educação	1

Fonte: Autora (2019)

Após estas etapas, fizemos uso da análise de conteúdo, que corresponde à nossa indagação sobre como os pontos referentes às nossas categorias de análise foram discutidos no material. Pois, como afirma Roque Moraes (1999), essa análise sob uma perspectiva qualitativa “parte de uma série de pressupostos, os quais, no exame de um texto, servem de suporte para captar seu sentido simbólico. Este sentido nem sempre é manifesto e o seu significado não é único.” (p. 2). De modo que a análise se realizou através de nossa interpretação e, nesse sentido, contempla nosso posicionamento em função de construir uma produção localizada e não neutra.

Dito isto, o trabalho analítico desse material foi baseado na Análise de Conteúdo, que realizamos a partir de três etapas: 1) realizamos a leitura do material integralmente, destacando aquilo que se referia aos nossos objetivos e categorias que estabelecemos previamente; 2) exploramos tais pontos que diziam respeito ao nosso interesse para a construção da dissertação; 3) interpretamos e construímos a discussão a partir do que foi apontado no material, construindo aproximações e afastamentos entre as diferentes a partir das nossas três categorias, que foram sobre as identidades políticas, os sujeitos políticos e as noções de feminismos.

4 AS DISPUTAS EM TORNO DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO FEMINISTA

Para discutir a respeito das disputas em torno do sujeito político e sua constituição no campo do movimento feminista, a partir das teses e dissertações que pesquisam as distintas dinâmicas deste movimento, neste capítulo tomaremos esse material para discutir a partir de alguns dos elementos que contribuem para a essa análise, aqui, optamos fazer essa discussão a partir das identidades políticas, o modo como os sujeitos políticos são concebidos e a concepção de feminismo estão presentes na produção selecionada.

Esses elementos foram pensados a partir de pesquisas que analisaram distintos grupos do movimento feminista, como: o Movimento de Mulheres Negras, a Liga Brasileira de Lésbica, o Movimento de Mulheres Camponesas, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, o Instituto PAPAI, o SOS Corpo - Instituto Feminista para Democracia, Coletivo Autônomo Feminista Leila Diniz. Além destes grupos, algumas pesquisas têm como foco a análise de ações políticas pontuais, especialmente manifestações, como a Marcha de Mulheres Negras e a Marcha das Vadias; ou encontros como o Encontro Feminista Autônomo Latinoamericano e Caribenho; ou articulações que surgem a partir de contingências, como a ocupação Izidora²⁴. E também diferentes vertentes de feminismo, como o transfeminismo e o *radfem*.

As produções foram publicadas entre 2007 a 2018 que, como já discutimos no primeiro capítulo, é justamente um momento de consolidação e expansão das pautas feministas, uma vez que houve a efetivação de várias bandeiras de luta, a partir de políticas afirmativas, por exemplo, e com a emergência da pluralização dos feminismos a partir de suas identidades. Esses elementos fazem parte dos distintos contextos e cenários políticos feministas os quais se referem as teses e dissertações selecionadas para análise.

A seguir, apresentaremos uma minibiografia das autoras e autores da produção que compôs nosso *corpus* de análise, logo após iniciaremos o debate a partir das nossas categorias de análise, que são: a) das identidades políticas, quais são elas e como elas se constituem; b) dos sujeitos políticos, sobre de que modo as/os autoras/es o concebem, e por último, em relação c) às concepções de feminismo que norteiam essas discussões.

²⁴ Ainda que a ocupação não necessariamente seja um espaço do campo político feminista, a discussão realizada em torno da ocupação está relacionada à emergência da identidade política em questão, o que provoca um tensionamento no interior do movimento feminista, uma vez que se busca estabelecer a luta política fruto de suas reivindicações.

4.1. Biografia das autoras das teses e dissertações analisadas

Pensar sobre o contexto no qual essas produções foram realizadas se faz necessário para apresentar a conjuntura onde foi desenvolvida, como discutimos anteriormente, contextualizar falar do exercício em localizar as especificidades, no sentido de situar de que lugar se parte para a construção dessa produção.

Como pontuamos anteriormente, nosso material de análise consiste em 16 dissertações e 8 teses, caracterizadas por distinções referentes às instituições onde foram produzidas, às áreas do conhecimento e aos anos em que foram publicadas, mas mais do que caracterizar este material, como apresentamos no capítulo anterior, aqui apontaremos de forma mais detalhada quem o produz.

Tomaremos como ponto de partida para isto o ano em que elas foram publicadas. A única publicação selecionada no ano de 2007 é a dissertação de Maria Célia Orato Selem, que tem como título: *A liga brasileira de lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica*. Seu mestrado foi realizado no Programa de Pós-graduação em História, da Universidade de Brasília. Como o próprio título aponta, sua análise tem como foco a Liga Brasileira de Lésbicas, a partir da produção de uma pesquisa onde realizou a análise de materiais impressos, imagens, entrevistas e vídeos produzidos pela Liga ou sobre ela.

Ainda em 2007, Aline de Lima Bonetti publicou sua tese de doutorado, intitulada ‘Não basta ser mulher, tem de ter coragem: uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife- PE’. Seu trabalho foi realizado no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, na Universidade Estadual de Campinas. Na tese, a autora se preocupa em compreender o ativismo de caráter popular, a partir da produção de uma etnografia.

No mesmo PPG e área de conhecimento que Maria Selem, um ano depois, em 2008, Marjorie Nogueira Chaves publicou sua dissertação de mestrado, que é intitulada por: *As lutas das mulheres negras: identidade e militante na construção do sujeito político*. Nela, a autora realizou uma análise sobre as formas de participação de militantes no Movimento de Mulheres Negras.

Ainda no ano de 2008, Elizabeth Ferreira da Cruz produziu seu trabalho de dissertação do mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Seu trabalho teve como título: *Ação política, transformação social e reconstrução de identidades: um olhar a partir do feminismo para a militância das mulheres rurais nos movimentos sociais*. Nele, a autora produz uma análise a experiência de mulheres em três

grupos: o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, o Movimento Sem Terra e o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Como metodologia, a autora utilizou entrevistas individuais e em grupos, com grupos focais, observação participante e análise de documentos.

Em 2012, Mariana Azevedo de Andrade Ferreira publica sua dissertação fruto do mestrado realizado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, realizado em Recife, na Universidade Federal de Pernambuco. No trabalho que se intitula: Homens Feministas: a emergência de um sujeito político entre fronteiras contingentes, a autora analisa a participação do grupo PAPAÍ no Fórum de Mulheres de Pernambuco.

No ano de 2013 foram dois trabalhos, a tese de doutorado de Mirla Cisne Álvaro foi um deles. A autora a produziu no Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e a intitulou de 'Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil'. A autora parte de uma compreensão classista das lutas sociais para compreender as nuances da participação feminista, como metodologia, se utilizou a realização de entrevistas com militantes.

Ainda neste ano, Raissa Barbosa Araujo produziu sua dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em Psicologia, na Universidade Federal de Alagoas. Nela, a autora busca compreender as formas de participação política de jovens do Nordeste brasileiro, a partir de entrevistas com jovens feministas militantes do nordeste. Seu trabalho tem como título: Jovens feministas do Nordeste: um novo segmento político do movimento feminista brasileiro.

No ano de 2014, Roberta Menezes Sousa publica o trabalho de dissertação de mestrado, 'A cultura política feminista entre permanências e rupturas: um estudo com as jovens do movimento feminista de Fortaleza'. Seu trabalho foi realizado Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Pernambuco. Nele, a autora compreende as formas de participação das jovens e os processos relacionados à busca por reconhecimento no campo feminista.

Em 2015 cinco autoras produziram trabalhos selecionados por nós, a primeira é Laura França Martello, que intitulou sua dissertação de mestrado como: Tensões e desafios na construção de espaços e encontros entre feministas jovens autonomistas no contexto brasileiro e latinoamericano (2011-2014). Realizado no Programa de Pós-graduação em Ciência Política, na Universidade Federal de Minas Gerais, a autora analisou encontros e festivais feministas autonomistas do Brasil e da América Latina, a partir de uma pesquisa de campo e com a produção de entrevistas.

No mesmo ano, Lissa Crisnara Silva do Nascimento produziu sua dissertação de mestrado, que tem como título: *Essa ciranda não é minha só, é de todas nós: um estudo sobre feminismo, autonomia e consciência coletiva*. O trabalho foi realizado no Programa de Pós-graduação de Serviço Social, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Nele, a autora estudou coletivos feministas autônomos, como o Coletivo Autônomo Feminista Leila Diniz, a partir da análise de documentos, observação participante e produção de oficinas.

A terceira autora que produziu no ano de 2015 foi Janaina de Araujo Moraes, seu trabalho de mestrado teve como título: *“Liberdade ainda que vadia”*: uma etnografia sobre a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro 2013. Realizada no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, na Universidade Federal de Juiz de Fora, a dissertação da autora teve como foco a análise da participação na manifestação Marcha das Vadias.

Ainda neste ano, Mariateresa Muraca publicou sua tese de doutorado, realizada no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, na Universidade Federal de Santa Catarina. Seu trabalho tem como título: *Práticas pedagógicas populares, feministas e decoloniais do movimento de mulheres camponesas em Santa Catarina: uma etnografia colaborativa*. Nele, a autora produz análises sobre o Movimento de Mulheres Camponesas a partir de uma etnografia.

Por último em 2015, Mariana Jafet Cestari produziu no Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Estadual de Campinas, sua tese de doutorado, intitulada: *Vozes-mulheres negras ou feministas e antirracistas graças às Yabás*. Em sua tese, a autora analisa os discursos produzidos a partir dos estereótipos das mulheres negras e da afirmação desta identidade.

No ano de 2016 também houve a produção de quatro trabalhos selecionados, o de Thaisa Vanessa Costa Oliveira foi uma dissertação de mestrado, chamado de *‘Feminismo e autonomia: um estudo da organização da Marcha das Vadias em Recife’*. Produzido no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Direitos Sociais, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, na cidade de Mossoró, seu trabalho tem como foco a análise da manifestação política Marcha das Vadias na cidade de Recife. A autora utilizou como metodologia a análise de documentos produzidos pelo grupo, analisado a partir do Feminismo Materialista Francófono.

Ainda no mesmo ano, Carmen Silvia Maria da Silva produziu sua tese de doutorado, no Programa de Pós-graduação em Sociologia, na Universidade Federal de Pernambuco, intitulada como: *Movimentos de mulheres, movimentos feministas e participação de mulheres populares*:

processo de constituição de um feminismo antissistêmico e popular. Em seu trabalho, a autora pesquisa a Articulação de Mulheres Brasileiras, a partir do compartilhamento entre o movimento de mulheres, movimento feminista e mulheres de classes populares.

Também neste ano, Rosalia de Oliveira Lemos realizou no Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social, da Universidade Federal Fluminense, sua tese de doutorado. Nela, cujo título é ‘Do estatuto da igualdade racial à Marcha das Mulheres Negras 2015: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas’, a autora produz a partir da história oral de militantes do Movimento de Mulheres Negras, se situando a partir de uma pesquisa ativista.

O último trabalho produzido neste ano foi a dissertação de mestrado de Daniela Dalbosco Dell’aglio, realizada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Com título de ‘Marcha das Vadias: entre tensões, dissidências e rupturas nos feminismos contemporâneos’, a autora realizou uma etnografia e produziu entrevistas com as participantes do grupo afim de analisar a produção de disputas no interior do grupo.

No ano de 2017 foram cinco trabalhos, o de Andrea Lorena Butto Zarzar foi uma tese de doutorado, realizada no Programa de Pós-graduação de Sociologia, na Universidade Federal de Pernambuco. Seu trabalho foi intitulado de ‘Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista’ e estudou grupos do Movimento de Mulheres Rurais, como: Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, Movimento Interestadual de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu e Movimento de Mulheres Camponesas. Sua metodologia foi realizada através de entrevistas com militantes do movimento e pesquisa documental, nos documentos dos grupos pesquisados.

Ainda neste ano, Ana Beatriz Rangel Pessanha da Silva realizou, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (Tecnologias da Comunicação e Estéticas), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sua dissertação de mestrado. Com o título: Comunicação e gênero: as narrativas dos movimentos feministas contemporâneos, a autora analisa os novos discursos feministas. Como procedimento a autora utiliza a pesquisa documental, em revistas *online* e relatos pessoais.

Um outro trabalho do mesmo ano foi o de Ematuir Teles De Sousa, realizado Programa de Pós-graduação em Psicologia, na Universidade Federal de Santa Catarina. Sua dissertação de mestrado foi intitulada de ‘Tensões sobre o sujeito do feminismo no contemporâneo: mulheres trans e o transfeminismo no discurso do feminismo radical’, nela se analisou o transfeminismo a partir do método cartográfico.

O terceiro trabalho do mesmo ano foi de Thais Domingos dos Santos Rodrigues, realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de São Carlos. Fruto de seu curso de mestrado, a dissertação se intitula ‘Mulheres da esquerda: política, memória e feminismos’, e analisa, com o método da história oral, a produção de memórias de militantes feministas de partidos de esquerda.

Já o último, de Thaís Lopes Santana Isaías, foi uma dissertação produzida no Programa de Pós-graduação em Direito, da Universidade Federal de Minas Gerais. Tem como título: Mulheres em luta: feminismos e direito nas ocupações da Izidora, e nela, a autora parte da análise de uma ocupação habitacional, chamada Ocupação Izidora, para compreender os modos de participação política de mulheres.

No ano de 2018 foram produzidos dois trabalhos, Camila de Melo Santana produziu sua dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades, realizado na Universidade Federal Rural de Pernambuco. Intitulado de ‘Feminismoagora!: uma experiência de pedagogia feminista autorreflexiva’, a dissertação parte da análise de práticas educativas, a partir do curso feminismoagora!, produzido no grupo SOS-Corpo, onde se realizou grupos focais com educadoras e ex-participantes deste grupo.

Além de Camila Santana, neste mesmo ano Renata Franco Saavedra realizou uma tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em sua tese, a autora analisa das formas de participação de jovens feministas em grupos culturais, a partir da metodologia de entrevistas e observação.

Tal biografia sobre os trabalhos analisados serve para situar a produção que será explorada e analisada adiante.

4.2. Identidades políticas

Para reconhecer quais as identidades políticas presentes nas teses e dissertações utilizamos a noção de identidade proposta por Chantal Mouffe, que a compreende a partir de um exterior constitutivo, de modo que é estabelecida a partir de um ‘nós’ em demarcação a um ‘eles’; assim, se constitui uma relação de oposição. Mouffe é uma das autoras que compreende a identidade como constituída a partir de relações que estabelecem diferenças, pois é justamente a afirmação da lógica de diferenciação “a precondição para a existência de qualquer identidade – ou seja, a percepção de que um ‘outro’ que constitui seu ‘exterior’” (MOUFFE, 2015, p. 14).

Nas produções, analisamos esse processo a partir da afirmação de uma identidade que se coloca em oposição a uma outra ou a uma norma, que se estabelece a partir da diferença e, muitas vezes, a partir de uma relação de hierarquia e opressão, portanto, antagônicas. Adotar

esse processo de análise está em concordância, justamente, com o que é proposto por Mouffe (2015), que compreende o estabelecimento das diferenciações como uma das possibilidades na formação das identidades políticas; então, ainda que não necessariamente esta seja a via de sua constituição, “nunca podemos eliminar a possibilidade do surgimento de antagonismos” (p. 15).

Cabe ainda ressaltar que, como já explicitamos anteriormente, o modo como compreendemos essas identidades se dá partir de processos de identificação, a partir do qual as identidades podem se configurar de maneiras distintas, não sendo compreendidas como definitivas, mas de formas múltiplas, em um constante processo de (re)configuração. Assim, pensamos elas a partir do estabelecimento de dois elementos: o antagonismo e a luta política.

A partir dessas concepções, compreendemos que no material analisado há o entendimento de que as identidades têm uma centralidade sobre a construção da luta política, e vice-versa, uma vez que elas se dão, principalmente, através de processos de exclusão ou discriminação. Pois, como é trazido por Mattos (2010), a compreensão das identidades nesses moldes aponta para a necessidade de se formar alianças contextualizadas, em prol de objetivos comuns.

Assim, a nomeação das identidades políticas se deu a partir tanto das denominações dadas pelas/os autoras/es, quanto a partir de nossas ferramentas de análise, especialmente para aquelas que não foram explicitamente nomeadas na produção, a partir das especificidades e contextos em que elas estavam inseridas. De modo que elas se referem à contingência de seu processo de identificação política, que se situa neste lugar em relação ao ‘outro’, mas que pode se deslocar à medida que se configure outro modo de antagonismo.

No total, identificamos dez, que serão norteadoras dos tópicos seguintes, são elas: mulheres feministas (SILVA, 2017; SANTANA, 2017), feministas de esquerda (ÁLVARO, 2013; RODRIGUES, 2018), mulheres rurais (CRUZ, 2008; MURACA, 2015; ZARZAR, 2017), mulheres de classes populares (BONETTI, 2007; SILVA, 2016; ISAÍAS, 2017), mulheres negras (CHAVES, 2008; CESTARI, 2015; LEMOS, 2016), feministas jovens (ARAÚJO, 2013; SOUSA, 2014; MARTELLO, 2015; NASCIMENTO, 2015; SAAVEDRA, 2018), vadias (MORAIS, 2015; DELL’AGLIO, 2016; OLIVEIRA, 2016), lésbicas (SELEM, 2007), transfeministas (SOUSA, 2017) e homens feministas (FERREIRA, 2012).

4.2.1. Mulheres feministas

A identidade política ‘mulheres feministas’ diz respeito à afirmação da categoria ‘mulheres’ contemplando a diversidade que a compõe, mas não necessariamente promovendo a articulação com outras experiências de opressão ou desigualdade.

A análise a partir desta identidade está presente na dissertação de Camila Santana (2018), que faz sua pesquisa com mulheres que participaram do SOS Corpo - Instituto Feminista para Democracia, organização que realiza atividades em Recife/PE, que tem uma longa trajetória no cenário feminista nacional e suas atividades “são voltados para as áreas da educação, pesquisa e comunicação, atuando fortemente com publicações feministas.” (p. 72). Em sua dissertação sobre a análise de narrativas de militantes do movimento feminista Ana Beatriz Silva (2017) estuda as tensões que se desdobram em continuidades e descontinuidades das mulheres feministas, que refletem na ação política.

As identidades, na perspectiva de Santana (2018), se constituem a partir de processos simultâneos de opressão e privilégio, que se dão no interior das relações de poder e estão no âmbito das experiências. A constituição desta identidade se dá à nível pessoal e coletivo, sendo atravessada pela afirmação das mulheres enquanto sujeito político, reivindicando este lugar que era negado, como já discutimos anteriormente.

Ao compreender a fragilidade da identidade política ‘mulheres feministas’, Silva (2017) argumenta sobre as tensões internas no campo feminista, pois compreende que assumir essa noção pode-se recair em dois lugares: no combate à lógica opressora ou na reprodução de uma identidade essencializada, “caindo na armadilha de elevar a identidade a uma condição transcendente, esquecendo-se da insuficiência da representação” (p. 80).

Silvia Camurça (2007) colabora para essa compreensão ao demarcar a importância se afastar da noção essencializada sobre ‘mulheres’, uma vez que compreendê-la desse modo recai sob a compreensão de uma identidade única e compartilhada por todas as mulheres. Nesse sentido, afirmar essa identidade política se faz necessário para expressar as relações de poder em torno dessa experiência, se estabelecendo um outro tido como oposto, esse outro, nas palavras de Camurça (2007) são “os inimigos comuns que sustentam o sistema de dominação.” (p. 3).

Também refletindo nesse sentido, Santana (2018) compreende que a “transformação de uma identidade genérica ‘as mulheres’, para uma em que estamos incluídas ‘nós mulheres’ se dá devido à transformação do sentido de algo externo para algo do qual se compartilha, o que destaca uma postura política de nos colocarmos enquanto sujeitas” (p. 99). Por isso, a experiência é um elemento importante na constituição dessa identidade política. Isso se desdobra na luta política em torno dessa identidade que, nesse sentido, é compreendida as autoras compreendem que a mesma é construída a partir da politização da experiência, que a partir da significação produz a historicização dessa experiência, construída a partir da troca de aprendizados (SANTANA, 2018).

Assim, através da afirmação do caráter político das reivindicações das mulheres, tanto sob o aspecto pessoal, quanto coletivo, a bandeira ‘o pessoal é político’, como já discutimos no capítulo 1, demarca a reivindicação das mulheres como sujeito político, pois, como aponta Okin (2008), demonstra as dinâmicas de poder e, assim, relações de desigualdade que se fazem presentes também no âmbito pessoal.

Do mesmo modo que Santana (2018), Silva (2017) toma a experiência de ‘ser mulher’ como elemento principal da construção da luta política, apontando a sororidade como um possível caminho para a construção das práticas feministas. Compreende que este argumento

apresenta uma linha de continuidade com os feminismos da segunda onda, que tinha como um de seus lemas mais emblemáticos “O pessoal é político”. A proposta de irmandade entre mulheres trata precisamente desse aspecto presente no lema: politizar o afeto ou criar um afeto, no lugar onde havia uma rivalidade, com o objetivo de elaborar uma aliança política estratégica para a oposição à dominação de gênero (SILVA, 2017, p. 82).

Em relação à sororidade, Suely Costa (2004) afirma que seu significado é sinônimo de irmandade, nesse sentido, está relacionada à “força de unificação das mulheres, admitidas como iguais em sua biologia, aglutinadora de energias numa luta comum contra a desigualdade em relação aos homens” (p. 25). No entanto, a autora constrói seu argumento a partir da compreensão de que essa noção tende a apagar as diferenças entre as mulheres, à medida que não expressa o viés político, ocultando questões de classe e de raça, por exemplo.

Assim, podemos compreender que o impasse em relação a esta noção é que, para algumas autoras (SILVA, 2017; SANTANA, 2018) a sororidade age como um potencializador político, a partir da construção de vínculos e relações de afeto em prol de uma ação coletiva, enquanto para outras, como Costa (2004), acaba por ocultar os tensionamentos que podem acontecer em função da diversidade de mulheres, principalmente com relação aos distintos processos de desigualdades sofridos por elas, que não se restringem ao ‘ser mulher’.

Com relação ao modo como essa identidade é constituída, nós compreendemos que ele não se dá em função do tensionamento a outras identidades políticas no interior do movimento feminista, mas sim a partir da afirmação do caráter político das experiências. O tensionamento, neste caso, não se dá em relação à outras identidades políticas, mas sim em função de um ‘eles’ que nega sua participação política, ou seja, que nega a legitimidade dessa luta.

4.2.2. Feministas de esquerda

A identidade política que discutiremos aqui é se refere às feministas que têm uma atuação junto à esquerda política, a partir da militância em partidos políticos ou que têm como preocupação central os efeitos do capitalismo. A análise sobre essa identidade está presente em

dois trabalhos, na dissertação de Thaís Rodrigues (2017), que produz uma reflexão sobre a participação de mulheres na relação entre os partidos de esquerda e o movimento feminista. E também na tese de Mirla Álvaro (2013), que se preocupa em compreender o processo de construção da luta política da classe trabalhadora a partir do Movimento de Mulheres Camponesas, da Marcha Mundial de Mulheres e da Articulação de Mulheres Brasileiras.

Na perspectiva de Rodrigues (2017) a constituição dessa identidade se dá a partir da historicização, onde o processo de identificação não se dá de forma estável, mas sim de forma subjetiva e contextualizada socialmente. A compreensão a autora está circunscrita na noção de que não se pretende a delimitação definitiva das identidades, assim, se contrapõe à ideia identidade essencializada, uma vez que elas são passíveis de transformação. Assim, entende-se que o posicionamento político pode ser compreendido como um marcador neste processo de identificação, uma vez que há a possibilidade de se identificar a partir de outros, como a classe social e a sexualidade (RODRIGUES, 2017).

Já para Álvaro (2013) essa identidade se constitui em meio à tomada de consciência do efeito do capitalismo sob as diferenças entre as classes. Esse processo não necessariamente ocorre com todas aquelas que fazem parte de uma determinada classe, mas sim com aquelas que passam a compreender as problemáticas dessa lógica nas relações de desigualdade. Assim, a autora explica que

não basta pertencermos a uma classe no sentido de origem e mesmo situação, temos que levar em consideração a ação e a consciência que possibilitam a identidade com uma determinada classe. Em outras palavras, ainda que, por exemplo, uma pessoa ao nascer tenha a sua origem de classe e se desenvolva no seio dessa classe, – vendendo sua força de trabalho como mercadoria no processo de acumulação do capital, portanto, estabelecendo relações capitalistas como proletária – essa mesma pessoa pode desenvolver identidade política com a burguesia e ter suas ações voltadas para os interesses da classe burguesa. Igualmente uma pessoa que tenha sua origem de classe burguesa e nunca tenha precisado vender a sua força de trabalho para sobreviver, pode desenvolver ações e ter identidade com os interesses da classe trabalhadora, ainda que não seja um proletário. (ÁLVARO, 2013, p. 37-38)

Desse modo, a autora compreende que construção dessa identidade se dá a partir de dois elementos que dizem respeito às condições econômicas – suficientemente determinantes nessa constituição – e também do aspecto histórico – que se refere às experiências e dinâmicas políticas. Compreender a identidade política a partir destes termos colabora para o reconhecimento da multiplicidade presente na classe trabalhadora, de modo que se entende que existem singularidades que constituem o todo.

Essa compreensão é pautada na noção de que as relações sociais se constituem como um nó, se produzindo e reproduzindo mutuamente no interior da lógica capitalista. Saffioti (2004), uma das autoras que elabora sobre essa noção, como já discutimos no capítulo 02,

entende o nó a partir do entrelaçamento entre estas três subestruturas que interagem a todo momento e podem ter como resultado distintas fusões, desse modo, não há como haver um desatamento entre estas questões. Assim, no trabalho de Álvaro (2013) fica demarcada a importância de compreender a classe trabalhadora a partir da existência de dois sexos, principalmente para explicitar a presença das mulheres na classe trabalhadora.

Em seu trabalho, Rodrigues (2017) também compreende que a identidade se constitui de forma plural, porém a partir do processo de subjetivação e da historicização das experiências, a partir de Joan Scott a autora compreende que esse processo faz parte do constante questionamento sobre as estruturas que marcam essas identidades. Nesse sentido, contextualizar estes processos tanto contribuem para a não essencialização das identidades, quanto questiona a naturalização das mesmas.

Deste modo, para Scott (1998), pensar sobre a experiência seria historicizá-la, bem como historicizar as identidades que ela produz. Procurar pelo funcionamento das estruturas ideológicas para que categorias como homem, mulher, negro, branco, heterossexual, homossexual, dentre outras, não sejam essencializadas, naturalizadas ou tratadas como características inatas aos indivíduos e alheias aos processos discursivos e à construção social. (RODRIGUES, 2017, p. 34).

A luta política empreendida a partir desta identidade se dá em torno da busca por igualdade ou minimização da desigualdade, que vão desde a melhores condições de trabalho para as trabalhadoras rurais à luta contra secundarização das pautas das mulheres nos partidos políticos de esquerda.

Como bem discutimos anteriormente no primeiro capítulo, a aproximação entre as militantes feminista e a política de esquerda, como em partidos políticos, se inicia ainda no período da redemocratização do país. Atualmente, se configura de uma outra forma, mas ainda com a reprodução da secundarização de suas pautas, como naquela época.

A partir do que foi exposto compreendemos que essa identidade não necessariamente se constitui através do tensionamento em relação à outras identidades do movimento feminista, mas sim a partir da disputa com outros modos de compreensão política, uma vez que, neste caso, se tem como ideologia a busca pela igualdade social sob diferentes aspectos. A disputa das feministas de esquerda, principalmente na produção de Rodrigues (2017), se dá também no interior da esquerda política, que constantemente secundariza as pautas relacionadas às mulheres. Para além desse aspecto, há um tensionamento frente a ideologia política de direita e/ou capitalista, seja ela no interior do movimento feminista ou não.

4.2.3. Mulheres rurais

Esta identidade política se refere às mulheres que têm como espaço de luta política o ambiente rural e do campo, sendo esta identidade um artifício de resistência à lógica machista e/ou patriarcal, que opera neste espaço. Ainda que não necessariamente esta identidade se refira a uma militância nomeada como feminista, compreendemos que ela está inserida no rol de reivindicações do mesmo, uma vez que pauta a mudança na condição de vida e trabalho das mulheres que vive no meio rural.

A identidade é analisada em três trabalhos distintos (CRUZ, 2008; MURACA, 2015; ZARZAR, 2017) a partir da experiência de militantes em distintos grupos, que são compostos apenas por mulheres ou grupos que são compostos também por homens. Estes, possuem a participação de muitas e têm setores de gênero, coordenações ou coletivos de mulheres.

Os grupos em questão são: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste – MMTR/NE –, que atua desde os anos 80 em alguns estados do nordeste, como Pernambuco e Ceará (CRUZ, 2008; ZARZAR, 2017); o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC –, que surgiu a partir da organização de mulheres de diferentes locais o Brasil, no início dos anos 80, com objetivo reivindicar melhores condições de saúde e, hoje em dia, pela qualidade da produção alimentícia (MURACA, 2015; ZARZAR, 2017); o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, que se constituiu no início dos anos 90, a partir da organização de mulheres de estados do norte e nordeste com o objetivo de reivindicar políticas de saúde e educação (ZARZAR, 2017); o Movimento Sem Terra – MST –, também foi fundado nos anos 80 e desde então tem atuado em prol da reforma agrária (CRUZ, 2008; ZARZAR, 2017); o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, criado nos anos 60 e se engaja pelos direitos das pessoas que trabalham no campo e são assalariadas (CRUZ, 2008).

Em relação à constituição da identidade, Elizabeth Cruz (2008) em sua dissertação argumenta que ela acontece, necessariamente, a partir de um processo de positivação que, neste caso, se refere à valorização e ressignificação do ‘ser rural’. Ou seja, há a transformação de um sentido que anteriormente era tido como negativo, pois o espaço rural é compreendido como em oposição ao urbano que, nesta relação, é hegemônico. Assim, na visão da autora, é a materialidade social o elemento constituinte da identidade, de modo que a identificação ocorre em torno de processos de socialização, de subjetivação, de reconhecimento e de diferenciação.

Ela se define por aquilo que somos, a nossa relação com os outros e a afirmação de que se ‘é’ algo, diferente ou em oposição do que ‘não é’. Cruz (2008) parte de uma noção onde a identidade é coerente e constitui uma unidade, que não é tida como essencializada, porém

afirmar uma unidade não significa que ela é completa e estável, uma vez que ela está sempre em um processo de transformação. Ainda que a “estabilidade é necessária para criar a unidade que, mesmo inconsciente, mantém um nível mínimo de “centramento”” (CRUZ, 2008, p. 56), a autora aparenta indicar para a identidade coletiva, como esse espaço, uma vez que a considera importante na produção de uma ação política, que é “a ação do sujeito político: o sujeito coletivo que visa (e planeja), pela sua ação, a transformação social.” (p. 57).

Assim como Cruz (2008), Andrea Zarzar (2017) faz uma análise, em sua pesquisa de doutorado, onde compreende que a constituição desta identidade está articulada às “relações sociais de sexo e classe social nas quais as mulheres estão envolvidas” (p. 21). Neste caso, essas questões são perpassadas pela propriedade ou não de terras, e ainda que a autora identifique que a maioria das mulheres que fazem parte de seu estudo são negras, a questão da raça não surge como um elemento constituído estas identidades. Como a autora afirma:

Embora a maioria da população rural seja constituída por negros e negras, veremos como essas relações ainda estão distantes de uma maior problematização nos movimentos de mulheres rurais investigados e aparece apenas como um desafio a ser perseguido na construção de projetos emancipatórios que buscam alcançar. (ZARZAR, 2017, p. 32).

Com isso, podemos perceber que ainda que haja outros processos de identificação (neste caso, ser negra), não necessariamente ele será o foco, digamos assim, da luta política, o que não exclui a possibilidade de que se atue em função desta questão. Para a autora, esse modo de compreensão está articulado à noção de cosubstancialidade²⁵, uma vez que há um sistema de opressões que são baseados em relações sociais fundamentais e, deste modo, estruturantes da sociedade, que são: sexo, classe e raça. Assim, como é afirmado por Zarzar (2017), esses elementos constituem uma unidade, que se constituem na reciprocidade entre eles, como um nó.

Mariateresa Muraca (2015) pesquisa em sua tese o MMC de Santa Catarina e, neste contexto, compreende que há uma identidade em grupo que se constrói a partir da valorização das diferenças, a construção dessa identidade é fundamental para o processo de mudança social, uma vez que a autora entende que os movimentos sociais são agentes de transformação. Na perspectiva da autora, esse processo ocorre a partir da necessidade de se “construir uma identidade política comum, capaz de compreender e unificar experiências diferentes” (p. 157). Desse modo, assim como discutimos na identidade política ‘mulheres feministas’, a construção de afetos e o compartilhamento de experiências é importante na formação de uma ação política

²⁵ Esta noção será melhor explorada no tópico 4.3 sobre as concepções de feminismo.

que, neste caso, ocorro a partir da formação de unidade, que é tido como importante nas reivindicações políticas através do movimento.

Para a autora a luta política articulada a esta identidade se situou por muito tempo na reivindicação “pela adoção da reforma agrária como bandeira de luta nacional, apesar das diferentes formas de compreendê-la que caracterizavam os sujeitos envolvidos e das várias concepções de desenvolvimento da agricultura que se difundiam.” (MURACA, 2015, p. 135). Enquanto hoje, está mais localizada na busca por dignidade de condições de trabalho e na produção de alimentos. E nesse sentido, Zarzar (2017) compreende que se tem como fundamento a busca por uma nova lógica rural, pautada no bem comum e nos feminismos.

A partir desses elementos compreendemos que essa identidade não necessariamente se constitui através do tensionamento frente à outras identidades do movimento feminista. Ela se constrói a partir da resignificação das experiências e compreensão do caráter político das opressões sofridas. Neste caso, o tensionamento está em relação a impossibilidade de conquistar direitos que beneficiem o cotidiano das trabalhadoras rurais e do campo, inclusive, em prol de autonomia.

4.2.4. Mulheres de classes populares

A identidade política ‘mulheres de classes populares’ diz respeito às mulheres de baixa renda que reivindicam melhores condições de vida, em relação à moradia e a políticas públicas, a partir de experiências contingentes.

Ela surge em três produções, na tese de Aline Bonetti (2007), que analisa as dinâmicas do campo feminista a partir do Fórum de Mulheres de Pernambuco²⁶. Além dela, também faz parte da dissertação de Thais Isaías (2017), que toma o espaço das ocupações de Izidora, uma comunidade localizada em Belo Horizonte/MG, para pensar as desigualdades sofridas por essas mulheres a partir da disputa pelo espaço de moradia. E também na tese de Carmen Silva (2016), que pretende compreender a atuação de mulheres das classes populares na Associação de Mulheres Brasileiras (AMB), principalmente sobre sua relação com o feminismo.

Na produção de Bonetti (2007) essa identidade se constitui a partir da diferenciação, em um status universalizante que age no interior do movimento feminista, de modo que se faz necessário a politização de experiências contingentes, emergindo em meio à alianças de

²⁶ Ainda que não seja um grupo, como os espaços que debatemos anteriormente, ele se configura como um espaço de tensionamento do e/ou sobre o movimento feminista, uma vez que há participação de militantes de outros grupos, instituições ou organizações feministas, como é o caso de outras produções que debatemos aqui, como é o caso de Ferreira (2012).

articulação que apagam essas diferenças, como discutimos a partir da identidade ‘mulheres feministas’. Pois,

alteridades envolvidas nesse jogo de articulações e alianças, num contexto marcado por relações de poder e distribuição desigual de prestígio político que buscam conter a disseminação da diferença, representam um desafio à estabilidade de um sujeito político unívoco do qual derivaria a ação política, revelando os seus meandros. (BONETTI, 2007, p. 131).

Para Bonetti (2007), a produção da militância para estas mulheres corresponde mais ao aspecto prático, do movimento feminista, uma vez que são “marcadas por fortes privações materiais e simbólicas, no que diz respeito ao acesso de direitos básicos de cidadania.” (p. 17). A ideia dessa construção se dá, justamente, em oposição à uma política feminista mais institucional, como no caso das ONGs, que é tido como o ideal de atuação feminista. Assim, se constitui essa identidade a partir, também, de uma dobra à está lógica.

O que parece ser o ponto fundamental para a inflexão que se percebe contemporaneamente nos sentidos atribuídos ao ativismo político pelas mulheres das camadas urbanas de baixa renda pesquisadas é a associação entre gosto e sobrevivência que a militância profissionalizada parece representar. (BONETTI, 2007, 194).

A saída, para isso, é a politização a partir da experiência que, a partir de Joan Socott, é compreendida como contendo um “um potencial desessencializador importante, posto que supostamente visa abarcar o agenciamento e a forma como sujeitos são constituídos.” (BONETTI, 2007, p. 133). Assim, a construção de uma identidade política provoca e é provocada pela troca de experiências, se a própria política é um elemento constituidor de relações de afeto em função de uma luta política compartilhada (BONETTI, 2015). Nesse sentido, a experiência²⁷ possui um caráter desessencializador, pois “visa abarcar o agenciamento e a forma como sujeitos são constituídos.” (p. 133).

A experiência também aparece como um elemento importante, mas para Isaías (2017) ela está ligada também ao compartilhamento de experiências, que para a autora se potencializa à medida que as mulheres que compõem esta identidade compartilham o mesmo espaço, havendo uma “coletividade espacial” (ISAÍAS, 2017, p. 38). Assim, estar posicionada neste lugar estabelece o que a autora denomina como ‘fronteira’, um campo de conflito, onde a partir de encontros, de tensionamentos, de afeto, e é nessa fronteira que se coloca a contingencialidade dessa experiência política.

Seguindo essa linha argumentativa, na discussão realizada por Isaías (2017), a politização de experiências particulares também faz parte da constituição da identidade

²⁷ A experiência será mais discutida posteriormente, enquanto categoria de análise.

‘mulheres de classes populares’, uma vez que, a partir da busca por uma reivindicação historicamente negada em função das relações de poder e desigualdade presentes em questões como espaço urbano, capitalismo, patriarcado e racismo.

Para Silva (2016), assim como foi apontado por Isaías (2017), a identidade política ‘mulheres de classe populares’ coloca no movimento novas reflexões a respeito de uma hegemonia feminista, como o debate que foi provocado pelas mulheres negras. Para a autora pensar à luz desta compreensão situa a construção da identidade a partir de articulações que em determinados momentos foram mais ou menos fortalecidas em relação ao feminismo. Assim, a identidade é constituída a partir de um processo de identificação pessoal e coletiva, uma vez que compreende que tais processos “possibilitam múltiplas identidades, que tem caráter situacional e relacional.” (SILVA, 2016, p. 56). Nesse sentido, para a autora, a identidade se constitui a partir de processos relacionados, principalmente, à classe e raça, uma vez que

As origens familiares nas classes trabalhadoras e/ou nitidamente populares, o histórico de racismo sofrido desde a infância, a educação diferenciada e a responsabilização pelas tarefas domésticas, em relação aos irmãos de sexo masculino, a violência sofrida pelas mães na vida conjugal, entre outros aspectos, são elementos que se destacam na leitura da origem destas mulheres e na sua identificação com a atuação política em movimentos sociais e, mais fortemente, no movimento feminista. (SILVA, 2016, p. 260)

Essas experiências produzem modos de subjetivação a partir de sua condição de vida, que tomam força política pessoal, e são compartilhadas coletivamente, se desdobrando em uma ação política que visa formas de resistência e transformação na realidade.

Na compreensão de Silva (2016), uma das questões em torno dessa identidade está no seu distanciamento do movimento feminista, uma vez que atualmente está mais ligada às “articulações de mulheres vinculadas aos movimentos sindicais e rurais, muito possivelmente em função destes movimentos serem organizados em torno da identidade coletiva e da luta por direitos de classe trabalhadora e/ou camponesa.” (p. 21).

Assim, a luta política empreendida aqui está em torno de melhores condições de vida, em prol de políticas públicas e direitos básicos, como à moradia. Essas reivindicações têm como intuito também a transformação de sua experiência e de sua família. Além desses aspectos, se coloca também como pauta a reivindicação pelo estabelecimento dessas questões no interior do movimento feminista. Esta última questão está articulada ainda com o que discutimos no primeiro capítulo, pois podemos considerar que ela é fruto do processo de compreensão de processos de desigualdades que podem também ser reproduzido no interior dos feminismos.

Em função disso, compreendemos que as ‘mulheres de classes populares’ se constituem de diferentes modos, em comum elas têm a afirmação da experiência subjetiva, do caráter

político e específico que marcam suas vivências. Esse processo se dá através da busca por reconhecimento de suas questões, tanto no interior do movimento feminista, quanto para além dele, disputando o estabelecimento de suas pautas e ressignificando as desigualdades, atuando na construção de um campo feminista mais plural, uma vez que disputa este espaço com a reivindicação de uma atuação menos tradicional, atenta à outras questões.

4.2.5. Mulheres negras

A identidade política ‘mulheres negras’ diz respeito às mulheres que se afirmam e se engajam politicamente a partir da negritude, atravessadas pelas relações de poder em torno dos marcadores gênero-raça. A análise a partir desta identidade acontece em três trabalhos: na tese de Mariana Cestari (2015), onde ela analisa narrativas sobre as mulheres negras partir do Movimento de Mulheres Negras e algumas atividades, como o III Encontro Feminista Latinoamericano e do Caribe, que aconteceu em 1985; na tese de Rosalia Lemos (2016), na qual está identidade está articulada à Marcha das Mulheres Negras em Brasília, que aconteceu em 2015; e a dissertação de Marjorie Chaves (2008), que discute a respeito da participação política no Movimento.

Assim como Isaías (2017), Cestari (2015) e Lemos (2016) compreendem que as identidades se constituem a partir da noção de identidades positivas que, para as autoras, está articulada à afirmação do gênero e da raça de modo ressignificado. Esse processo de positivação se dá a partir da compreensão da lógica opressora que permeia essas relações, entendendo que a mesma se forma a partir da vivência de “processos de superação da negação imposta pelo poder branco” (LEMOS, 2016, p. 54).

Enquanto Santana (2018), que discute sobre a identidade ‘mulheres feministas’, afirma que a constituição dessa identidade se dá por um processo, que se constitui ao longo de sua trajetória, pois não se nasce feminista, Lemos (2016) compreende que o elemento da experiência vivenciada é fundamental no processo de constituição. Ele se dá a partir de um processo de empoderamento e fortalecimento, ou seja, a constituição da identidade se dá a partir de sua afirmação, depois de um procedimento de ressignificação.

A noção de empoderamento é polêmica com relação ao seu efeito ou efetividade, de acordo com Joice Berth (2018), falar sobre empoderar é falar da

condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo e de suas variadas habilidades humanas, de sua história, principalmente em entendimento sobre a sua condição social e política e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor. Seria estimular, em algum nível, a autoaceitação de suas características culturais e estéticas herdadas pela ancestralidade que lhe é inerente para

que possa, devidamente munido de informação e novas percepções críticas sobre si mesmo e sobre o mundo que o cerca, e, ainda, de suas habilidades e características próprias, criar ou descobrir em si mesmo ferramentas próprias para ou descobrir em si mesmo ferramentas ou poderes de atuação no meio em que vive e em prol da coletividade. (p. 14).

Para Célia Sardenberg (2006) e Berth (2018), uma das razões da crítica sobre o termo está no seu indiscriminado, o que ocasionou na construção de outros significados, que não compreende as relações de poder nestes termos. Na análise de Lemos (2016), esta noção é fundamental para a construção de uma ação política rumo à transformação social, pois neste sentido “faz-se necessário investir em ações com vistas a radicalizar a democracia, fortalecendo os movimentos organizados de mulheres negras e ampliando a participação delas” (LEMOS, 2016, p. 329) em espaços políticos.

Por uma perspectiva mais articulada à subjetividade, Chaves (2008) entende que as identidades são “provisórias que ultrapassam a subjetividade ancorada no gênero e suas intersecções.” (p. 11). Essa compreensão se desdobra no aspecto sócio-histórico que faz parte do processo de constituição dessa identidade, uma vez que o contexto histórico demonstra a lógica discriminatória que se dá desde o período de escravidão, por exemplo, ou do racismo estrutural aqui no Brasil, ou da hiperssexualização das mulheres negras. O aspecto subjetivo, que está relacionado à experiência, e se refere ao “processo em que a subjetividade das mulheres é constituída numa realidade construída pelas práticas sociais.” (p. 30). Portanto, os aspectos sócio-históricos e a subjetivoscompõem tanto a lógica de igualdade, quanto a resistência a ela, que é o caso da identidade ‘mulheres negras’. Para além disso, sobre esta identidade, Cestari (2015) compreende que

apesar da heterogeneidade do que são as mulheres negras e a afirmação, por diversas vozes de mulheres negras, da pluralidade do ser mulher negra, a prática enunciativa produz como efeito uma homogeneidade, de modo a projetar imaginariamente um lugar a partir do qual o sujeito pode dizer, bem como um coletivo que legitima as vozes das mulheres negras. Deste modo, emergem identidades discursivas minoritárias ou excluídas de esferas de circulação legitimadas do discurso, que produzem como efeito o apagamento de suas contradições internas. Apesar desde efeito do *nós político*, a história e memória compartilhadas que justificam o *nós* são atualizadas na força performativa na luta política coletiva e podem se deslocar no que há de irrepitível e contingente no acontecimento da aparição do enunciado. (p. 36).

Nesse sentido, há a construção de uma unidade em prol de pautas reivindicações que fazem parte do coletivo dessas mulheres. Sobre a heterogeneidade da identidade das mulheres negras, Lemos (2016) e Chaves (2008) compreendem que ela de fato existe, uma vez que há uma multiplicidade de identidades, como as jovens negras e lésbicas, por exemplo, e este é um dos elementos que ocasiona na composição de novas lutas políticas.

Lemos (2016) entende que a luta política em torno de ações afirmativas junto ao Estado tem sido um elemento central para o movimento negro, assim como, para as mulheres negras feministas, que reivindicam políticas públicas. Como afirma a autora

Os Movimentos Negros e os Feminismos Negros ao longo de suas trajetórias têm criticado enfaticamente grande parte das políticas públicas em curso no país, mas também têm pontuado para a emergência de transformação no foco de ação e, na maioria das vezes, reivindica novas ações em busca da redução das desigualdades, que irão definir graus de desigualdades em sociedade estratificada como a nossa, por exemplo, que possui o racismo e o sexismo como estruturantes. Daí se entende seu caráter empírico e os conflitos que ocorrem no país. (p. 145).

Já a partir de Cestari (2015) compreendemos que a afirmação dessa identidade, a ressignificação dos processos de racismo e a construção de uma história negra demarcam a luta política que está articulada a essa identidade. Chaves (2008) também caminha nesse sentido, uma vez que afirma que

O processo de organização e ação coletiva das mulheres negras se deu a partir da chamada à construção de *uma outra história*, trazendo à tona questões sobre suas identidades e o reconhecimento da importância do seu papel na construção histórica, politizando as desigualdades sexuais e raciais e estabelecendo novos sujeitos políticos. (p. 14).

Assim, como é afirmado por Chaves (2008), a ressignificação da identidade ‘mulheres negras’ faz parte da busca por visibilidade, inclusive “para desestabilizar a apropriação autoritária da produção do conhecimento e a construção de estereótipos e modelos.” (p. 14).

Nesse sentido, entendemos que a construção dessa identidade se dá no processo de negação à lógica racista e sexista, que constitui um sistema de opressão e o papel social das mulheres negras. Além disso, como já discutimos mais explicitamente em capítulos anteriores sobre o tensionamento provocado pelo Movimento de Mulheres Negras no interior do movimento feminista, podemos afirmar que a identidade também se constitui a partir dessa disputa, em torno do sujeito político feminista.

4.2.6. Feministas jovens

A identidade política ‘feministas jovens’ se refere às mulheres jovens que são militantes/ativistas do movimento feminista. Essa identidade faz parte da discussão de cinco trabalhos: a dissertação de Raissa Araujo (2013), onde se analisa a emergência desse segmento no movimento feminista através de militantes articuladas à Associação Brasileira de Jovens Feministas; a discussão feita por Roberta Sousa (2014) foi realizada em sua dissertação, que tratou sobre a participação no movimento feminista em Fortaleza/CE; na pesquisa de mestrado de Laura Martello (2015), na qual se discutiu a participação a partir de encontros de feministas autônomas, como o Encontro Feminista Autônomo Latinoamericano e Caribenho, que

aconteceu aqui no Brasil em 2012; no trabalho de dissertação de Lissa Nascimento (2015), que também se debruçou sob o feminismo autônomo, inclusive a partir das atividades do Coletivo Autônomo Feminista Leila Diniz; e por último, a dissertação de Renata Saavedra (2018), que pensa essa identidade a partir de manifestações artísticas.

Para autoras como Araujo (2013), Sousa (2014) e Martello (2015), a identidade política ‘feministas jovens’ se constitui a partir da diversidade e da desigualdade, que se expressa através de relações de dominação e subordinação, presentes nas questões de gênero-geração.

Em uma perspectiva mais articulada ao campo da experiência, Saavedra (2018) compreende que a identidade se constitui por processos de afinidade e afetos, que como já discutimos anteriormente, é um elemento importante no compartilhamento das vivências e fortalecimento em prol de uma ação coletiva. Além disso, a autora compreende as múltiplas contingências que marcam o estabelecimento da coletividade, sendo “sempre processual, nunca fixa ou fechada, a experiência é também, portanto, lócus de formação e conscientização política.” (p. 119), pois é justamente esse elemento que é reivindicado pelas jovens feministas no tensionamento provocado para a inserção de suas pautas.

Como bem é apontado também por Sousa (2014), que afirma que a identidade se constrói em função da reivindicação das pautas da juventude no interior do movimento feminista. Desse modo, como já discutimos no capítulo 01, tais reivindicações se referiam, principalmente, sobre as relações intergeracionais, entre as militantes, e à articulação da pauta com o segmento geracional.

Assim, um caráter importante na constituição dessa identidade é o próprio tensionamento provocado no interior dos feminismos, uma vez que se provoca problematizações sobre as identidades representadas por ele. De modo que se “aglutina demandas específicas e estruturas visando mudanças na realidade” (MARTELLO, 2015, p. 41), ou seja, se constrói em torno de conflitos pela afirmação de um código cultural em função de outro, tendo como objetivo a transformação. Esse processo é discutido por Zanetti (2009) afirma que sua emergência é reflexo da legitimação das juventudes, e suas especificidades, como identidade politizada, uma vez que se reconhece suas pautas como políticas.

Como afirma Silva (2018), o tensionamento provocado pelas jovens no movimento feminista fala, justamente, do compartilhamento de experiências, seja através de espaços comuns ou das relações de desigualdade vivenciadas. Essas experiências são fazem parte da compreensão que Nascimento (2015) possui sobre a constituição da identidade ‘feministas jovens’, uma vez que a autora compreende a diversidade e ds múltiplas experiências como um

importante eixo de reivindicação, sendo a luta pelo “protagonismo e a libertação das *mulheres*” (p. 116) o elemento que constitui a unidade de reivindicação que permeia essa identidade.

Compreendemos que na visão das autoras a luta política das feministas jovens está articulada à transformação de visões hegemônicas no interior do movimento feminista, a partir da inserção de uma maior diversidade de mulheres representadas. Pois, como afirma Sousa (2014)

Diante do fato de que nenhuma geração anterior havia demarcado essa identidade, o pedido de reconhecimento trouxe um conjunto de interrogações para o movimento feminista, a partir da imbricação do ser jovem e feminista: que demandas traziam para o movimento? Essas demandas eram concretamente específicas? As desigualdades de gênero se apresentavam na juventude de forma diferente das demais gerações (crianças, adolescentes, adultas e idosas)? O que essa articulação (ser jovem e feminista) representava? (p. 52).

Como destaca Araujo (2013), as reivindicações pelas mudanças no interior dos feminismos indicam tanto o reconhecimento histórico do movimento feminista, quanto o incomodo frente ao convite às mais velhas para a reflexão “sobre relações hierarquizadas no movimento – tal qual as negras, as lésbicas e as latinas o fizeram.” (p. 77).

Saavedra (2018) entende que a luta política que está articulada a esta identidade é do “campo de produção e disputa de dissensos – entendendo dissenso não como conflito de ideias ou sentimentos, mas como um conflito de regimes de sensorialidade.” (p. 130). Assim, para além da questão da representatividade, pautam reivindicações com relação ao direito à cidade e à violência contra jovens negros, por exemplo.

Ainda que a questão da autonomia tenha se feito presente no debate realizado por outras autoras, ele se faz como um os elementos principais na luta política apresentada por Nascimento (2015), esse elemento faz parte da proposta de uma ação universal que tem como objetivo a libertação das mulheres. A construção dessa ação universal não elimina a pluralidade, a medida em que são diversas as experiências que constituem esse cenário.

Dessa forma, o movimento feminista tem sido palco de novas expressões de luta, a luta das mulheres, no plural, na diversidade, na multiplicidade. O universo de mulheres, experiências e demandas, exige uma prática coerente, uma identidade unitária, que se faz na autonomia como elemento ético. (p. 48).

Com esses elementos compreendemos que a constituição dessa identidade ocorre a partir do processo de oposição à hegemonia que está presente no movimento feminista, o que provoca o tensionamento para a inserção de questões que até então não faziam parte dele.

4.2.7. Vadias

A identidade política ‘vadias’ é pensada em função da Marcha das Vadias²⁸, elas são discutidas a partir de três produções: de Janaina Morais (2015), que discute em sua dissertação sobre a manifestação realizada no Rio de Janeiro em 2013; Daniela Dell’Aglío (2016) construiu sua dissertação a partir do coletivo, em Porto Alegre; e na dissertação de Thaisa Oliveira (2016) em que é compreendido o modo de organização do coletivo na cidade de Recife. Como já discutimos no primeiro capítulo, a Marcha das Vadias foi realizada em diferentes países e no Brasil teve sua primeira manifestação em 2011.

Na discussão realizada por Morais (2015) e Dell’Aglío (2016) podemos compreender que para as autoras a construção da identidade acontece a partir de distintos processos de subjetivação, sendo a experiência um dos componentes desses processos. As autoras têm Judith Butler como referencial teórico, que explica as identidades a partir de ficções necessárias para a constituição do campo político. Nesse sentido, o problema, para as autoras, está na compreensão de que há apenas um problema político que se âncora na identidade comum de ‘mulheres’. Esse problema está na concepção de que o problema, ou a resposta, dos feminismos está na identidade ‘mulher’, sendo essa identidade efeito discursivo que se produz através do discurso (BUTLER, 2013b). Pois, como afirma Dell’Aglío (2016), “a identidade não constitui uma essência, mas sim remete a um trabalho permanente de (re)construção discursiva através do qual o próprio sujeito se compõe.” (p. 36).

Como é afirmado por Morais (2015), a constituição dessa identidade se organiza em torno da construção de oposição aos aspectos tradicionais dos feminismos, como a já referenciada categoria ‘mulheres’, ou à ações feministas que “possuem um tipo de organização hierárquica e uma articulação política já bem consolidada, em torno de um *sujeito político* delimitado - historicamente, movimentos feministas têm presumido uma *identidade* política definida, compreendida pela categoria de mulheres.” (p. 14 grifo da autora). Assim, a construção dessa identidade está na crítica a um feminismo que não questiona essa identidade, na cristalização dessa identidade que é negada.

Nessa linha argumentativa, Oliveira (2016) também compreende que a luta política feminista deve estar pautada em torno da crítica à universalização da categoria ‘mulheres’, ou ao seu uso político sem articulação a especificidades ou contingências. Por isso, a autora

²⁸ A princípio a Marcha das Vadias se configura como uma manifestação, assim como já discutimos no capítulo 01, porém, em algumas cidades essa ação se transformou em coletivos, atuando de modo contínuo ao longo do ano, para além do evento da manifestação.

entende que a luta política deve estar centrada não apenas nas mulheres cis, mas também nas trans.

Assim, a luta política em torno da qual essa identidade se organiza está no engajamento pela não essencialização dos feminismos, mas pela manutenção da multiplicidade de sujeitos, uma vez que compreende que a diversidade de mulheres presente no campo político feminista, em relação à raça, sexualidade, classe social, geração e nacionalidade refletem “uma diversidade de experiências de opressões” (OLIVEIRA, 2016, p. 101). Nesse sentido, a luta política a qual essa identidade está em torno é relacionada à provocação de tensionamentos no interior do feminismo e para fora dele, uma vez que essa discussão não se limita ao campo feminista.

As autoras compreendem a identidade ‘vadia’ como múltipla, uma vez que é composta por distintas concepções de feminismo, porém atuando em ação política comum. Desse modo, compreendemos que elas se afirmam a partir da negação à identidade ‘mulheres’ como unidade das pautas feministas. Assim, ela se constitui a partir da negação aos aspectos tradicionais dos feminismos, ao mesmo tempo em que, de modo geral, afirmam a desconstrução de discursos que designam o que significa ‘ser mulher’, especialmente em relação aos ideais de feminilidade.

4.2.8. Lésbicas

Em relação à identidade política ‘lésbicas’, ela se refere àquelas que se afirmam a partir da lesbianidade. Essa identidade está presente na dissertação de Maria Célia Selem (2007), que analisa a construção dessa identidade no grupo Liga Brasileira de Lésbica.

A autora compreende que reivindicar essa identidade é importante em função da “promoção de lugares de fala que possibilitam repensar as concepções naturalizadas que informam o sujeito mulher narrado nos diversos espaços, principalmente nos espaços de formulação de políticas públicas.” (p. 131). De modo que compreende as identidades como efêmeras e fictícias que, portanto, pode ser expressadas de múltiplas maneiras, extrapolando os limites postos a partir da dicotomia: sexo-gênero.

Assim, as identidades são compreendidas como “máscaras sobrepostas”, tendo em vista que sua existência se dá no e pelo social, assim como, pela experiência e seus significados. Os processos de identificações demonstram essa lógica, a partir de sua fluidez e contingência. Por isso, a autora considera que a emergência de bissexuais e/ou negras no interior do movimento lésbico denota a insuficiência do sujeito lésbico. Esta identidade política se constitui a partir de narrativas contra o que é tido como ‘verdadeira mulher’, de modo que problematiza a noção de identidade feminina única e fixada a partir da oposição à lógica masculina. Nesta perspectiva,

as identidades se constituem de forma singular e a partir do estabelecimento de disputas que, neste caso, a mulher lésbica extrapola a categoria homossexual e reivindica o sujeito mulher.

Na concepção de Selem (2007), as categorias são constituídas socialmente e podem ser questionadas. Assim, as identidades políticas, à medida que se configuram como sujeito político feminista, são marcadas por pontos de conflitos e por múltiplos sujeitos. Isto demonstra a ficcionalidade das identidades, que são frágeis como categoria, e a fragmentação do sujeito político.

A luta política, de acordo com Selem (2007), está no engajamento em relação à denúncia do discurso legitimado como o que é ser homossexual e questionam a categoria mulher, a partir da noção de sexo social e sexualidade normativa. Essas lutas são a partir da crítica ao sistema heterossexual e têm como uma das bandeiras de reivindicação o reflexo dessas problematizações nas políticas públicas. Pois, bem como é apontado pela autora, a negligência em relação à saúde sexual das lésbicas é uma expressão da invisibilidade, que se dá em dois âmbitos, o primeiro, apontado pela autora, parte da compreensão de que há uma centralidade no pênis, especialmente para as políticas de prevenção ao HIV. Mas além disso, compreendemos que é um reflexo de uma lógica heteronormativa e machista, uma vez que se compreende as mulheres como parceiras sexuais apenas de homens.

Deste modo, entendemos que esta identidade se constitui em negação ao que se compreende hegemonicamente por ‘mulheres’, principalmente em relação à performance e à sexualidade. Além disso, se constitui em negação a outras identidades políticas do feminismo que afirmam esta noção hegemônica de mulher.

4.2.9. Transfeministas

A identidade política ‘transfeminista’ se refere à negação da identidade ‘mulheres’ como hegemônica e à possibilidade de reivindicação dela em disputa no interior do movimento feminista. Essa identidade é discutida por Ematuir Sousa (2017), que em sua dissertação analisa o estabelecimento dessa identidade nos feminismos a partir do tensionamento entre o transfeminismo e o *radfem*²⁹.

Sousa (2017) compreende que essa identidade se constitui de forma fictícia, que se designam tendo como constituintes “a instabilidade e o fluxo plural dos campos de disputas, agenciado e produzido historicamente.” (p. 38). Para o autor, é justamente a não linearidade que demarca a possibilidade de estabelecimento de outros sujeitos dos feminismos, é o que

²⁹ A discussão a respeito dessas concepções de feminismo será aprofundada no tópico 4.3.

garante a possibilidade de disputa de outras identidades que compõem o cenário político feminista.

Nesse sentido, as identidades não são compreendidas como são fixadas, ou seja, estas, não são essencializadas, mas sim, produzidas em um campo plural e instável, de forma fictícia (SOUSA, 2017) – essa concepção parte da mesma compreensão proposta por Morais (2015), Dell’Aglío (2016) e Selem (2007), e todas/os têm em comum o a crítica à identidade ‘mulher’. Assim, subjetivados e construídos historicamente, produzem agenciamentos dominantes, que atuam de forma representativa e, neste sentido, hegemônico.

A identidade política transfeminista se constrói a partir da negação à noção essencializada de mulher, construída a partir da cisgenereidade, que se constitui como hegemônica no movimento feminista. Essa negação está exposta também no ‘Manifesto Transgênero’, de Jaqueline de Jesus, onde é se coloca a problemática das identidades de gênero (binômio sexo-gênero), a autora diz:

São potencializados temores que, desde fins do século XIX, com o início do movimento feminista, estão no núcleo das inquietações contemporâneas: a possibilidade de haver libertação das amarras de gênero, o que fragiliza a estabilidade das identidades e a “naturalidade” corporal do ser mulher ou homem. (JESUS, 2015, p. 25).

Assim, Sousa (2017) compreende que a construção desta identidade ‘tranfeminista’, a partir da luta política contra o cissexismo e o machismo, elementos principais das amarras citadas por Jesus (2015), podem se configurar como elementos da transfobia. Para Henrique Nardi e Paula Machado (2015), a transfobia não se expressa apenas como violência contra uma forma de expressão da sexualidade, como no caso da homofobia ou da lesbofobia, mas também ancorada em uma rejeição que se refere à um aspecto cultural, pois se refere à própria compreensão de gênero, que está centrada nas noções de homem e mulher.

A partir dessas questões compreendemos que a identidade política ‘transfeminista’ se constitui a partir da negação à universalidade da identidade ‘mulheres’, pois se entende que a afirmação dessa identidade deslegitima sua existência. Além disso, ela se afirma a partir da negação às formas de violência que tendem a impedir sua existência.

4.2.10. Homens feministas

A identidade política ‘homens feministas’ se refere aos homens que se entendem por feministas e com a possibilidade de se estabelecer como identidade feminista. Essa discussão é feita na dissertação de Mariana Ferreira (2012), que analisa o tensionamento em torno da participação de representantes da Instituto PAPAI, ONG fundada em 1997 e que atua a partir

de uma perspectiva feminista em questões relacionadas à masculinidade, no Fórum de Mulheres de Pernambuco.

A partir da compreensão de que esta identidade se constitui em um processo de construção social, que se dá no estabelecimento de um ‘nós’ que é a favor da participação dos homens no movimento feminista e um ‘eles’ que se constitui pelas feministas contra homens. Como a autora afirma, a reivindicação desta identidade é efeito das “possíveis descontinuidades entre corpos e prescrições de gênero” (p. 28).

Ainda que este seja apontado pela a autora como o elemento constituidor desta identidade, há outros dois pontos que podemos tomar sobre o modo como ela se constrói, a partir da negação à lógica da “naturalização dos comportamentos de gênero e, conseqüentemente, da dominação masculina e, por outro, a desresponsabilização dos homens frente a suas opiniões e atitudes em relação às mulheres.” (p. 36). Desse modo, a constituição dessa identidade está articulada à compreensão dos homens feministas sobre seus privilégios e papel social, especialmente sobre a lógica opressora da qual faz parte simbolicamente. Ferreira (2012), argumenta que o patriarcado é tomado “como um sistema contraditório de poder” (p. 41), uma vez que seu efeito prejudica as mulheres, mas também os homens, inclusive na construção de hierarquias sobre as formas de expressar ou não a masculinidade.

Compreendemos que o principal foco da luta política na qual esta identidade se engaja está no fim da desigualdade baseada na diferença entre homens e mulheres, que às vezes “está atrelada a uma busca mais ampla por justiça social e pelo fim das diversas formas de opressão e exclusão social.” (p. 69).

Com isso, entendemos que a identidade política se constitui a partir tanto da negação à lógica machista que é hegemônica na nossa sociedade, quanto às feministas que compreendem que o movimento feminista não deve ter a participação de homens.

A partir destas identidades e da compreensão sobre o modo como elas se constituem, é possível retornarmos ao que já discutimos anteriormente, no capítulo 01. Há uma continuidade com relação ao processo de estabelecimento, ou a tentativa dele, no campo político feminista. Uma vez que se amplia este campo e seu espaço político, se abre a possibilidade de disputa deste espaço por outras identidades, que se constituem, muitas vezes, como diferenciação de outra identidade política feminista.

4.3. Os sujeitos políticos dos feminismos

As identidades discutidas acima são algumas das que compõem o sujeito feminista, pois as possibilidades de identidades feministas não se esgotam nelas, uma vez que são múltiplos e

contingentes os modos de constituição, que se (re)constroem a todo momento. Como podemos perceber a partir da discussão acima, as identidades políticas se constroem a partir da formação de um ‘nós’ que se pauta a partir da definição de uma luta política comum, que compartilham um processo de identificação a partir de relações de desigualdade, por exemplo.

Adrião, Toneli e Maluf (2011) ao analisar a emergência de múltiplas identidades no campo político feminista, compreendem que essa multiplicidade indica justamente a complexidade das demandas das mulheres representadas pelo movimento feminista, que se expressam, também, a partir de conflitos e tensões em prol de um maior espaço político, “por hierarquias dentro do movimento, por espaços identitários e políticos, mas não necessariamente em oposição a sujeitos políticos, na busca por autonomia e por espaços que reflitam os anseios e demandas dos diversos segmentos.” (p. 678-679). Assim, a partir do modo como as autoras compreendem, mais do que se opor ao sujeito político estabelecido nesse campo, se estabelecem as relações de conflito em prol de seu estabelecimento como sujeito político. Nesse sentido, é central para esse jogo o caráter democrático que garante a possibilidade de troca de posições.

Esse elemento é central no modo como compreendemos sujeito político, uma vez que ele se define pelas relações de desigualdade e pelo engajamento em prol da mudança nessas relações, que passa pelo reconhecimento político dessa questão (ADRIÃO; TONELI; MALUF, 2011; GRUGINSKIE, 2015). De modo que, como afirma Claudete Gruginskie (2015), essa identidade do sujeito tem um caráter ativo, uma vez que se compreende sua capacidade de agenciamento para uma transformação social.

A fluidez dessa identificação é um elemento importante nesse modo de compreensão, uma vez que o sujeito é múltiplo e contraditório, essa identidade “é, portanto, sempre contingente e precária, fixada temporalmente na intersecção das posições de sujeito e dependente de formas específicas de identificação.” (ADRIÃO; TONELI, 2008, p. 467). Nesse sentido, o sujeito não é completo em si mesmo ou essencializado, uma vez que ele ocupa diferentes espaços, o que Mouffe (1999) chama de ‘posições de sujeito’, uma vez que esses lugares ocupados são múltiplos e mantêm a possibilidade de disputas por este campo político.

Pois como a autora afirma, as novas lutas políticas e a diversidade que se compõe no interior das relações sociais, demandam

uma teoria de sujeito como agente descentrado, destotalizado, de um sujeito construído no ponto de intersecção de uma multiplicidade de posições subjetivas entre as quais não há nenhuma relação *a priori* ou necessária e cuja articulação é consequência de práticas hegemônicas. Em consequência, não há uma identidade definitivamente estabelecida, sem que haja sempre um certo grau de abertura e ambiguidade na maneira de articular as diferentes posições de sujeito. (MOUFFE, 1999, p. 311-32 [tradução nossa]).

Assim, essa noção se afasta de perspectivas que compreendem o sujeito como unitário e o posiciona a partir da multiplicidade, sendo compreendido como uma parte da manutenção de uma democracia pluralista, onde a diversidade é tida como elemento do político. Onde o conflito, o tensionamento entre processos antagonistas, “é reconhecido como legítimo e parte do processo democrático. O opositor é visto como adversário e não como inimigo.” (GRUGINSKIE, 2015, p. 66).

Com isso, a partir do objetivo de compreender de que modo o sujeito político é concebido no *corpus* de análise selecionado, nos questionamos como as/os autoras/es o tomam teoricamente, a partir das perspectivas utilizadas, e como se dá a articulação entre o sujeito e os feminismos.

A seguir, discutiremos no decorrer desse tópico a noção de sujeito político a partir de dois prismas: o primeiro em relação à compreensão do sujeito como concebido a partir de processos de subjetivação, e o segundo em relação aos que são tomados a partir do compartilhamento de experiências. Ainda que tenhamos optado por discuti-las a partir dessa divisão, não está dada explicitamente a delimitação de uma ou de outra em todas as produções.

4.3.1. Processos de subjetivação

Neste eixo discutiremos uma concepção de sujeito que está articulada à ideia de sujeitos múltiplos, descentralizados e que se constituem a partir de processos de subjetivação, que está presente nos trabalhos de: Bonetti (2007), Selem (2007), Chaves (2008), Ferreira (2012), Araujo (2013), Sousa (2014), Cestari (2015), Martello (2015), Moraes (2015), Dell’Aglío (2016), Silva (2016), Rodrigues (2017), Silva (2017) e Sousa (2017).

O sujeito concebido aqui é tido a partir da ideia multiplicidade e da compreensão de que não há uma essencialização desse sujeito, que é frágil, uma vez que não há um consenso sobre as identificações que o constitui. Nesse caso, apontar para essa fragilidade fala mais da não totalidade desse sujeito, do que da própria impossibilidade de sua constituição.

Nas dissertações de Araujo (2013), Sousa (2014) e Martello (2017), que tratam sobre a identidade política ‘feministas jovens’, argumentam a respeito da ideia de multiplicidade para a compreensão do sujeito político, sendo esta noção a garantia da possibilidade da emergência de novos sujeitos políticos e, desse modo, outros “têm a legitimidade de representar o movimento social pelo qual militam.” (ARAUJO, 2013, p. 55). Essa legitimidade se expressa principalmente como relação ao estabelecimento ou não da luta política que será constituída para ação coletiva. Tal processo contribui para o fortalecimento de um projeto político feminista

em prol da ampliação do campo político para uma maior diversidade, de modo que não significa o “enfraquecimento ou abandono de uma perspectiva comum.” (SOUSA, 2014, p. 10).

Assim, a ideia de sujeitos múltiplos não exclui a compreensão sobre a possibilidade de fixações do sujeito político, pois se reconhece a possibilidade de constituição de unidades políticas, mas se refere, também, à ideia de pluralidade na constituição do sujeito, sendo perpassado por distintas formas de subjetivação, que são fluídas e passíveis de mudança.

Isso pode ser analisado na produção de Selem (2007) que, ao analisar a identidade política ‘lésbica’, compreende a possibilidade de se afirmar a binariedade (homem/mulher) como forma de fixação parcial do sujeito político, uma vez que não se concebe o sujeito como determinado em si mesmo. Essa fixação é tida pela autora como um meio de buscar a visibilidade de suas pautas e produção de outras práticas, que minimizem as relações de opressão e que possam disputar a hegemonia.

A partir da compreensão do sujeito sob a ótica do discurso e, neste caso, como constituído a partir de “discursos classistas racializados de gênero” (CESTARI, 2015, p. 31), uma vez que a autora produz sua análise sobre a identidade ‘mulheres negras’, Cestari (2015) afirma uma concepção de sujeito que parte como efeito e constitutivo do discurso. Nesta forma de entendimento, o sujeito é definido a partir de distintos lugares de enunciação, de modo que se reconhece o conhecimento produzido pelo sujeito, produtor de discursos, em espaços legitimados como produtores de verdades.

Assim, pode-se pensar na possibilidade e efeito do dizer sem reduzi-los a um efeito de linguagem (de modo a apagar a história) nem descrevê-los como projeção de lugares sociais (de modo a apagar a língua). Ao considerar a enunciação, pretende-se captar o trabalho sócio-histórico (dinâmico) de sustentação de posições pelos sujeitos enunciadoreis. (CESTARI, 2015, p. 34).

Sob uma lógica próxima a esta, Sousa (2017) parte da compreensão de que os sujeitos são produtores de práticas discursivas, essas práticas são compreendidas como formas de resistência às relações de desigualdade e violência que estão em torno da identidade política ‘transfeminista’. Nessa concepção,

na medida em que vai sendo confrontada pelo exterior constitutivo das posições hegemônicas e talvez seja exatamente por isso que ocorra o constante apelo discursivo para manter sua ficção. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que as identidades são produzidas e sustentadas por meio da necessidade da demarcação da diferença, do chamado exterior constitutivo, este exterior tensiona e demonstra o quanto as identidades são frágeis, abrindo-se a novas possibilidades discursivas. (SOUSA, 2017, p. 76).

Assim como Sousa (2017), Dell’Aglia (2016), que discute sobre a identidade ‘vadias’, compreende que o sujeito é efeito de uma construção subjetiva, que se dá a partir da

performatividade como forma de fixação, de modo que a construção de um sujeito feminista não está relacionada a um sujeito preexistente, mas sim que se consolida através de discursos.

Já Silva (2016), ao discutir sobre a identidade de ‘mulheres de classes populares’, parte da noção de subjetividade coletiva na sua concepção sobre o modo como se constitui o sujeito. Na perspectiva da autora, a categoria ‘mulheres’ compõe “uma subjetividade, com forte identidade social e um baixo grau de centramento” (p. 57), o que se refere à multiplicidade de identidades que se constroem a partir de determinados contextos. Nessa perspectiva, a constituição do sujeito se dá a partir de uma subjetividade que impulsiona a construção de uma ação coletiva. Assim, essa subjetividade constitui e é constituída por uma coletividade, que no caso discussão proposta pela autora, se refere à subjetividade ‘mulheres’.

Entendo a subjetividade mulheres (ou seja, o sujeito coletivo mulheres), não a partir de uma essência dada, como supõem alguns, mas de condicionalidades estruturantes externas a ela, e de diferenciações significativas no interior da categoria, a exemplo das que são estabelecidas a partir de classe e/ou raça, o que dificulta o seu grau de centramento e de intencionalidade para ação coletiva, tornando-o contingente, mas, ao mesmo tempo, cria condições de possibilidade para sua articulação em movimentos sociais, como comprova a existência própria de movimentos sociais de mulheres. (SILVA, 2016, p. 57).

Compreendendo os processos de subjetivação sob um outro viés, Judith Butler e Michel Foucault são alguns dos referenciais adotados para a discussão em torno desse sujeito (SELEM, 2007; CHAVES, 2008; MORAIS, 2015; DELL’AGLIO, 2016; SOUSA, 2017; RODRIGUES, 2017; SILVA, 2017). A perspectiva da autora e do autor se articulam a partir da compreensão de que o processo de constituição do sujeito se dá a partir dos regimes de verdade, que legitimam ou não o reconhecimento como sujeito. Nas palavras de Sousa (2017) as normas construídas em torno destes regimes traçam “quem será classificado como sujeito de reconhecimento, um engendramento de si que estabelece quem será o “eu” em relação às normativas e suas formas de contestação às normas que o governam.” (p. 36).

Selem (2007), por exemplo, articula sua compreensão à ideia de abjeção proposta por Butler; assim, compreende que a construção do sujeito político se dá a partir da exclusão. Ou seja, para a construção e definição do sujeito político se faz uso da oposição à ordem hegemônica para sua definição, assim, aquilo que se produz a partir do “não ser”, do que não se é a partir do Outro, são utilizadas para manter a noção hegemônica.

Desse modo, Sousa (2017) entende que as normas oriundas das relações de poder-saber, proposta por Foucault, “substancializam e dominam a vida de tal modo que proporcionam critérios de coerção e definem quais são os sujeitos normais, com uma vida inteligível, em que se pressupõe homens e mulheres reais.” (p. 15). Assim, o sujeito, em meio a noções estabelecidas de verdade, é subjetivado “num processo constante de assujeitamento e

resistência.” (SOUSA, 2017, p. 15). Nessa mesma linha argumentativa, Silva (2017) se questiona sobre as singularidades deixadas de lado em função daquele sujeito político que já está estabelecido e, nesse sentido, quais particularidades são deixadas de lado em função da construção de uma unidade.

Esse processo de subjetivação acontece a partir das relações de poder, propostas por Foucault, que permeiam esse processo, inclusive na construção de verdades sobre os corpos, a partir de discursos legitimadores. Como aponta Chaves (2008) – ao discutir sobre a identidade ‘mulheres negras’ –, o discurso tem materialidade e desta forma “os corpos femininos negros são resultado dos sentidos que lhes são conferidos pelo imaginário social, legitimado na linguagem, nos costumes, nas instituições humanas e nas práticas, numa relativa coerência” (p. 27).

A crítica à essa construção é desenvolvida por Morais (2015), que entende a instabilidade do sujeito político como uma demonstração da necessidade de se expandir as representações feministas. A partir de Butler, Morais (2015) compreende que a formação de unidade no interior do movimento feminista reside em um paradoxo, onde se utiliza as instituições jurídicas para reivindicar suas lutas políticas, ao mesmo tempo que são essas instituições que produzem todo um sistema que legitima os sujeitos ou não. Como saída, se “enfraquecimento ou abandono de uma perspectiva comum.” (MORAIS, 2015, p. 82).

A construção de verdades legitima determinados sujeitos em detrimento de outros, conceito que contribui para a ideia de abjeção proposta por Butler, utilizada nas análises de Rodrigues (2017) e Selem (2007) que articulam seu modo de compreender as identidades em questão à partir da compreensão de como o sujeito político é concebido a partir da exclusão. O estabelecimento dessa lógica dignifica o caráter de sujeito aos seres abjetos, uma vez que estes são constantemente desqualificados como sujeitos político (RODRIGUES, 2017).

Essa perspectiva nega a ideia de sujeito universal e reifica a ideia de contingencialidade, uma vez que se constitui a partir de uma instabilidade, como afirma Bonetti (2007) ao discutir a respeito da identidade política ‘mulheres de classes populares’. A autora afirma que

Muito embora haja um constante deslocamento dos conteúdos que preenchem a oposição nós x elas e inúmeras possibilidades de suas combinações, nesse jogo de articulações parece haver o recurso discursivo a uma noção de identidade que retira a sua legitimidade e autoridade da vivência. (p. 133).

Além de Butler e Foucault, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe também são utilizados como referências na forma de conceber o sujeito político. Na análise de Ferreira (2012) os sujeitos políticos se constituem a partir de uma perspectiva antifundacionista, nesse caso, entende-se que sua constituição é passível de construções e descontinuidades dos corpos, e do

próprio gênero. Sendo essa forma de compreensão, a que ampara seu argumento de que a identidade política ‘homens feministas’ podem se estabelecer como sujeito político feminista, para a autora

a questão do envolvimento dos homens com o feminismo pode ser compreendida tanto pelo fato de que sendo “mulher” construção social, existem sujeitos que mesmo não correspondendo ao critério da diferença sexual podem vir a ocupar este lugar “social e político”. Chama atenção ainda para o fato de que um sujeito político não decorre diretamente de certo lugar na ordem de gênero. (FERREIRA, 2012, p. 46).

Nesse sentido, a instabilidade dos sujeitos é um elemento desse modo de conceber, pois é resultado da ruptura com o modo de conceber o sujeito a partir da racionalidade e do desvelamento da realidade sobre ele. Ao contrário disso, se concebe o sujeito a partir de sua complexidade e instabilidade, de modo que pode se fixar em distintas posições (FERREIRA, 2012).

4.3.2. Compartilhamento de experiências

Aqui, discutiremos a concepção que está articulada à ideia de sujeitos que não necessariamente são compreendidos a partir da multiplicidade e se constroem principalmente a partir do compartilhamento de experiências. Assim, os trabalhos de Cruz (2008), Muraca (2015), Nascimento (2015), Lemos (2016), Oliveira (2016), Álvaro (2013), Isaías (2017), Zarzar (2017), Saavedra (2018), e Santana (2018) compartilham desta compreensão.

O sujeito aqui é concebido a partir de distintas perspectivas teóricas, mas de modo geral partem da noção de que sua constituição se dá em razão do compartilhamento de experiências com indivíduos que têm em comum vivências, valores ou ideologias. Esse compartilhamento pode acontecer tanto a partir da troca junto a outros indivíduos, quanto a partir de suas vivências pessoais ou coletivas que partilham um processo de historicização. Nessa perspectiva, o sujeito político se constitui a partir do compartilhamento de uma experiência comum, pela identificação entre os indivíduos que vivenciam a mesma opressão.

A partir desta noção, Oliveira (2016), que discute sobre a identidade ‘vadias’, e Nascimento (2015), que produz sua dissertação a partir da identidade ‘feministas jovens’ dão continuidade à esta linha de raciocínio. Pois compreendem que o sujeito político se constitui sob um processo de coalização, onde sua construção se dá em função da necessidade de estabelecer um ponto de combate frente a cenário político que ameaça os direitos já conquistados. Assim, se tem a necessidade da construção de um projeto político comum, que em se dá sob um processo de consciência frente às desigualdades.

Especialmente para Nascimento (2015), demarca a noção de autonomia como elemento fundamental para a organização em torno desse sujeito político. Para a autora, partir desta noção “implica assumir compromissos com a coletividade, com a luta das mulheres, com o fim da opressão.” (p. 45). Nesse sentido, a autonomia, para o sujeito político feminista, se estabelece como projeto de sociedade.

Santana (2018), que realiza em sua dissertação uma análise a partir da identidade política ‘mulheres feministas’, a experiência é considerada como uma potência na produção da história do sujeito. Nessa concepção, a produção a partir dessas vivências produz a possibilidade de transformação, neste sentido, o sujeito é concebido como um produtor de ações transformadoras, à nível individual e coletivo, uma vez que esse processo parte

do entendimento político sobre questões pessoais e cotidianas, das trocas de conhecimentos sobre pautas do feminismo, do aprendizado da escuta e da expressão, da vivência de outras lógicas do movimento, do autoconhecimento sobre corpo e sexualidade, do contato com um feminismo maior e das possibilidades de engajamento. (SANTANA, 2018, p. 131).

Também nesse sentido, Muraca (2015) – que discute sobre a identidade ‘mulheres rurais’, entende que a experiência é um elemento fundamental na constituição do sujeito, que é tido como um agente de transformação. Essa concepção parte da ideia que a capacidade de transformação se dá a partir da produção de ações, que enquanto para Santana (2018), poderiam se dar à nível individual, para Muraca (2015) ainda que a busca pela mudança social implique em um compromisso individual, a mesma “não pode ser produzida pelos esforços individuais; ao contrário, exige a organização dos oprimidos e das oprimidas em associações, partidos, sindicatos e, especialmente, em movimentos sociais.” (p. 48). Nesse sentido, a potencia do compartilhamento de experiência está em sua capacidade de construção coletiva.

Cruz (2008) e Álvaro (2013) partem de perspectivas articuladas ao marxismo na compreensão de sujeito, de modo que as autoras compreendem que sua constituição se dá a partir da formação de uma unidade ontológica que se define no interior da lógica sexo, classe e raça/etnia. De modo que, o sujeito se constitui e se define a partir de um projeto utópico e revolucionário, que busca a transformação a partir de suas reivindicações.

Esse processo não passa apenas pela “formação de uma consciência associada em prol de uma transformação estrutural da sociedade, mas, também, de uma consciência associada **de mulheres** que adquiriram ciência da sua opressão e exploração.” (ÁLVARO, 2013, p. 279 grifo da autora). Nesta perspectiva, o sujeito político age em função da transformação, assim, se constitui a partir do compartilhamento de experiências de maneira coletiva.

Sob a perspectiva de Gayatri Spivak, que tem como uma de suas preocupações a produção de uma discussão que provoque o enfrentamento dos discursos hegemônicos e da produção de conhecimentos, uma vez que como afirma Sandra Almeida (2017) “um de seus objetivos (...) é refletir sobre a teoria crítica como prática intervencionista.” (p. 627), Isaías (2017), que discute sobre a identidade ‘mulheres e classes populares’, e Lemos (2016), que busca compreender a respeito da identidade ‘mulheres negras’, partem da ideia de subalternização dos sujeitos, a partir do espaço e de outros marcadores sociais que explicitam as diferenças e as relações de desigualdade. A ideia de sujeitos subalternos é proposta por Spivak, que compreende a impossibilidade de fala desses sujeitos.

a afirmação de sua impossibilidade de falar pode, mesmo que por distorções, gerar consequências práticas de reiteração ou mesmo naturalização da condição de emudecimento. Assim, opta-se aqui por não adotar o termo subalterna, mas sim subalternizada. Ainda, entende-se que as subalternizadas falam nas linguagens delas, mas que o trânsito de voz com as instâncias socialmente reconhecidas de fala é um tanto quanto limitado. Entretanto, não se pode dizer que não há nenhuma interlocução posto que, por linguagens outras que não as autorizadas, as subalternizadas fazem-se ouvir, mesmo que a tentativa de silenciá-las permaneça. (ISAÍAS, 2017, p. 37).

Essa impossibilidade se refere justamente ao uso de uma linguagem diferente daquela que está estabelecida hegemonicamente, assim, esse é um dos mecanismos de subalternização que operam na construção de uma lógica hierárquica, onde os subalternizados não têm suas histórias contadas. Desse modo, o compartilhamento das experiências à nível coletivo diz respeito a construção de uma voz comum, que visa a audição de suas pautas.

Para Lemos (2016) o resgate histórico a partir da memória, o compartilhamento de experiências e conhecimentos entre os sujeitos subalternizados é utilizado como estratégia para potencialização na construção do sujeito político, uma vez que há um constante processo de negação a elas do lugar de sujeito histórico-político.

Também a partir de Spivak, Zarzar (2017) ao discutir sobre a identidade ‘mulheres rurais’, utiliza a noção de sujeito posicionado para sua compreensão de sujeito político – que se constitui a partir de identidades individual e coletiva, e das práticas sociais. A noção de sujeito posicionado compreende a “dispersão e fragmentação das identidades” (ZARZAR, 2017, p. 51), de modo que o sujeito é tido como descentrado, que se constitui a partir de diferentes possibilidades e de processos de transformação. Ainda que o sujeito seja descentrado, Zarzar (2017) afirma que há a compreensão de que se faz necessária a construção de um sujeito político, inclusive que faça uso do termo do sujeito mulheres, afim de produzir uma estratégia coletiva, uma vez que ele é compreendido como possibilidade de transformação.

Embora a autora [Spivak] apresente uma concepção radicalmente desconstrutivista do sujeito “mulher”, pois o considera heterogêneo e fragmentado, ela reclama de um “essencialismo estratégico”, afirmando que há de se examinar o que pode haver de

útil no discurso da universalização e, depois, analisar os seus limites para utilizá-la estrategicamente. (ZARZAR, 2017, p. 57).

Outra autora utilizada para a produção a partir desta noção de sujeito é Avta Brah, que Saavedra (2018) utiliza, ao discutir em sua tese a identidade ‘feministas jovens’ a partir da ideia de que o sujeito não é um sujeito da experiência que se constitui de forma definitiva e plena, mas sim de que a experiência é o espaço de constituição do sujeito. Na visão de Brah (2006), este é “um espaço discursivo onde posições de sujeito e subjetividades diferentes e diferenciais são inscritas, reiteradas ou repudiadas.” (p. 361), ou seja, para a autora há um ponto de convergência entre a noção de subjetividade e experiência, uma vez que são múltiplos os modos de subjetivação e os contextos em que se situam. De modo que

O "eu" e o "nós" são modalidades de múltiplas localidades, continuamente marcadas por práticas culturais e políticas cotidianas. Permeada por contingências, constitutiva de uma identidade que é sempre processual, nunca fixa ou fechada, a experiência é também, portanto, lócus de formação e conscientização política. (SAAVEDRA, 2018, p. 119).

4.4. As noções de feminismo

Neste tópico, discutiremos sobre as noções de feminismo utilizadas das pesquisas selecionadas que, de modo geral, compreendem o feminismo como um modo de expressão do campo político pautado pela luta política produzida nos movimentos sociais³⁰. Essas lutas se pautam pela busca por direitos, minimização das relações de desigualdade e preconceito, especialmente para as mulheres.

Ainda que as autoras e autores partam de perspectivas políticas e epistemológicas distintas, as noções de feminismo utilizadas no material selecionado partem de um espectro de compreensão mais amplo, uma vez que se reconhece a pluralidade do feminismo, a partir de sua diversidade, das múltiplas formas que ele pode assumir, em razão dos seus desdobramentos, como por exemplo nas teorias e identidades políticas do movimento feminista.

Consideramos que analisar essas noções é importante por se referir ao lugar de onde partem as/os autoras/es para suas análises sobre as distintas dinâmicas feministas analisadas por elas/es. Assim, discutiremos as noções a partir das aproximações e diferenças entre elas, pois, uma vez que compreendemos o feminismo como uma concepção teórico-política seria inviável uma divisão entre essas noções, que são complementares e distintas em níveis diferentes.

³⁰ Compreendemos que articulação aos movimentos feminista como forma de expressão do feminismo também está ligada aos nossos critérios de seleção do material.

O que podemos chamar de uma via mais tradicional do feminismo é apresentado na pesquisa de Sousa (2017) e Dell’Aglío (2016), o feminismo radical é caracterizado a partir da “luta do reconhecimento e estabelecimento da categoria “mulher” como sujeito e signo, já que no patriarcado nunca foi permitido que “mulher” pudesse ter condição de sujeito, e por isso não necessariamente constituiria uma subjetividade essencial.” (SOUSA, 2017, p. 40).

Uma vertente mais recente dessa concepção é o *radfem* que, segundo Sousa (2017), se situa principalmente no ciberativismo e, que diferente do feminismo radical³¹, se colocam como contrárias às pessoas trans. Assim, considera “que há uma nova geração de feministas radicais que se constituem contrárias às pautas trans no interior dos feminismos e encontram no ciberativismo o principal território para disseminar suas ideias – as Radfem.” (SOUSA, 2017, p. 47). Deste modo, para o autor, o *radfem* é hegemônico em relação ao transfeminismo, que “denuncia fortemente as normas de mulheres cisgênero que operam de forma a apagar a existência de pessoas que não são inteligíveis a partir de uma regulação linear entre sexo, gênero e orientação sexual.” (p. 50)

Assim como discutimos nos capítulos e tópicos anteriores, a construção em torno do campo político feminista é posta em disputa em diferentes âmbitos; essas disputas se referem justamente à busca por afirmação de sua concepção de feminismo e da política identitária. Neste caso, as disputas em torno da concepção de feminismo se desdobram em processos de afirmação e ruptura, assim como já discutimos anteriormente quanto aos tensionamentos em torno da noção de gênero. O caráter plural do feminismo advém justamente do constante processo de reflexão sobre sua produção teórico-política.

Como já apontamos antes, Selem (2007) se situa a partir das teorias feministas da pós-modernidade e, neste sentido, compreende como importante a diversidade de sujeitos e identidades. Assim, compreende que uma de suas funções é problematizar representações normativas, pois possibilita desconfiar da noção de uma identidade feminina singular, simbolicamente imutável em oposição a um masculino construído sobre a apropriação das mulheres enquanto sexo, apropriação esta legitimada exatamente pela representação hierarquizada do sexo binário, naturalizada pelos discursos científicos e religiosos, constituidores das verdades sobre o humano. (p.52).

Assim como Selem (2007), Sousa (2017) debate o feminismo a partir da multiplicidade de identidades e sujeitos, compreendendo o feminismo como forma de transformação social,

³¹ O feminismo radical, que é pautado em perspectivas parte de uma noção binária e essencializante sobre o que se entende por mulher (TILIO; NERO, 2019).

que pode se dar a partir da produção de conhecimento feminista. Situado deste modo, o autor compreende que a noção de interseccionalidade que provoca a problematização de noções essencialistas, a partir da fuga ao essencialismo, possibilita os questionamentos necessários para a mudança no modo como nossa sociedade está organizada.

Enquanto isso, Cruz (2008) e Álvaro (2013) compreendem o feminismo como constituído a partir de experiências e de aspectos relacionados ao gênero, à classe e raça, que “constituem o “tripé” que estrutura as desigualdades sociais e econômicas (SAFFIOTI, 2001).” (CRUZ, 2008, p. 42), em acordo com os pressupostos marxistas. Cruz (2008) compreende a pluralidade do feminismo enquanto teoria, mas se situa a partir da Teoria Crítica Feminista que, de modo geral, “trata de analisar, desconstruindo, criticando e desmontando os processos histórico-materiais, culturais e subjetivos pelos quais se constroem, se mantêm e se reproduzem as múltiplas formas de dominação, opressão e exploração das mulheres, visando sua superação.” (p. 31).

Em contraposição a essa noção, Oliveira (2016) entende que o feminismo sob a ótica do materialismo francófono se estabelece como uma crítica às perspectivas marxistas do feminismo. Para a autora, essa concepção parte de posições “antinaturalistas e antiessencialistas explicitam sua importância como uma ferramenta crítica para desnudarmos os mecanismos que sustentam o sistema patriarcal e os processos de exploração e apropriação das mulheres. (p. 25). Como afirma Jules Falquet (2017) essa concepção “utiliza as ferramentas materialistas e uma perspectiva histórica, mais que estritamente marxista, para demonstrar que há uma especificidade das relações sociais estruturais de sexo que não são redutíveis às de raça ou de classe.” (p. 244).

Desse modo, há uma pluralidade com relação aos modos de compreensão do feminismo, que, assim como já discutimos no segundo capítulo, está relacionada às diferentes concepções epistemológicas e políticas das quais partem tais noções.

Essa pluralidade faz parte do processo de crítica e releitura dos feminismos, que passa desde a ressignificação do conceito de gênero, apreendido sob ótica das relações de poder à crítica ao mesmo conceito pelo processo de despolitização do termo, que tende a ter seu conceito esvaziado do significado de busca por transformação às relações de desigualdade que o perpassam. Essa é uma das nuances que se desdobram nas formulações de outras noções adequadas ao que se busca referir. Nas noções apresentadas nos trabalhos analisados se pode observar a constituição das noções a partir da oposição à outra, como no caso do transfeminismo e do *radfem*.

4.5. Os tensionamentos produzidos nos discursos feministas

Nesta sessão do capítulo vamos apontar de forma mais explícita os tensionamentos que se produzem nos discursos feministas, a partir das nossas categorias de análise. Desse modo, tomamos como centro as identidades políticas presentes no campo político feminista, as concepções de sujeito apresentadas pelas autoras em suas análises e as concepções de feminismos empreendidas por elas.

As identidades se constituem a partir do tensionamento sob três aspectos, o primeiro é com relação à oposição a um ‘eles’ que nega sua participação política e sua constituição como sujeito político. Não necessariamente esse processo se dá no interior do próprio movimento feminista, como no caso da identidade ‘mulheres feministas’, que estabelecem em oposição àquele que negam sua possibilidade de participação e a legitimidade de sua luta enquanto política. Esse processo é o mesmo que discutimos anteriormente, com relação ao processo de estabelecimento do movimento feminista, com a bandeira de que ‘o pessoal é político’, como forma de expressar o viés político da luta. Além desta identidade, esse modo de tensionamento também se na com relação as identidades ‘feministas de esquerda’, que produzem sua oposição aos espaços de política de esquerda que secundarizam a luta feminista; e também da identidade ‘mulheres rurais’, que se estabelecem como oposição à lógica de desigualdade e exclusão das mulheres que trabalham e vivem no meio rural.

O segundo é sobre aquelas identidades que produzem tensionamentos no interior do campo político feminista, são elas: ‘mulheres de classes populares’, ‘mulheres negras’, ‘feministas jovens’ e ‘homens feministas’ se produz tensionamentos no interior do campo político feminista. Eles se dão em função da busca pela legitimidade de suas pautas como bandeira de luta do movimento, como dissemos antes, esse processo de diferenciação para dentro se refere à ampliação política do campo, que produz críticas e se constroem outras possibilidades de ação política, preferenciando suas pautas em oposição a uma outra.

No caso da identidade ‘mulheres negras’, por exemplo, esse tensionamento é um marco na trajetória dos feminismos, aqui no Brasil, ele produziu uma ruptura frente às práticas e pautas feministas, com objetivo de apontar a diferença que se estabelecia no próprio movimento (CARNEIRO, 2003; WERNECK, 2010) e de atender as pautas que não eram atendidas nem pelo movimento negro, que era majoritariamente masculino, nem pelo movimento feminista (OLIVEIRA, 2015).

O terceiro se refere ao estabelecimento do tensionamento a partir do conflito com relação ao que se compreende por ‘mulheres’. Neste caso, a essencialização deste significante

(re)produz normatizações com relação aos modos de existência das mulheres e das limitadas possibilidades de expressão. As identidades: ‘vadias’, lésbicas’, ‘transfeminista’ fazem parte da construção desse conflito, que pode se dar tanto no interior do movimento feminista, quanto para fora dele. A crítica à essa normatização é fruto justamente da ressignificação do que se compreende por ‘mulheres’, como aponta Butler (2013a) ao discutir sobre as normas hegemônica com relação aos papéis sociais designados aos gêneros. Nessa lógica, a manutenção da díade: sexo-gênero é dada como natural e biológica.

Nesse sentido, a produção de tensionamentos e conflitos fazem parte da política feminista, sendo benéficas para a construção de um campo democrático, a partir das diferentes possibilidades que abarca.

O tensionamento produzido com relação à concepção de sujeitos se refere à oposição sobre como eles se constituem. Quando compreendido a partir dos processos de subjetivação, se abarca a ideia de multiplicidade e não essencialização dos mesmos, de modo que está em um processo constante de transformação. Já quanto compreendidos a partir do compartilhamento de experiências o sujeito se constitui a partir da coletividade, com a troca entre os indivíduos que partilham de experiências comuns. Essas compreensões se afastam a partir da compreensão de que um processo se dá a partir de nuances relacionadas à cultura, à subjetividade de cada indivíduo e à reprodução de discursos normativos, enquanto o outro se dá a partir de vivências em grupos, principalmente em relação às formas de desigualdade.

Os tensionamentos que se produzem com relação às identidades políticas se localizam à nível político, enquanto o que se dá com relação ao sujeito, está mais localizado à nível teórico. As concepções sobre feminismos se localizam entre o nível teórico e político, uma vez a própria formulação das noções se dão sob esses dois aspectos.

Consideramos que a falta de identificação sobre a concepção de feminismos que estão produzindo suas análises fala da reprodução de um imaginário sobre ‘o que é’ o conceito, reproduzir isto leva justamente ao seu esvaziamento, como discutimos na sessão sobre a despolitização do conceito de gênero. Uma vez que não se demarca ou se situa de onde se parte, o conceito que situa a análise, corre-se o risco de cair da produção de um senso comum, da normalização sobre o que se refere a concepção de feminismos.

Ainda assim, o tensionamento que se produz com relação às concepções de feminismos está na produção de uma noção mais tradicional, onde se entende o mesmo com a produção da ação política das mulheres. Esta noção não necessariamente produz uma reflexão crítica sobre as normatizações em torno do significante ‘mulher’ por exemplo. Outras se constroem a partir da oposição à outra que nega sua legitimidade, como no caso das identidades políticas. Estas,

se configuram como um marco de ruptura a uma concepção hegemônica, como no caso da leitura dos feminismos a partir da articulação com outros marcadores sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todo processo de construção e realização da pesquisa de dissertação, finalizamos com a compreensão de que não se esgota as possibilidades de estudos e questões a partir dessa temática. Do mesmo modo que esta pesquisa deu continuidade a outras que realizamos anteriormente, esta também dará fruto a outras questões, ainda que elas aconteçam no futuro, uma vez que não daremos conta de produzi-las imediatamente. Assim, esta dissertação se constitui como ponto de partida para outros questionamentos com relação aos sujeitos do movimento feminista, que se transformarão ao longo do tempo.

Até aqui, foi um longo processo até a definição de como seria a pesquisa, mudanças no problema, nos objetivos, no modo como construir o material para análise, se realizávamos entrevista junto a militantes, se pesquisávamos a partir da produção de artigos, por fim, realizamos a escolha que deu fruto a esta dissertação. Justamente como argumentam Chimamanda Adichie e Donna Haraway, a construção de uma história, de um conhecimento, é traçado a partir de um caminho que é feito a partir de escolhas e deixar explícita quais foram elas são importantes para a contextualização e elucidação sobre o modo como se constituiu, uma vez que ao optar por outros caminhos, ela poderia se constituir de uma outra forma. Desse modo, como bem discutimos ao longo da dissertação, situar esses aspectos, se refere a um compromisso teórico-metodológico que parte da parcialidade de nossa produção.

Ainda que tenhamos essa compreensão, não nos escapou as formulações prévias sobre o que encontraríamos no material analisado, sobre quais identidades políticas seriam mais discutidas nas teses e dissertações, em quais locais do país haveria uma maior concentração da produção, tendo a região Nordeste um considerável número de produções

Formulações estas que foram desmistificadas, uma vez que não esperávamos nos deparar com a identidade política ‘homens feministas’, já que a participação dos homens no feminismo é bastante polêmica e alvo de diferentes compreensões. Ou da surpresa com relação ao maior número de produções sobre as ‘jovens feministas’.

Ainda que tenhamos tido essas surpresas, podemos afirmar que há uma forte discussão em favor da participação dos homens no movimento feminista? Ou de que, em razão do maior número de publicações, as ‘jovens feministas’ constituem uma hegemonia no movimento feminista? Ou de que não há em nenhuma medida um debate sobre ‘feministas indígenas’ uma vez que não há no material selecionado nenhuma produção a respeito?

Conseguimos sim, identificar uma grande força das ‘feministas jovens’ nos últimos anos, seja em relação à produção a respeito, quanto no que podemos perceber da participação

nas ações do feminismo. Um exemplo disso foram as manifestações do ‘Ele não’, que aconteceram em razão das eleições à presidência da República, que aqui na cidade de Maceió foram tocadas por elas que se articularam em função dessa luta, uma vez que participam de diferentes grupos ou partidos políticos. Como afirma Ana Cecília Silva (2018), as feministas jovens têm construindo uma resistência a partir de diferentes espaços, dentro e fora do próprio movimento feminista,

uma vez que elas estão circulando por diversos espaços de *stricto sensu* da política: no movimento estudantil, a partir da participação no DCE ou nas executivas nacionais de organização dos seus cursos; na militância partidária, seja na construção de um novo partido político (UP), seja na busca por fortalecer a luta das mulheres pela democracia por meio da filiação nos que já existem (PT); no ativismo digital, a partir da participação de uma rede de negras jovens feministas; e nos movimentos negros e LGBTs. (p. 155).

Esse caráter aponta para as questões que fizemos inicialmente com relação a quais sujeitos disputam o campo feminista, e podemos dizer que ele é caracterizado por uma multiplicidade, sendo as ‘feministas jovens’ um deles no atual contexto. Além delas, outras que já fazem parte dessa disputa de forma mais consensual, e que discutimos no primeiro capítulo, são as ‘mulheres feministas’ e as ‘mulheres negras’. Para deixar explícito, mais uma vez, apontar essas identidades não significa que há uma delimitação, uma demarcação entre uma e outra, já que é possível a produção de articulações e de outras identificações.

Com relação ao modo como sujeito é compreendido nas teses e dissertações, tivemos algumas dificuldades com relação ao estabelecimento dessas concepções, pois nem todos os trabalhos o conceituavam. Nesses casos, fizemos um exercício de análise a partir das pistas deixadas com relação ao modo como se constituíram, por isso construímos duas categorias, que também são complementares, uma vez que as experiências fazem parte dos processos de subjetivação. Mas na concepção da maioria das/os autoras/es que se encontram nesta categoria, esse processo se dá via politização da experiência, a partir da troca com outros que passam pela mesma opressão.

As aproximações entre as duas categorias também se referem à noção, compartilhada pela maioria, de que há uma diversidade de sujeitos que compõe a luta política, de modo que os sujeitos não são compreendidos como universais ou essencializados. Entendemos que isso se dá também em função do nosso tema de estudo, uma vez que o feminismo é caracterizado a partir da pluralidade, e que a maior parte dos trabalhos realizam suas análises a partir da do gênero e outros aspectos que demarcam as relações de desigualdade. De modo que se reconhece a pluralidade que está inserida no campo feminista.

Da mesma forma que tivemos dificuldades em estabelecer as noções de sujeito, tivemos em definir as compreensões sobre feminismo, uma vez que nos interessava mais o aspecto teórico dessa definição, não havia um grande debate sobre diferentes perspectivas do feminismo. Mas se colocam duas compreensões principais, que se referem tanto ao aspecto teórico, quanto político do momento: 1) o feminismo como projeto de sociedade igualitária; 2) o feminismo enquanto plural.

Tomar o feminismo a partir de uma utopia em prol de um projeto de sociedade igualitária aponta para um acordo com relação ao que é esse movimento teórico-político; desse modo, há um consenso, em determinada medida, sobre do que se trata suas reivindicações. Obviamente que há limitações com relação a esse consenso, pois ele acaba juntamente quando nos perguntamos: igualdade em relação a que? Ou quais são as prioridades? Quem demanda relações mais igualitárias? De todo modo, essa igualdade parece se referir à igualdade entre os gêneros, mas principalmente em relação as mulheres, que historicamente são secundarizadas em relação aos homens, como discutimos em alguns momentos da dissertação.

A partir destes aspectos, entendemos que há um caminho com relação à saída proposta por Mouffe (2015), com relação ao agonismo, que se refere a afirmação de relações de oposição pautadas no reconhecimento da legitimidade de seu opositor, de suas pautas de reivindicação, ao mesmo tempo em que continua o conflito. A manutenção em prol dessa lógica, e não a partir de relações de violência ou da negação à existência do outro, conduz os feminismos a uma política democrática.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam; SOUZA, Milena Costa de. Apontamentos sobre “*queer*” em Jagose. In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Claudia de Lima; LIMA, Ana Cecília A. (organizadoras). *Traduções da Cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)*. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017. p. 478-482.

ADRIÃO, Karla Galvão. *Encontros do Feminismo: uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia*. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

_____; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Por uma política de acesso aos direitos das mulheres: sujeitos feministas em disputa no contexto brasileiro. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 465-474, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n3/17.pdf> Acesso em: 03 de Abril de 2019.

_____; _____; MALUF, Sônia Weidner. Movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 661-681, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n3/02.pdf> Acesso em: 03 de Abril de 2019.

AGOSTINI, Marcia; SANTOS, Gilney Costa. Núcleos de gênero - grupos de reflexão. In: FREURY-TEXEIRA, Elizabeth; MENEGUEL, Stela N. (org.). *Dicionário Feminino da Infância: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015. p. 257-259.

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

ÁLVARO, Mirla Cisne. *Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ALVES, Ana Carla Fernandes; ALVES, Ana Karina Silva. As trajetórias de luta do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. In: IV Seminário CETROS: neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social, 4, 2013. Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: UECE, 2013. p.113-121. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17225-08072013-161937.pdf Acesso em : 03 de Abril de 2019.

ARAÚJO, Julia Silveira de. *Minha rede, minhas regras: hashtags, mobilização de mulheres e publicação de narrativas íntimas na internet*. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

ARAUJO, Raissa Barbosa. *Jovens Feministas do Nordeste: um novo segmento político do movimento feminista brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

_____; ADRIÃO, Karla Galvão. Políticas públicas para mulheres no Brasil de 1985 a 2016: uma análise sobre sujeitos. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 11 e Women's

Worlds Congress, 13, 2017. Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2017. p. 1-12. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498697119_ARQUIVO_texto_completo-RaissaBarbosaAraujo.pdf Acesso em: 03 de Abril de 2019.

BANDEIRA, Lourdes, A contribuição da crítica A contribuição da crítica feminista à ciência feminista à ciência. *Estudos Feministas*, v. 16, n. 1, p. 207-228, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n1/a20v16n1.pdf> Acesso em: 04 março de 2018

_____; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Políticas públicas de gênero. In: FLEURY-TEXEIRA, Elizabeth; MENEGUEL, Stela N. (orgs.). *Dicionário Feminino da Infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015. p. 275-277.

BERTH, Joice. *O que é empoderamento?* Belo Horizonte: Letramentos, 2018

BITENCOURT, Silvana Maria. A contribuição de teóricas feministas para os estudos de gênero. *Revista Ártemis*, João Pessoa, v. 16, n. 1, p. 178-185, 2013.

BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia. *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2017.

BONETTI, Alinne de Lima. *Não basta ser mulher, tem de ter coragem: uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife – PE*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

BONFIM, Juliano. “*Além da camisinha na banana*”: a experiência da participação de jovens na discussão sobre diversidade sexual e gênero na escola. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

BORGES, Lenise Santana. Feminismos, teoria *queer* e psicologia social crítica: (re)contando histórias. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 280-289, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n2/a05v26n2.pdf> Acesso em: 04 mar. 2018.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 26, p.329-376, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>. Acesso em 03 de Abril de 2019.

_____; PHOENIX, Ann. Não sou uma mulher? Revisitando a interseccionalidade. In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Claudia de Lima; LIMA, Ana Cecília A (organizadoras). *Traduções da Cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)*. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017. p. 661-684.

BRASIL. Lei *Maria da Penha*. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

BRIGAGÃO, Jacqueline. Gênero e as políticas de saúde. In: ABREU, Maria Aparecida (organizadora). *Redistribuição, reconhecimento e representação: diálogos sobre igualdade de gênero*. Brasília: Ipea, 2011.p. 57-65.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (organizadora). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013a. p.151-172.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013b.

_____. Regulações de gênero. In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Claudia de Lima; LIMA, Ana Cecília A (organizadoras). *Traduções da Cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)*. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017. p. 692-716.

CAMURÇA, Silvia. ‘Nós Mulheres’ e nossa experiência comum. *Cadernos de Crítica Feminista*, Recife: SOS Corpo, n. 0, v. 1, 2007.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 544-552, 1995.

_____. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p.117-133, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf> Acesso em: 03 de Abril de 2019.

CARVALHO, Natália Silveira de. *Eles não são Elas: a demanda de despatologização da transexualidade como prática feminista?* Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CESTARI, Mariana Jafet. *Vozes-mulheres negras ou feministas e antirracistas graças às Yabás*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

CHANTLER, Khatidja; BUMS, Diane. Metodologias feministas. In: SOMEKH, Brigdet; LEWIN, Cathy (organizadoras). *Teoria e métodos de pesquisa social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p.111-120.

CHAVES, Marjorie Nogueira. *As lutas das mulheres negras: identidade e militância na construção do sujeito político*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

COLLING, Ana Maria. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. *OP SIS*, Catalão, v. 15, n. 2, p. 370-383, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/33836/20058> Acesso em: 03 de Abril de 2019.

CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção - RBSE*, Paraíba, v. 8, n. 24, p. 738-757, 2009. Disponível em: http://paginas.cchla.ufpb.br/rbse/Conceicao_art.pdf Acesso em: 04 mar. 2018.

COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 19, p.59-90, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n19/n19a04.pdf> Acesso em: 03 de abril de 2019.

_____. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Gênero*, Niterói, v.5, n.2, p.9-35, 2005.

_____. O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar. In: PEDRO, Maria Joana; WOLFF, Cristina Scheibe (organizadoras). *Gênero, feminismo e ditaduras do Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p. 174-190. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12nspe/a03v12ns.pdf> Acesso em 03 de abril de 2019.

_____; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Teoria e práxis feministas na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. *Revista Feminismos*, Florianópolis, v. 2, n. 2. p. 31-39, 2014.

COSTA, Frederico. A Mudança Social no Contexto de uma Pluralidade de Sujeitos Políticos: contribuições teóricas de Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e Slavoj Zizek para a Psicologia Política. *Revista de Psicologia Política*. vol.12, n.25, p. 571-590, 2012.

COSTA, Sueli Gomes. Movimentos feministas, feminismos. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, n. e. 12, p. 23-36, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12nspe/a03v12ns.pdf> Acesso em: 03 de abril de 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf> Acesso em: 03 de abril de 2019.

CRUZ, Elizabeth Ferreira da. *Ação política, transformação social e reconstrução de identidades: um olhar a partir do feminismo para a militância das mulheres rurais nos movimentos sociais*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

CUENTRO, Ana Cecília Nascimento. *Racha, a senhora é maravilhosa! Novas sujeitas e práticas políticas contemporâneas no movimento feminista na cidade do Recife-PE*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

CURIEL, Ochy. Um diálogo decolonial na colonial cidade de Cachoeira/BA. [Entrevista concedida a] TEXEIRA, Analba Brazão; SILVA, Ariana Mara da; FIGUEIREDOO, Ângela. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, Salvador, v. 03, n. 04, p. 106-120, 2017.

DAMASCO, Mariana Santos. *Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1996)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2008.

DAVIES, Bronwyn; GANNON, Susanne. Feminismo/pós-estruturalismo. In: SOMEKH, Brigdet; LEWIN, Cathy (organizadoras). *Teoria e métodos de pesquisa social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 396-204.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELL'AGLIO, Daniela Dalbosco. *Marcha das Vadias: entre tensões, dissidências e rupturas nos feminismos contemporâneos*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

DIAS, Antonio Francisco Lopes. A democracia como vítima do golpe tragicômico de 2016 no Brasil. *Argumentos: Revista de Filosofia*, Fortaleza, ano 10, n. 19, p. 62-72, 2018. Disponível em:

DIAS, Júlia machado; ARCANGÊLO, Élton de Mello. Feminismo decolonial e teoria *queer*: limites e possibilidades de diálogo nas relações internacionais. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, v.6. n.11, p. 121-151, 2017

DINIZ, Andre Geraldo Ribeiro. *Notas “zoneadas” sobre política de putas em tempos de golpe*: sobre o encontro com prostitutas que trabalham e resistem em Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

DOIMO, Ana Maria. “Povo como sujeito de sua própria história”: metáfora de um novo tempo. In: _____. *A vez e voz do popular*: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume Dumará, 1995.

FERREIRA, Mariana Azevedo de Andrade. *Homens feministas*: a emergência de um sujeito político entre fronteiras contingentes. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

FERREIRA, Teresa Cristina Montero. *Yes, nós temos Clarice*: a divulgação da obra de Clarice Lispector nos Estados Unidos. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

FERREIRA, Verônica Maria. *Da mulher como objeto as mulheres como sujeito*: a trajetória da crítica feminista as políticas de saúde no Brasil. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2006.

FRANCO, Marielle. Mulher, negra, favelada e parlamentar: resistir é pleonasmo. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (orgs.). *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 117-127.

GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília v. 29, n. 2, p. 433-447, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200007 Acesso em: 04 de abril de 2019.

GONÇALVES, Eliane. Renovar, inovar, rejuvenescer: processos de transmissão, formação e permanência no feminismo brasileiro entre 1980-2010. *Revista Brasileira de Sociologia – SBS*, Aracaju, v. 4, n. 7, p. 341-370, 2016.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz António Machado da (organizador). *Ciências Sociais hoje 2 – movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos*. Brasília: ANPOCS; CNPq, 1983.p. 223-244.

GRUGINSKIE, Claudete Lampert. Universidade pública e sujeito político: olhares dos estudantes engajados em movimentos sociais. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

GUILHERME, Cássio Augusto. De Dilma a Temer: da crise do lulismo ao golpe do pemedebismo. In: Simpósio Nacional de História – contra preconceitos: história e democracia, 29, 2017. Brasília. *Anais...* Brasília: UnB, 2017.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, 2006.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.5, p.07-41, 1995.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações*, Londrina, v. 20 n. 2, p. 97-128, 2015

HENNINGTON, Élida; MORENO, Rachel. Trabalho das mulheres. In: FREURY-TEXEIRA, Elizabeth; MENEGUEL, Stela N. (orgs.). *Dicionário Feminino da Infâmia*: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015. p. 257-259.

HIATARA, Helena. Gênero, classe e raça. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/05.pdf> Acesso em: 04 de abril de 2019.

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 16, p. 193-210, 2015.

_____. *O feminismo é para todo mundo*: política arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

ISAÍAS, Thais Lopes Santana. Mulheres em luta: feminismos e direito nas ocupações da Izidora. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

JAGOSE, Annamarie. *Queer*. In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Claudia de Lima; LIMA, Ana Cecília A (organizadoras). *Traduções da Cultura*: perspectivas críticas feministas (1970-2010). Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017. p. 436-477.

JESUS, Jaqueline Gomes. Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: desafios atuais dos feminismos, 10, 2013. Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2013. p. 1-9.

_____. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: _____. *Transfeminismo*: teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015. p. 17-32.

_____. Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 11 e Women's Worlds Congress, 13, 2017. Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2017. p. 1-9. Disponível em:

_____; GALINKIN, Ana Lúcia. Gênero e psicologia social no Brasil: entre silêncio e diálogo. *Barbarói*, n. 43, p. 90-103, 2015.

KAAS, Hailey. O que é Transfeminismo? Uma Breve Introdução. 2. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2015.

LE MOS, Rosalia de Oliveira. Do estatuto da igualdade racial à Marcha das Mulheres Negras 2015: uma análise das feministas negras brasileiras sobre Políticas Públicas. Tese (Doutorado em Política Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

LOSEKANN, Cristiana. Teorias e métodos a partir do pós-estruturalismo – uma introdução ao tema da ciência e do discurso. In: Colóquio do Grupo de Estudos em Teoria Política – d GETPol, 1, 2012. Vitória. *Anais...* Vitória: GETPol, v. 1, n. 1, 2012, p. 1-8.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Conhecer, pesquisar, escrever. *Educação, Sociedade & Culturas*, n. 25, p. 235-246, 2007. Disponível em: <http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC25/Arquivo.pdf> Acesso em: 04 de março de 2018.

LUGONES, Maria. Colonialidad y gênero. *Revista Tabula Rasa*. Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008.

_____. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MACHADO, Frederico Viana. *Do estatal à política: uma análise psicopolítica das relações entre o Estado e os movimentos de juventude e LGBT no Brasil (2003-2010)*. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

MACHADO, Débora; COSTA, Maria Luisa; DUTRA, Delia. Outras Epistemologias para os Estudos de Gênero: feminismos, interseccionalidade e divisão sexual do trabalho em debate a partir da América Latina. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, Brasília, v. 12, n. 3, p. 1984-1639, 2018.

MAGALHÃES, Livia (org.). *Lugar de mulher: feminismo e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2017.

MALUF, Sônia Weidner. Políticas e teorias do sujeito no feminismo contemporâneo. In: Simpósio Internacional Fazendo Gênero 6, 2006, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2006. p. 1-8.

MARIANO, Silvana Aparecida. Feminismo e Estado: desafiando a democracia liberal. *Revista Mediações*, v. 6, n. 2, p. 1-26, 2001.

_____. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 3, p. 483-505, 2005.

_____. *Feminismo, Estado e Proteção social: a cidadania das mulheres pobres*. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

MARTELLO, Laura Franca. Tensões e desafios na construção de espaços e encontros entre feministas jovens autonomistas no contexto brasileiro e latinoamericano (2011-2014). Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MARTINS, Ana Paula Antunes. O Sujeito “nas ondas” do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. *Revista café com sociologia*. v. 4, n. 1, p. 231-245, 2015.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um *campo novo* para as ciências. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n2/03.pdf> Acesso em: 04 de abril de 2019.

_____. Gênero. In: FLEURY-TEXEIRA, Elizabeth; MENEGUEL, Stela N. (orgs.). *Dicionário Feminino da Infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015. p. 153-155.

MATTOS, Andrea Machado De Almeida. Narrativas, identidades e ação política na pós-modernidade. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 111, p. 587-602, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n111/v31n111a15.pdf> Acesso em: 15 de junho de 2019.

MAYORGA, Claudia Andréa Borges. Interseccionalidade. In: FREURY-TEXEIRA, Elizabeth; MENEGUEL, Stela N. (orgs.). *Dicionário Feminino da Infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015. p. 184-187.

_____; COURA, Alba; MIRALLES, Nerea; CUNHA, Viviane Martins. As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. *Revista de Estudos Feministas*, v. 21, n. 2, p. 463-484, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v21n2/03.pdf> Acesso em: 04 mar. 2018.

MENICUCCI, Eleonora. O golpe e as perdas de direitos para as mulheres. In: RUBIM, Linda; ARGOLLO, Fernanda (orgs.). *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 65-74.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. *Juventude e movimento estudantil: o “velho” e o “novo” na militância*. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política*. São Paulo: Bomtempo, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____ (organizadora). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 9-29.

_____. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 03, p.621-626, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Caderno Saúde Pública*, v. 9, n. 3, p. 239-248, 1993.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAIS, Janaina de Araujo. “*Liberdade ainda que Vadia*” uma etnografia sobre a *Marcha das Vadias do Rio de Janeiro 2013*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.

MOREIRA, Laís de Araújo. Direito e gênero: a contribuição feminista para a formação política das mulheres no processo de (re)democratização brasileiro. *Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito*, João Pessoa, v. 5, n. 1, p. 217-255, 2016.

MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. In: _____. O regresso do político. Lisboa: Gradiva, 1996. p.101-120.

_____. El retorno de lo político: comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1999.

_____. Sobre o político. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

MURACA, Mariateresa. Práticas pedagógicas populares, feministas e decoloniais do Movimento De Mulheres Camponesas em Santa Catarina. Uma etnografia colaborativa. Tese (Doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

NARDI, Henrique Caetano; MACHADO, Paula Sandrine. Transfobia. In: FLEURY-TEXEIRA, Elizabeth; MENEGUEL, Stela N. (orgs.). *Dicionário Feminino da Infância: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015. p. 355-356.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a20.pdf> Acesso em: 15 de junho de 2019.

_____. A marginalização dos estudos feministas e de gênero na psicologia acadêmica contemporânea. *PSICO*, Porto Alegre, v. 38, n. 3, p. 216-223, 2007.

NASCIMENTO, Lissa Crisnara Silva do. *Essa ciranda não é minha só, é de todas nós: um estudo sobre feminismo, autonomia e consciência coletiva*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

NOGUEIRA, Conceição. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Editora Devires, 2017.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008.

OLIVEIRA, Maria Luísa Pereira de. Movimento de mulheres negras. In: FREURY-TEXEIRA, Elizabeth; MENEGUEL, Stela N. (orgs.). *Dicionário Feminino da Infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015. p. 235-236.

OLIVEIRA, Thaisa Vanessa Costa. *Feminismo e autonomia: um estudo da organização da Marcha das Vadias em Recife*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2016

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. O golpe de 2016: breve ensaio de história imediata sobre democracia e autoritarismo. *Historiae*, v. 7, n. 2, p. 191-231, 2016.

PAIVA, Mirian Santos. Teoria feminista: o desafio de tornar-se um paradigma. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 50, n. 14, p. 517-524, 1997.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (orgs.). *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Horizonte, 2013. p. 55-80.

PARAIZO, Maria Angélica Chagas. *Populismo e o projeto de desenvolvimento do Governo Lula*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PIASON, Aline Da Silva. *A militância de lésbicas feministas e a visibilidade nas Políticas Públicas para mulheres*. Teses (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PINTO, Céli Regina Jardim. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 49, p. 98-112, 2001

_____. Dilma – uma mulher política. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (orgs.). *O golpe na perspectiva de gênero*. EDUFBA, Salvador, 2018. p. 23-32.

PINTO, Geise Pinheiro. *Mulheres negras evangélicas no Brasil: violências, lutas e resistências*. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

PISCITELLI, Adriana. Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas. In: AGUIAR, Neuma (org.). *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. p. 49-66.

_____. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezan (org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.

_____. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-271, 2008.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; TORRES, Marco Antônio; MACHADO, Frederico Viana. COSTA, Frederico Alves. A construção de silenciamentos: reflexões sobre a vez e a voz de minorias sociais na sociedade contemporânea. In: MAYORGA, Claudia; RASERA, Emerson F.; PEREIRA, Maristela S. (orgs.). *Psicologia Social: sobre desigualdades e enfrentamentos*. Curitiba: Juruá Editora, 2009, p. 31-49.

PRECIADO, [Paul] B. *Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.19, n.1, p. 11-20, 2011.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: _____. *Gênero e história*. CNT-Compostela, 2012. p. 19-45.

RAMKRAPES, Carolina Melania. *Histórias do Movimento Feminista do Ceará: Célia Zanetti, Rosa da Fonseca e Maria Luiza Fontenelle*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

RIBEIRO, Letícia. *Somos todas vadias? Igualdade, diferença e política feminista a partir da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. Militância feminina na luta armada brasileira (1968-1973). In: Encontro regional de História: poder, violência e exclusão, 19, 2008. São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUH/SP-USP, 2008. p. 1-13.

RODRIGUES, Carla. Butler: desregulando gênero. In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Claudia de Lima; LIMA, Ana Cecília (organizadoras). *Traduções da Cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)*. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017. p. 717-721.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Maximo. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 445-456, 2010.

RODRIGUES, Maria Natália Matias; MENEZES, Jaileila de Araújo. O desafio de pesquisar: reflexões sobre metodologias e feminismo a partir de uma experiência de pesquisa. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10, 2012. Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, v. 1, 2013. p. 1-11.

RODRIGUES, Thais Domingos dos Santos. *Mulheres da esquerda: política, memória e feminismos*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2017.

SAAVEDRA, Renata Franco. *Redes, rodas e palcos das mulheres: produção cultural, arte urbana e feminismos no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SACCHET, Teresa. Ações afirmativas. In: FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela N. (org.) *Dicionário Feminino da Infância: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015. p. 26-28.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; Bruschini, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

_____. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. *Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil*, p. 1-44, 2009

SANTANA, Camila de Melo. *Feminismo agora! uma experiência de pedagogia feminista autoreflexiva*. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades). Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018.

SANTANA, Olívia. Sobre o golpe e as mulheres no poder. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (orgs.). *O golpe na perspectiva de gênero*. EDUFBA, Salvador, 2018. p. 161-176.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Cecília MacDowll. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: Absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 89, p. 153-170, 2010.

SANTOS, Neville Julio de Vilasboas e. *Desigualdade e identidade no serviço doméstico: intersecções entre classe, raça e gênero*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. *Revista Katálysis*, v. 13, n. 1, p. 11-19, 2010.

SARDENBERG, Cecília M. B. Estudos feministas: um esboço crítico. In: GURGEL, Célia (org.). *Teoria e Práxis dos Enfoques de Gênero*. Salvador: REDOR- NEGIF, 2004, p. 17-40.

_____. Conceituando “empoderamento” na perspectiva Feminista. In: Seminário Internacional: trilhas do empoderamento de mulheres – Projeto TEMPO’, 1, 2006, Salvador. *Comunicação oral*. Salvador: NEIM/UFBA, 2006

SARTI, Cynthia. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. *Cardemos de Pesquisa*, v. 64, p. 38-47, 1988.

_____. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: Congresso Internacional da LASA, 21, 1998, Chicago. *Anais...* Chicago: Illinois, 1998. p. 1-12

_____. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu*, v. 16, p. 31- 48, 2001.

_____. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004.

SCHMIDT, Simone Pereira. Ser mulher e outras palavras: o conceito de interseccionalidade revisitado por Avtar Brah e Ann Pheonix. In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Claudia de Lima; LIMA, Ana Cecília A (Organizadoras). *Traduções da Cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)*. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017. p. 685-691.

SCHWETHER, Natália Diniz; ALBUQUERQUE, Maria Alice Venancio. O engajamento das mulheres no período de redemocratização: possíveis mudanças na agenda política Brasileira. Congresso Latino Americano de Ciência Política (ALACIP), 9, 2017. Montevideo. *Anais...* Montevideo, 2017. p. 1-19.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SEBASTIÃO, Ana Angelica. *Memória, imaginário e poder: práticas comunicativas e de ressignificação das organizações de mulheres negras*. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal do Rio de Janeiro: 2007.

SELEM, Maria Célia Orlato. A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SELFA, Ana de Sousa; SPINELLI, Leticia Machado. As críticas de Carole Pateman e Susan Okin à dicotomia público/privado. *Revista Sociais & Humanas*, v. 31, n. 1, p. 9-28, 2017.

SILVA, Ana Beatriz Rangel Pessanha da. *Comunicação e Gênero: as narrativas dos movimentos feministas contemporâneos*. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, Ana Cecília Ramos Ferreira da. *Gênero, geração e raça: uma análise interseccional das trajetórias de militância de mulheres negras jovens feministas*. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

SILVA, Carolina. Cavalcante Lins. *Da luta pela vida à busca pela cidadania: o ativismo político de travestis e transexuais na cidade de Maceió-AL*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

SILVA, Carmen Silvia Maria da. Movimento de mulheres, movimento feminista e participação de mulheres populares: processo de constituição de um feminismo antissistêmico e popular. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SILVA, Salete Maria da. A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SILVA, Valéria Calvi Amaral. Da interseccionalidade ao movimento feminista: uma tentativa de conceituação do feminismo enquanto movimento social. *Encuentro Latinoamericano*, v. 3, n. 2, p. 108-123, 2016.

SILVA, Vera Alice Cardoso da. Heleieth Saffioti. In: FREURY-TEXEIRA, Elizabeth; MENEGUEL, Stela N. (Org.). *Dicionário Feminino da Infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015. p. 153-155.

SILVEIRA, Raquel da Silva; NARDI, Henrique Caetano. Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a Lei Maria da Penha. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v. 26, n. spe, p. 4-24, 2014.

SOARES, Vera. Movimento feminista paradigmas e desafios. *Estudos Feministas*, v. 2, n. spe., p. 11-24, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16089/14633> Acesso em: 15 de agosto de 2019.

_____. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: *Mulher e Política – Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998

SOUSA, Roberta Menezes. *A cultura política feminista entre permanências e rupturas: um estudo com as jovens do movimento feminista de Fortaleza*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SOUSA, Ematuir Teles de. *Tensões sobre o sujeito do feminismo no contemporâneo: mulheres trans e o transfeminismo no discurso do feminismo radical*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SOUZA, Grace Kelly Silva Sobral. *Mulheres negras: memórias da trajetória de luta e resistência dos movimentos de mulheres negras do Maranhão a partir do “Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa”*, *Kwanissa*, v.1, n.1, p.154-172, 2018.

TILIO, Rafael de; NERO, Paola Marques del. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 401-422, 2019

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

VAZQUEZ, Ana Carolina Brandão. A classe nos une, o gênero nos divide: imbricações entre patriarcado e capitalismo. *Argum*, Vitória, v. 10, n. 2, p. 135-147, 2018.

VIEIRA, Ivania Maria Carneiro. *Lugar de mulher: a participação da Indígena nos Movimentos Feministas e Indígenas do Estado do Amazonas*. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: *Vents d'Est, vents d'Ouest: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux* [en línea]. Genève: Graduate Institute Publications, 2009. P. 151-163.

WERNECK, Jurema. *Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Criola, 2010.

WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: PEDRO, Maria Joana; WOLFF, Cristina Scheibe (Organização). *Gênero, feminismo e ditaduras do Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 138-155.

ZANETTI, Júlia. *Jovens feministas: um estudo sobre a participação juvenil no feminismo do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

ZARZAR, Andrea Lorena Butto. *Movimentos Sociais de Mulheres Rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

ANEXO

Quadro 04 – Material selecionado classificado por autora/autor, título, ano, instituição, área de atuação e tipo de produção.

	Autora/autor	Título	Ano	Instituição	Área de conhecimento	Tipo de produção
1	ÁLVARO	Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil	2013	UERJ	Serviço Social	Tese
2	ARAUJO	Jovens feministas do Nordeste um novo segmento político do movimento feminista brasileiro	2013	UFPE	Psicologia	Dissertação
3	BONETTI	Não basta ser mulher, tem de ter coragem - uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife - PE	2007	UNICAMP	Ciências sociais	Tese
4	CESTARI	Vozes-mulheres negras ou feministas e antirracistas graças às Yabás	2015	UNICAMP	Linguística	Tese
5	CHAVES	As lutas das mulheres negras identidade e militância na construção do sujeito político	2008	UnB	História	Dissertação
6	CRUZ	Ação política, transformação social e reconstrução de identidades um olhar a partir do feminismo para a militância das mulheres rurais nos movimentos sociais	2008	UFC	Sociologia	Dissertação
7	DELL'AGLIO	Marcha das vadias entre tensões, dissidências e rupturas nos feminismos	2016	UFRGS	Psicologia	Dissertação
8	FERREIRA	Homens Feministas: A emergência de um sujeito político entre fronteiras contingentes.	2012	UFPE	Sociologia	Dissertação
9	ISAÍAS	Mulheres em luta feminismos e Direito nas ocupações da Izidora	2017	UFMG	Direito	Dissertação
10	LEMONS	Do estatuto da igualdade racial à marcha das Mulheres negras 2015: uma análise das feministas Negras brasileiras sobre políticas públicas	2016	UFF	Serviço social	Tese
11	MARTELLO	Tensões e desafios na construção de espaços e encontros entre feministas jovens autonomistas no contexto brasileiro e latinoamericano (2011-2014)	2015	UFMG	Ciência Política	Dissertação

12	MORAIS	Liberdade ainda que Vadia: uma etnografia sobre a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro 2013	2015	UFJF	Ciências Sociais	Dissertação
13	MURACA	Práticas pedagógicas populares, feministas e decoloniais do movimento de mulheres camponesas em Santa Catarina. Uma etnografia colaborativa	2015	UFSC	Interdisciplinar em Ciências Humanas	Tese
14	NASCIMENTO	Essa ciranda não é minha só, é de todas nós um estudo sobre feminismo, autonomia e consciência coletiva	2015	UFRN	Serviço Social	Dissertação
15	OLIVEIRA	Feminismo e autonomia um estudo da organização da marcha das vadias em Recife	2016	UFRN	Serviço Social	Dissertação
16	RODRIGUES	Mulheres da esquerda: política, memória e feminismos	2017	UFSCar	Educação	Dissertação
17	SAAVEDRA	Redes, Rodas e Palcos das Mulheres produção cultural, arte urbana e feminismos no Rio de Janeiro	2018	UFRJ	Comunicação	Tese
18	SANTANA	Feminismo agora! uma experiência de pedagogia feminista autorreflexiva	2018	UFRPE	Educação, Cultura e Identidades	Dissertação
19	SELEM	A liga brasileira de lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político <i>lésbica</i>	2007	UnB	História	Dissertação
20	SILVA	Comunicação e Gênero: as narrativas dos movimentos feministas contemporâneos	2017	UFRJ	Comunicação	Dissertação
21	SILVA	Movimentos de mulheres, movimentos feministas e participação de mulheres populares processo de constituição de um feminismo antissistêmico e popular	2016	UFPE	Sociologia	Tese
22	SOUSA	Tensões sobre o sujeito do feminismo no contemporâneo mulheres trans e o transfeminismo no discurso do feminismo radical	2017	UFSC	Psicologia	Dissertação
23	SOUSA	A cultura política feminista entre permanências e rupturas um estudo com jovens do movimento feminista de Fortaleza	2014	UFPE	Serviço Social	Dissertação
24	ZARZAR	Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil a construção do sujeito feminista	2017	UFPE	Sociologia	Tese